Itamarati Prev
Previdência municipal
Padrão de qualidade
RNC
www.rede-rnc.com.br

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
MUNICÍPIO DE HOLAMBRA / SP

RELATÓRIO DE REAVALIAÇÃO ATUARIAL

Fevereiro de 2004

ÍNDICE

1. Introdução 3
2. Características do Plano de Benefícios 4
3. Bases Atuariais 8
4. Hipóteses Atuariais 9
5. Estudo Estatístico 11
6. Demonstrativo de Resultados 13
7. Parecer Conclusivo 16
8. Anexos 19

1. INTRODUÇÃO

Tem como objetivo a presente reavaliação atuarial relatar a situação técnico-atuarial do Instituto de Previdência Municipal dos Servidores Públicos da Estância Turística de Holambra- SP, como também verificar se o cenário ao qual está inserido a população do Plano de Benefícios está atendendo as necessidades estimadas quando da sua manutenção.

Tal relatório tornou-se obrigatório após a publicação da Lei nº 9.717/98 (art. 1º, inciso I e IV), visto a necessidade de manter um controle de forma igualmente técnico-atuarial do Regime Próprio de Previdência Social, garantindo assim a cobertura dos riscos assumidos pelo Plano de Benefícios, na sua totalidade.

A presente reavaliação tomou por base os dados relatados pela administração técnica do Instituto em questão.

Partindo desses dados, apresentaremos as características da população abrangida pelo Plano de Benefícios, tanto no enfoque estatístico, econômico e atuarial, assim como também relataremos a eventual necessidade de ajustes técnicos a serem processados para que se estabeleça o referido equilíbrio atuarial.

2. CARACTERÍSTICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

2.1. Benefícios do Plano

O Plano apresentado pelo Instituto de Previdência Municipal dos Servidores Públicos da Estância Turística de Holambra- SP, oferece os seguintes benefícios:

2.1.1.Aposentadoria por Idade, Especial e por Tempo de Contribuição;
2.1.2. Aposentadoria Compulsória;
2.1.3. Aposentadoria por Invalidez Permanente;
2.1.4. Pensão por Morte;
2.1.5. Abono Anual (13º Benefício);

Tais benefícios são idênticos aos da Previdência Oficial, em conformidade a Emenda Constitucional nº 20/98, Lei nº 9.717/99 e Portaria 4.992/99.

2.2. Premissas Regulamentares

Para que o participante, junto ao Plano de Benefícios do Instituto de Previdência Municipal dos Servidores Públicos da Estância Turística de Holambra- SP, possa ter direito ao recebimento dos benefícios citados acima, deverá satisfazer os requisitos, de acordo com o benefício-alvo a ser ingressado pelo requerente, de acordo com as Regras Permanentes.

2.1.1. Aposentadoria por Idade

- ✓ Idade mínima de 65 anos para homem e 60 para mulheres;
- ✓ Tempo mínimo como Servidor Público de 10 anos
- ✓ Tempo mínimo no cargo de 05 anos.

2.1.2. Aposentadoria por Tempo de Contribuição

- ✓ Idade mínima de 60 anos para homem e 55 para mulheres;
- ✓ Tempo de Serviço de 35 anos para homem e 30 para mulheres;
- ✓ Tempo mínimo como Servidor Público de 10 anos;
- ✓ Tempo mínimo no cargo de 05 anos.

2.1.3. Aposentadoria Especial

Considera-se Aposentadoria Especial àquela concedida aos servidores do magistério. Tal denominação é determinada visto o tratamento diferenciado a essa população com relação as demais.

- ✓ Idade Mínima de 55 anos para homem e 50 para mulheres;
- ✓ Tempo de Serviço de 30 anos para homem e 25 para mulheres;
- ✓ Tempo mínimo como servidor público de 10 anos;
- ✓ Tempo mínimo no cargo de 05 anos.

2.1.4. Aposentadoria Compulsória

Esta modalidade de benefício é concedida ao participante quando este completar 70 anos de idade.

2.1.5. Abono Anual

Consiste em uma parcela de benefício de forma idêntica ao procedimento do 13º salário.

2.1.6. Benefícios de Risco

Os benefícios a serem esclarecidos abaixo são considerados de risco pelo fato do evento gerador ser aleatório, ou seja, invalidez, morte, reclusão ou doença do participante do Plano. Para tanto especificaremos a condição para requerer ingresso no respectivo benefício.

2.1.6.1. Aposentadoria por Invalidez Permanente

Não se aplicam as condições estabelecidas para os benefícios descritos anteriormente, pois a mesma pode ser concedida assim que o participante comprovar a sua condição de inválido (invalidez permanente).

2.1.6.2. Pensão por Morte

Consiste na transformação da aposentadoria do participante titular em renda para seus beneficiários indicados, quando da ocorrência de sua morte, tanto no período de contribuição, como no período de inatividade.

Para os casos das Regras de Transição, obedecerão as seguintes premissas, no caso diferente das Regras Permanentes:

2.1.7. Aposentadoria por Tempo de Contribuição

- ✓ Idade mínima para ingresso em benefício de 53 anos para homens e 48 para mulheres;
- ✓ Não exigência de tempo mínimo como servidor público;

2.1.8. Aposentadoria Especial

- ✓ Idade mínima para ingresso em benefício de 53 anos para homens e 48 anos para mulheres;
- ✓ Não exigência de tempo mínimo como servidor público;

As demais premissas continuam iguais às adotadas nas regras permanentes, tanto nos benefícios citados acima como nos demais apresentados anteriormente.

2.1.9. Execução dos Benefícios

2.1.9.1. Quando do ingresso em benefício de sobrevivência, o participante terá direito ao valor recebido a título de remuneração como servidor público ativo, no mês imediatamente anterior a concessão de aposentadoria, devidamente atualizado.

2.1.9.2. Para determinação do valor dos proventos, os mesmos serão proporcionais ao tempo de contribuição para todos os benefícios, exceto quando de Aposentadoria por Invalidez - decorrente de acidente no exercício de atividade e aquela cuja incapacidade adveio de doença grave, contagiosa ou incurável – e Pensão por Morte.

2.1.9.3. Os proventos referentes à Pensão por Morte , quando concedida aos beneficiários de participantes inativos, será igual ao valor recebido no mês imediatamente anterior à concessão do benefício.

2.1.9.4. O valor do benefício de Pensão por Morte, concedida aos dependentes do servidor que se encontrava em atividade, na data de seu falecimento, será equivalente ao valor do benefício de aposentadoria, ao qual o servidor teria direito, caso se aposentasse na data de ocorrência de seu falecimento.

2.1.9.5. Os proventos de aposentadoria e pensões devem ser revistos obrigatoriamente sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

2.1.10. Contribuições do Plano

2.1.10.1. As contribuições referentes ao Plano de Benefícios do Instituto de Previdência Municipal dos Servidores Públicos da Estância Turística de Holambra- SP, serão efetuadas pelos servidores públicos, filiados ao Regime Próprio de Previdência Social, de forma compulsória, de acordo com a lei de instituição.

2.1.10.2. Os valores de contribuição serão pagos mensalmente, conforme percentual de aplicação sobre a remuneração total do servidor, incluindo seu Abono Anual (Décimo-terceiro salário), estabelecido pelo Atuário.

2.1.10.3. O Município, incluindo suas autarquias e fundações, quando existirem, também contribuirá com um percentual sobre a folha de remuneração, conforme previsto em lei, assumindo integralmente a diferença entre o total do custo do Plano e a parte de responsabilidade do servidor.

3. BASES ATUARIAIS

3.1. Para se estabelecer o levantamento dos recursos necessários para determinarmos a reavaliação do custo total do plano é imprescindível saber:

3.1.1. Probabilidade de cada pessoa permanecer viva e ativa até alcançar o direito de uma renda vitalícia e depois de iniciada a determinação do tempo de duração da mesma.

3.1.2. Probabilidade de uma pessoa ativa vir a invalidar-se antes de alcançar o direito de uma renda vitalícia e nesta hipótese a determinação do tempo de duração da renda vitalícia que terá na condição de inválido.

3.2. Juntamente ás condições apresentadas acima é também necessário o conhecimento do nível de benefício do Plano Previdenciário, ou seja, o comportamento das remunerações pagas aos servidores durante o período de contribuição.

3.3. Também deve-se atentar para a variável de rotatividade do Plano, assim como o retorno dos investimentos a longo prazo.

3.4. Apresentadas as premissas atuariais acima será estabelecido a metodologia de custo do plano denominada ***Custo Normal,*** ou seja, o valor necessário de contribuição, que se for paga desde a data do ingresso do servidor no município até a data de sua aposentadoria, será suficiente para garantir o pagamento do benefício assegurado pelo Plano.

3.5. O valor acumulado do Custo Normal passado, ou seja, anteriores a data da Avaliação Atuarial, será denominado de Responsabilidade Atuarial, ao qual deveria ser sempre igual ao valor apresentado pelo Fundo do Regime Próprio de Previdência Social.

3.6. Porém devido a fatos como contribuições não recolhidas regularmente, alterações do Plano ou diferença de premissas estabelecidas pelo plano quando de sua implantação, podem distorcer o valor do Fundo do plano Previdenciário.

3.7. O principal impacto, que poderá conflitar, é o excesso de Responsabilidade Atuarial sobre o valor do mesmo Fundo, onde passaremos a ter uma Reserva à Amortizar, que deverá ser quitada em um prazo de até 35 (trinta e cinco) anos. A esta reserva chamamos de Custo Suplementar que, somado ao Custo Normal, determina o Custo Total do Plano.

4. HIPÓTESES ATUARIAIS

4.1. As hipóteses atuariais são estimativas de um conjunto de eventos que afetam diretamente o custo do plano para o ano e estão divididas em três partes: biométricas, econômicas e outras.

4.1.1. Hipóteses Biométricas

São as hipóteses que estão relacionadas a eventos aleatórios de morte, invalidez e mortalidade de inválidos, que proporcionam impacto sobre a determinação do Custo do Plano. São utilizadas as seguintes probabilidades:

4.1.1.1. AT - 83 - Sobrevivência dos servidores em atividade e inatividade;

4.1.1.2. CSO - 80 - Mortalidade dos servidores em atividade para fins de benefício de Pensão por Morte;

4.1.1.3. Álvaro Vindas para entrada em invalidez dos servidores;

4.1.1.4. IAPB - 57 para mortalidade de servidores inválidos.

Tais probabilidades apresentadas acima refletem as possibilidades de ocorrências dos eventos discriminados acima.

Para os eventos de Auxílio Reclusão e Salário Maternidade os valores são determinados conforme estatística local.

4.1.2. Hipóteses Econômicas

Essas hipóteses envolvem variáveis econômicas do cenário ao qual está inserido o Plano, sendo elas:

4.1.2.1. Taxa de Juros;
4.1.2.2. Taxa de Crescimento Salarial;
4.1.2.3. Reajuste dos Benefícios.

4.1.3. Outras Hipóteses

São hipóteses externas a modelos estatísticos no qual complementam a análise de cálculo dos custos.

4.1.3.1. Composição Familiar (Idade do Cônjuge e Filhos);
4.1.3.2. Tempo de Contribuição.

4.2. Regimes Financeiros

4.2.1. Aposentadoria por Tempo de Contribuição e por Idade: Capitalização por Crédito Unitário Projetado;

4.2.2. Aposentadoria por Invalidez e Pensão por Morte: Repartição de Capitais de Cobertura;

Obs 1.: A utilização nos benefícios de risco (Aposentadoria por Invalidez e Pensão por Morte) do Regime de Repartição de Capitais de Cobertura é devido ao fato da população ser pequena e, durante o período de contribuição, a probabilidade de ocorrência dos eventos coberta é também pequena, não necessitando a constituição de Reservas Matemáticas.

Obs 2.: A conjugação dos regimes financeiros para os benefícios apresenta um custo mais baixo ao longo do prazo, desde que satisfaça o equilíbrio técnico-atuarial.

Obs 3.: Deverá ser feito acompanhamento e revisão constante do custo, bem como, rigor nas normas de concessão e manutenção de benefícios.

4.3. Custeio do Plano

O custeio de um Plano refere-se a amortização dos benefícios a serem concedidos aos participantes, quando da concessão dos mesmos.

4.3.1. Custo Normal

É o custo referente às contribuições do participante necessárias ao pagamento dos benefícios, quando da sua concessão, a partir de sua idade até a data de saída.

4.3.2. Responsabilidade Atuarial

Acúmulo de contribuições mensais anteriores a data de avaliação do plano. Estão subdivididas em duas partes:

4.3.2.1. Reserva Matemática de Benefícios Concedidos

4.3.2.1.1. Riscos Expirados - relativo aos servidores que já estão em gozo de alguns benefícios pagos de forma vitalícia (aposentadorias)

4.3.2.1.2. Riscos Não Expirados - relativo aos servidores que já são elegíveis à um benefício de aposentadoria, mas ainda não o requereram.

4.3.2.2. Reserva Matemática de Benefícios a Conceder

4.3.2.2.1. relativo aos servidores que ainda não preencheram todas as elegibilidades para um benefício de aposentadoria.

5. ESTUDO ESTATÍSTICO

A população de ativos está exposta da seguinte forma:

Total de participantes	376
Idade Média	38,85
Moda	43
Mediana	38
Idade do participante mais novo feminino	21
Idade do participante mais novo masculino	20
Idade do participante mais velho feminino	62
Idade do participante mais velho masculino	69

A seguir verificaremos como está distribuída essa população.

5.1. Distribuição por Faixa de Remuneração

Faixa de Remuneração	Número de Servidores	% de Servidores	Remuneração Média	Idade Média
Até 3 salários mínimos	209	55,59	444,02	40,17
Entre 3 e 5	102	27,13	912,73	37,28
Entre 5 e 10	60	15,96	1.493,85	36,50
Entre 10 e 20	5	1,33	2.892,19	43,80
Mais de 20 salários mínimos	0	0,00	0,00	0,00
Geral	**376**	**100**	**771,25**	**38,85**

5.2. Distribuição por Faixa Etária

Faixa etária	Número de Servidores	% de Servidores	Remuneração Média	Idade Média
Até 30 anos	79	21,01	686,36	26,61
Entre 30 e 40	144	38,30	849,92	35,08
Entre 40 e 50	101	26,86	846,40	44,76
Entre 50 e 60	41	10,90	537,74	54,54
Acima de 60	11	2,93	531,31	63,45
Geral	**376**	**100**	**771,25**	**38,85**

5.3. Distribuição por Sexo

Sexo	Número de Servidores	% de Servidores	Remuneração Média	Idade Média
Masculino	144	38,30	806,15	42,10
Feminino	232	61,70	749,59	36,84
Geral	**376**	**100**	**771,25**	**38,85**

5.4. Distribuição por Tipo de Atividade

Atividade e Sexo	Número de Servidores	% de Servidores	Remuneração Média	Idade Média
Professor (masculino)	9	2,39	823,36	37,89
Professor (feminino)	58	15,43	1.055,72	36,22
Normal (masculino)	135	35,90	805,00	42,38
Normal (feminino)	174	46,28	647,54	37,04
Geral	**376**	**100**	**771,25**	**38,85**

5.5. Distribuição De Inativos

Tipo	Nº de Servidores	% de Servidores	Benefício Médio	Idade Média
Aposentadoria Normal	6	75,00	300,99	67,50
Aposentadoria por Invalidez	0	0,00	0,00	0,00
Pensão por Morte	2	25,00	629,91	46,50
Total	**8**	**100**	**383,22**	**62,25**

5.6. Distribuição de Responsabilidade Atuarial por Tempo de Concessão

Tempo para Aposentadoria	Número de Servidores	% de Servidores	Salário Médio	Idade Média	RMBAC	% de RMBAC
Até 01 ano	4	1,06	450,11	61,25	282.387,74	4,26
Entre 01 e 03	6	1,60	591,32	59,83	332.720,55	5,02
Entre 03 e 05	3	0,80	766,12	57,00	161.798,78	2,44
Entre 05 e 08	17	4,52	705,46	52,18	974.510,75	14,70
Entre 08 e 10	12	3,19	492,73	52,75	337.549,80	5,09
Entre 10 e 14	33	8,78	872,13	47,67	1.316.663,07	19,86
Entre 14 e 18	53	14,10	786,86	43,00	1.240.528,75	18,71
Entre 18 e 22	82	21,81	783,12	37,32	1.052.786,96	15,88
Entre 22 e 26	85	22,61	862,75	35,26	702.585,27	10,60
Entre 26 e 30	59	15,69	717,92	29,85	193.562,92	2,92
Acima de 30	22	5,85	638,04	28,95	36.139,23	0,54
Geral	**376**	**100**	**771,25**	**38,85**	**6.631.233,82**	**100**

Para todas as distribuições demonstradas acima segue gráfico anexo a esta reavaliação.

6. DEMONSTRATIVOS DE RESULTADOS

6.1. De acordo com os dados fornecidos para a reavaliação, segue os resultados obtidos referente aos custos normais e suplementares do plano, que se a Patrocinadora do Plano (Prefeitura Municipal de Holambra - SP) tomar para si o valor referente ao Passivo Atuarial, acarretará em um Déficit Atuarial, pois trata-se de um compromisso junto aos participantes que contribuíram a outros Regimes de Previdência Social (INSS e outros Regimes Próprios), conforme estabelecido a seguir. Na hipótese de haver a Compensação Previdenciária o resultado do exercício de avaliação passa a ser superavitário, sendo necessário a constituição de Reserva de Contingência e Reserva para Ajustes de Plano.

Resultados	Responsabilidade Atuarial (R$)
Reserva Matemática de Benefícios Concedidos	**399.619,00**
- Riscos Expirados	399.619,00
- Riscos Não Expirados	0,00
Reserva Matemática de Benefícios a Conceder	**6.631.233,82**
- Reserva a Compensar	3.917.690,51
Total s/ Compensação	**7.030.852,82**
Total c/ Compensação	**3.113.162,31**
Ativo do Plano	**5.004.667,33**
Déficit Atuarial s/ Compensação	**(2.026.185,50)**
Superávit Atuarial c/ Compensação	**1.891.505,01**
Reserva de Contingência *	1.418.628,76
Reserva para ajustes do Plano *	472.876,25

* Somente serão constituídas se houver superávit técnico.

Obs 1.: O déficit atuarial ocorrerá caso a Responsabilidade Atuarial do Plano, seja de inteira responsabilidade da patrocinadora do Plano, a Prefeitura Municipal de Holambra - SP.

Obs 2.: No caso de haver Compensação Previdenciária, o resultado passa a ser superavitário, pelo fato do Ativo Líquido ser suficiente para conter os valores de Responsabilidade tanto dos ativos como dos inativos do Instituto.

Obs 3.: Com relação a Reserva Matemática de Benefícios Concedidos deve se verificar a qual Regime Previdenciário foi percebido o benefício requerido, pois se refere a outro de Regime Previdenciário, também será passivo de Compensação Previdenciária.

6.2. Custo Suplementar ou Custo Especial

6.2.1. O Custo Suplementar representa o Déficit Atuarial do Plano, ou seja, a diferença entre a Responsabilidade Atuarial do Plano e o Fundo Garantidor, nesse caso o Ativo Líquido, pra cada participante, anterior a data de implantação do plano

6.2.2. Este Custo Suplementar é de responsabilidade do Fundo ou Instituto Previdenciário, porém de acordo com a Lei nº 9.796 de 05 de maio de 1999 ficou determinado a **Compensação Previdenciária**, em um conceito melhor, significa a divisão da Responsabilidade Atuarial em duas partes. Uma relativa ao período de tempo de serviço em que o participante estava sob o RGPS - Regime Geral de Previdência Social (INSS) e outros RPPS - Regimes Próprios de Previdência Social e a outra parcela relativa ao período de serviço sob o Regime de Previdência Municipal atual.

6.2.3. Quando da existência de Compensação Previdenciária referente aos servidores já em gozo de benefício, esta não deverá ser estimada, mas sim calculada na forma da Lei 9.796 de 05 de maio de 1999, sendo necessário que o RGPS e outros RPPS informem os valores individuais definitivos.

6.2.4. Se efetivada a referida Compensação o quadro de resultados sofre uma redução no que diz respeito a Responsabilidade Atuarial, pelo fato de repassar o custo suplementar, ou parte dele para o Regime ao qual o participante efetuava suas contribuições para fins de Benefícios Previdenciários.

6.2.5. Este custo, quando requerido junto ao Regime ao qual o participante estava vinculado anterior ao Instituto de Previdência Municipal dos Servidores Públicos da Estância Turística Municipal de Holambra - SP, pode ser aportado de 03 maneiras:

6.2.5.1. Compensação Única do Regime anterior;

6.2.5.2. Compensação parcelada pelo Regime anterior de forma que a amortização do passivo satisfaça o financiamento de, no prazo máximo de 35 anos do mesmo custo;

6.2.5.3. Responsabilidade integral da Prefeitura.

6.2.7. O percentual incidente sobre o valor da Folha Salarial dos participantes elegíveis ao plano foi de 3,89%, para o caso de não haver Compensação Previdenciária. O montante a ser amortizado foi determinado neste relatório em R$ 2.026.185,50. E caso haja a referida compensação, no valor de R$ 3.917.690,51, o percentual de custo suplementar passa a não existir.

6.3. Custo Total (em % sobre a Folha Salarial)

6.3.1. Depois de demonstrados todos os conceitos e premissas desta reavaliação seguem no quadro abaixo o percentual de contribuição incidente sobre a folha salarial do município que em 31/12/2003 é de **R$ 289.989,58.**

Benefício	Custo sobre a Folha (%)	
	S/ Compensação	C/ Compensação
Aposentadorias	12,44	12,44
Aposentadoria por Invalidez	0,95	0,95
Pensão por Morte de Ativo	3,69	3,69
Auxílios	0,00	0,00
Custo Normal Total	**17,08**	**17,08**
Custo Suplementar	3,89	0,00
Administração	2,00	2,00
Total	**22,97**	**19,08**

7. PARECER CONCLUSIVO

Depois de verificado todas as hipóteses e dados do Instituto de Previdência Municipal dos Servidores Públicos da Estância Turística de Holambra - SP podemos destacar as seguintes situações:

7.1. É viável a constituição do Plano de Benefícios desde que mantida a alíquota de **19,08% de Custo Normal e 3,89% de Custo Suplementar, caso não haja Compensação Previdenciária**, descrita no item 6 desta reavaliação, nos termos da art 40, caput da Constituição Federal, com redação dada pela EC nº 20/98;

7.2. As premissas e pré-requisitos para a elegibilidade de requerimento dos benefícios previdenciários estabelece o prazo para capitalização dos recursos para concessão dos referidos benefícios;

7.3. O estudo estatístico como citado anteriormente, reflete o status da população abrangida pelo plano, onde analisados por diversos "focos" podem indicar o possível desvio do plano quanto a seu déficit, sendo que nesta reavaliação foi verificado o seguinte:

7.3.1. Na Distribuição por Faixa Etária a massa de 59,31% dos participantes está abaixo dos 40 anos, o que significa que teremos um tempo de contribuição não muito significativo. Por conseqüência a taxa média, fator primordial para os custos normal e suplementar, mantém-se em níveis mais altos;

7.3.2. Na Distribuição por Sexo a população de participantes masculinos representando 38,30%, indica que teremos um tempo menor de capitalização dos recursos em vista das premissas regulamentares, onde sua idade de aposentadoria e tempo de contribuição é 5 anos maior que a do participante do sexo feminino;

7.3.3. Na Distribuição por Faixa de Remuneração 55,59% da população recebe atualmente até 3 salários mínimos, o que representa um volume em R$ baixo de capitalização dos recursos, porém atenuante em caso de riscos financeiros diretamente ligado aos custos do plano;

7.3.4. Na Distribuição por Responsabilidade Atuarial ficou indicada a representatividade das reservas com relação ao tempo de contribuição para cada participante, onde quem está mais próximo do requerimento do benefício possui um Passivo Atuarial maior para ser amortizado, o que implica diretamente no Custo Suplementar do plano;

7.4. O valor do Ativo Líquido do Plano, que em 31/12/2003 era de R$ 5.004.667,33, é a garantia de solvência do mesmo ao longo do período de contribuição. Quando o resultado for Superavitário acumulará em uma Reserva de Contingência para fazer frente aos benefícios de risco (Invalidez, Pensão e Auxílios) e a Reserva de Ajustes do Plano, no caso de futuros déficits;

7.5. Como fora citado no item 6 desta reavaliação foi apurado o percentual de aplicação sobre a folha salarial do município, daqueles que são elegíveis ao plano, ficou em **19,08%** do Custo Normal com as Despesas Administração de 2,00%. O Custo Normal pode ser rateado entre servidor e prefeitura, onde a contribuição da prefeitura não poderá exceder 2/3 da contribuição do servidor. O Custo Suplementar não deve ser rateado;

7.6. Também citado no item 6 desta reavaliação o Custo Suplementar ou Passivo Atuarial ficou estabelecido em **3,89%** sobre a folha salarial do município até o período de término do financiamento (35 anos), percentual diferente daquele determinado na avaliação anterior, em decorrência da mudança da metodologia de cálculo deste custo.

7.7. Caso ocorra a Compensação Previdenciária no valor de R$ 3.917.690,51, o percentual de Custo Suplementar passa a não existir.

7.8. Nesta reavaliação foi considerada também a hipótese de crescimento salarial de 1% ao ano até a idade de aposentadoria estimada do servidor, o que também implica em um aumento das contribuições e, por conseqüência, aumento do passivo atuarial;

7.9. Para os participantes inativos não foi estudada uma forma de contribuição, porém estes contribuirão com um percentual de 9,00% sobre o valor de cada benefício, conforme determinado na Lei Complementar nº 127/2002;

7.10. A viabilidade de manutenção do plano estará assegurada desde que mantida a alíquota de custo mensal equivalente a **19,08% de Custo Normal e 3,89% de Custo Suplementar** da Folha Salarial dos Servidores Ativos, percentual esse que deverá ser incidido inclusive sobre o 13º salário, ou Abono Anual, ressalvada a Compensação Financeira que irá influir na alíquota supracitada;

7.11. Este relatório está de acordo com as exigências a serem feitas pela SPS - Secretaria de Previdência Social, conforme Portaria MPAS 7.796 de 28/08/2000, a metodologia de cálculo para os custos estão descritos em Nota Técnica Atuarial a ser enviada ao MPAS, bem como o preenchimento do DRAA será preenchido via website.

7.12. Qualquer distorção que venha a acontecer em uma das alíquotas será ajustada na próxima reavaliação de forma a equilibrar o plano novamente, consoante dispositivo constitucional.

Alexandre Pereira Sampaio
Atuário - MIBA 1126

8. ANEXOS

8.1. Distribuição por Faixa de Remuneração;

8.2. Distribuição por Faixa Etária;

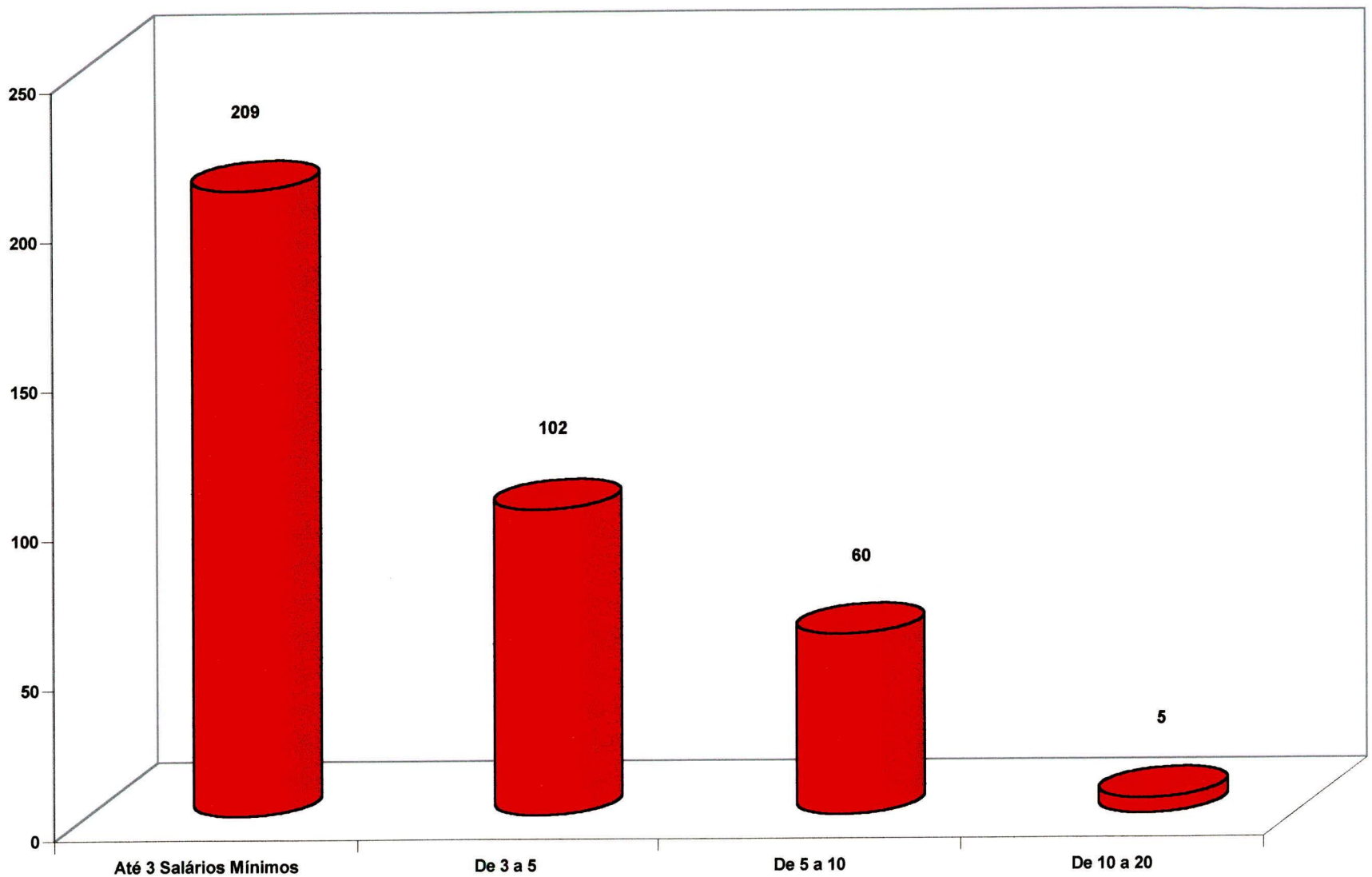
8.3. Distribuição por Sexo;

8.4. Distribuição por Tipo de Atividade;

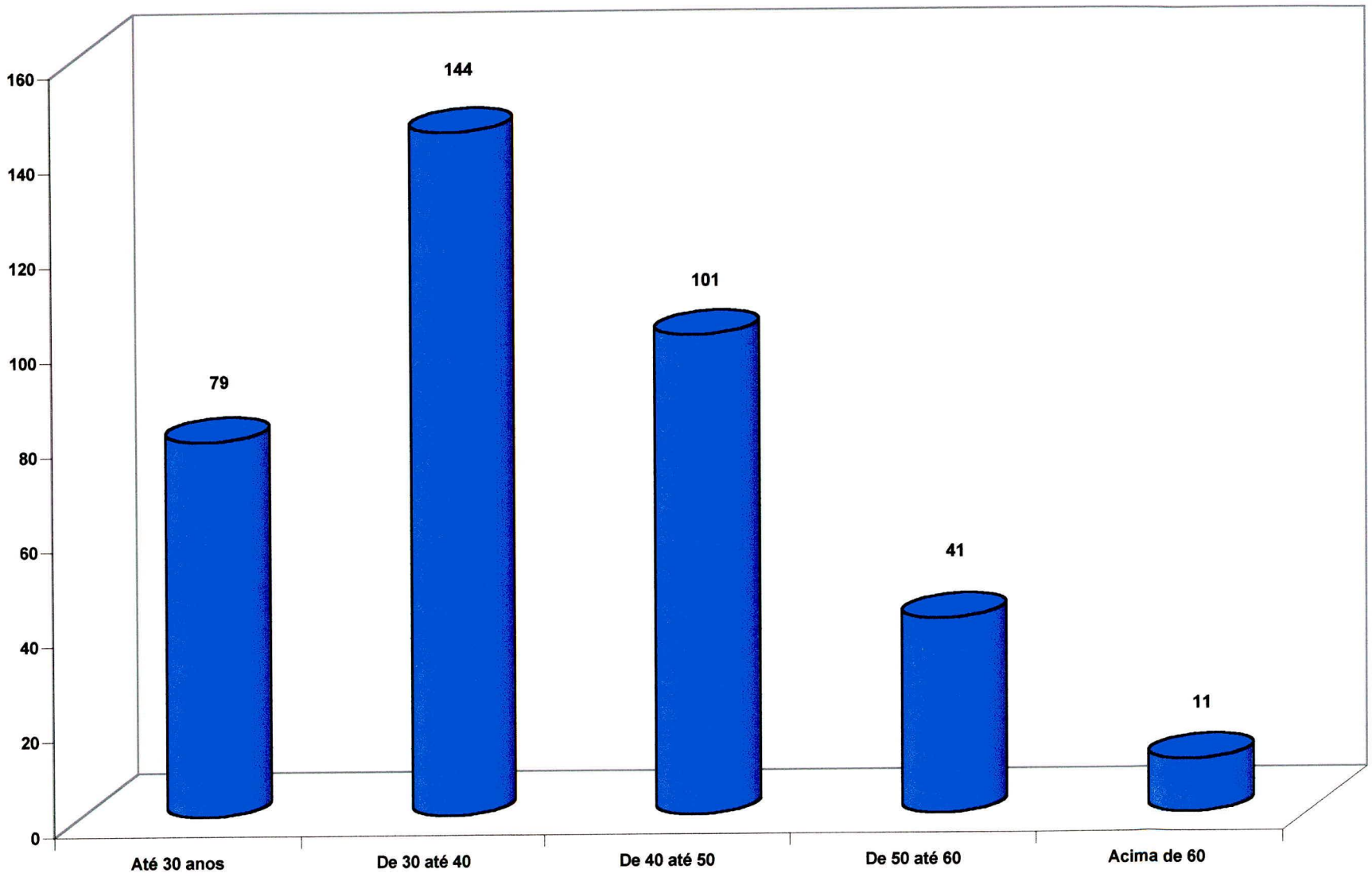
8.5. Distribuição de Inativos;

8.6. Distribuição de Responsabilidade Atuarial por Tempo de Contribuição.

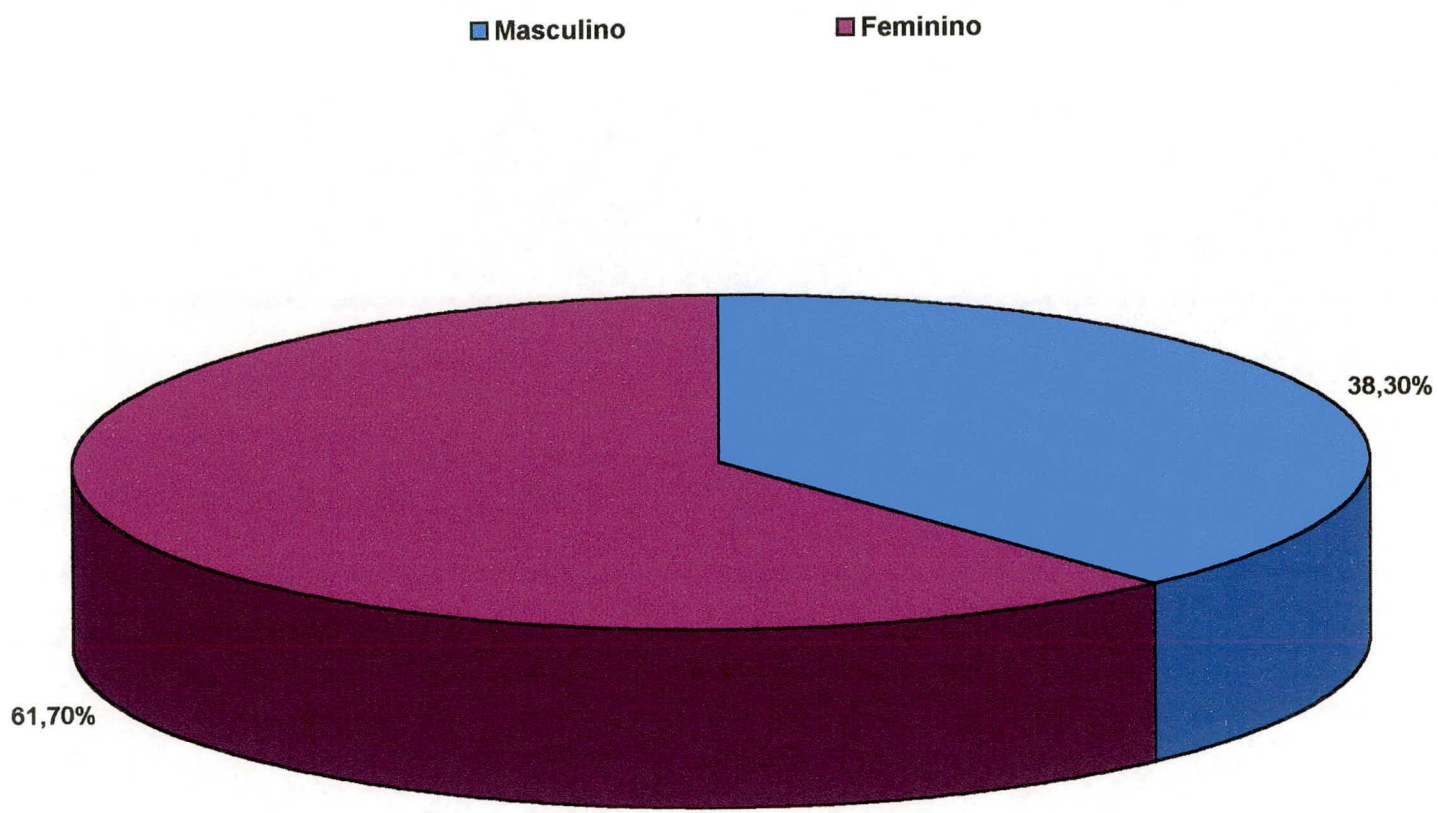
Distribuição por Faixa de Remuneração



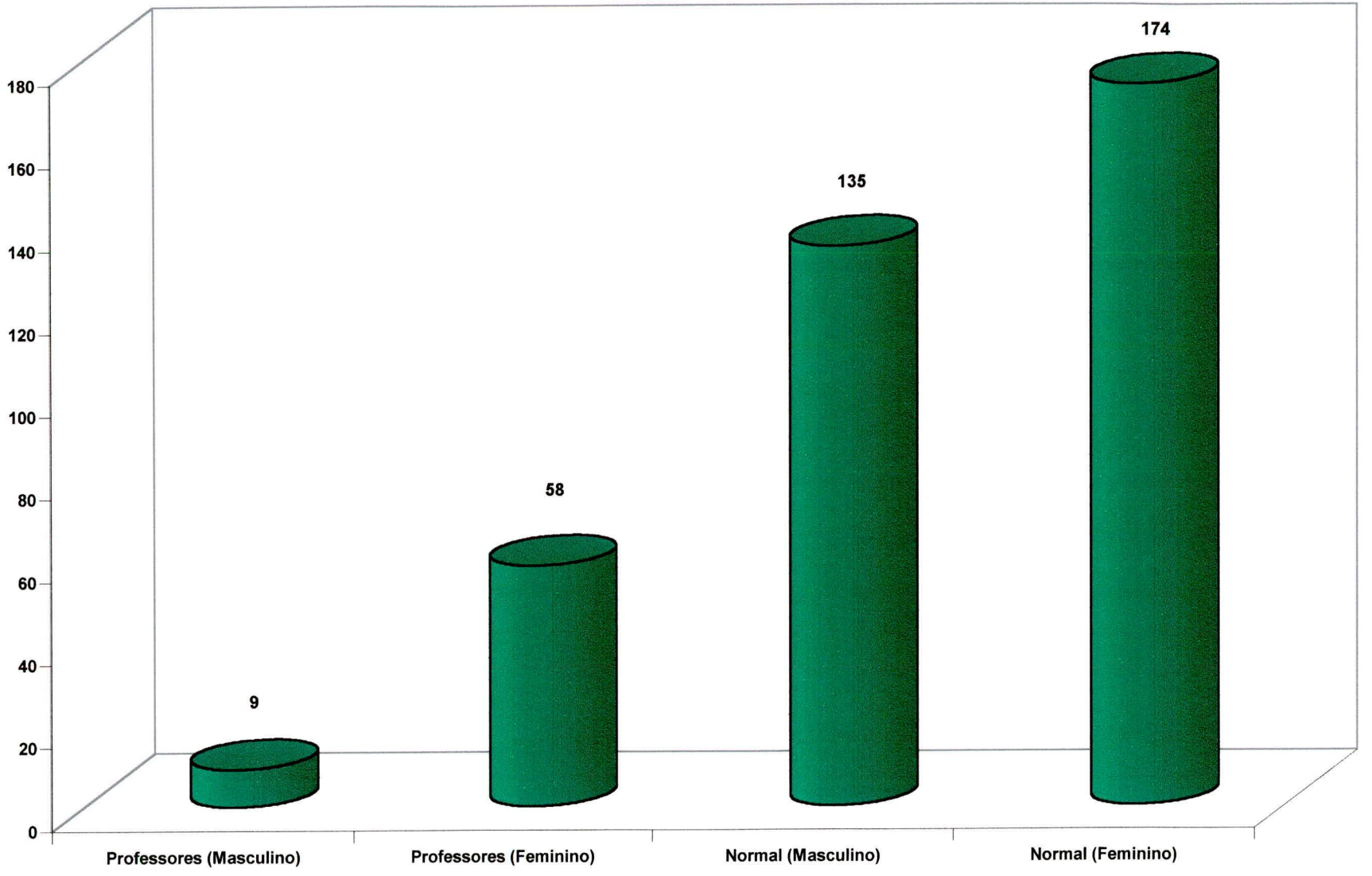
Distribuição por Faixa Etária



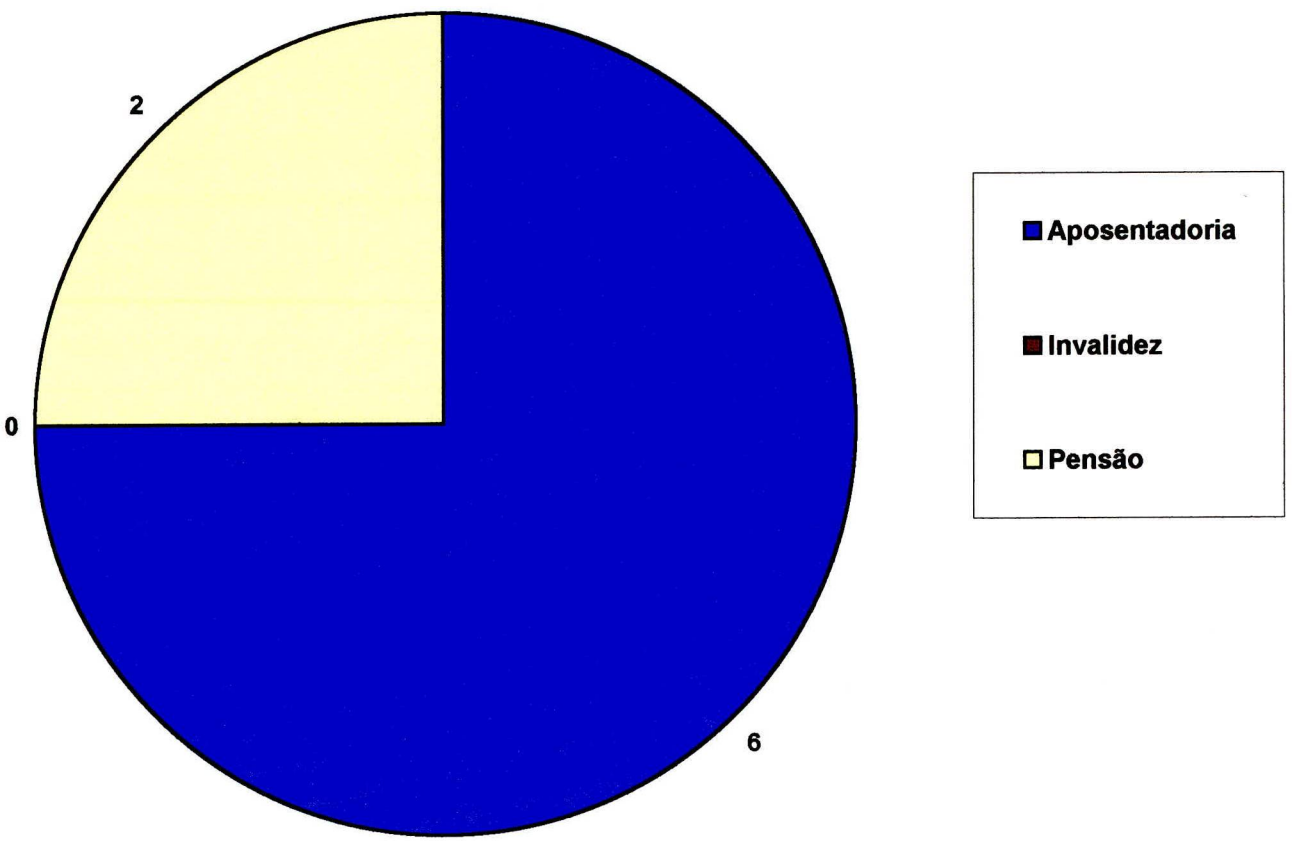
Distribuição por Sexo



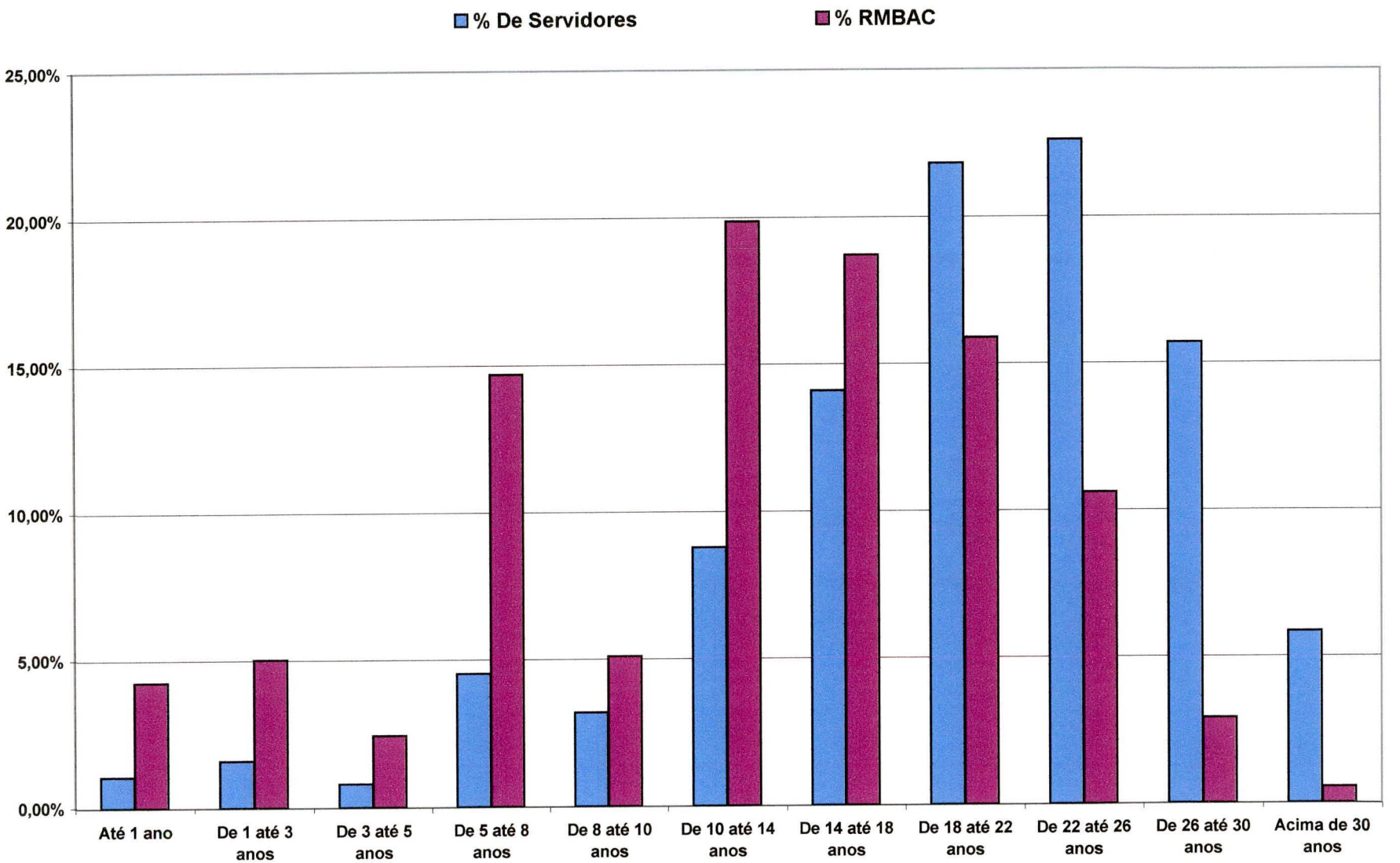
Distribuição por Atividade



Distribuição de Inativos



Distribuição de Reserva Matemática por Tempo de Contribuição



Itamarati Prev
Previdência municipal
Padrão de qualidade
RNC
www.rede-rnc.com.br

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
MUNICÍPIO DE HOLAMBRA - SP

RELATÓRIO DE PROJEÇÃO ATUARIAL

Fevereiro de 2004

1. INTRODUÇÃO

Tendo como objetivo a implantação do Plano de Benefícios do município de Holambra - SP vimos complementar a Avaliação Atuarial deste mesmo plano com a Projeção Atuarial, de acordo com a Portaria 7796 de 28/08/2000, item XII número 1, letra g.

Esta projeção consiste em um fluxo de receitas e despesas ao longo do tempo, aqui estimado em 75 (setenta e cinco) anos, prazo este determinado também pela Portaria supracitada.

Os administradores do Plano devem acompanhar constantemente a evolução do Regime Próprio de Previdência através da Avaliação Atuarial e Projeção Atuarial, para que se possa manter o equilíbrio técnico do mesmo.

O relatório demonstra a evolução da massa de servidores em atividade, bem como os inativos, a partir da massa de servidores estudados na Avaliação Atuarial.

2. PARECER TÉCNICO

2.1. Com base nos dados fornecidos pelo município de Holambra – SP podemos, através desse relatório, demonstrar a projeção do Fundo Previdenciário ao longo do tempo.

2.2. A base de dados utilizada é a mesma utilizada para elaboração da avaliação atuarial.

2.3. Para tanto foi considerado um percentual de contribuição dos inativos em 9,00% sobre cada valor de beneficio.

2.4. A Projeção Atuarial reflete o comportamento do Ativo Líquido do plano, ou Fundo Previdenciário, dentro do prazo estabelecido de 75 (setenta e cinco anos).

2.5. Os principais parâmetros e hipóteses, adotados para esse estudo, foram definidos na Avaliação Atuarial do Regime Próprio e por estatísticas realizadas sobre a massa de servidores na data daquela avaliação.

2.6. Para definição dos Custos Administrativos e Auxílios, considerando-se que o valor arrecadado será gasto com o pagamento das despesas, o Fluxo Financeiro reflete a entrada e saída de valores para demonstração.

2.7. A população de estudo foi definida a partir dos parâmetros iniciais, do número de aposentadorias e através de cálculos atuariais que definiram o número de falecimentos dos servidores, tanto na atividade como na fase de concessão de benefícios.

2.8. Pelo fato da população ser pequena (376 servidores ativos e 8 inativos), não há aposentadorias por invalidez estimadas, até porque a probabilidade de entrada em invalidez dos servidores é pequena, até porque não há participantes em gozo de benefício dessa natureza.

2.7. A contribuição relativa ao Passivo Atuarial, chamada de Custo Suplementar ou Custo Especial, foi determinada na Avaliação Atuarial para ser amortizada, em parcelas iguais, pelo prazo de 35 anos e, por isso, é constante na apresentação do fluxo, não dependendo do valor da folha de pagamentos dos servidores em atividade, que é decrescente devido às aposentadorias e às mortes estimadas e a não utilização da hipótese de entrada de novos servidores ao longo do tempo.

2.8. Da mesma forma, os custos administrativos do plano, também estimados na avaliação atuarial, serão constantes até o final do prazo, pois independe do número de servidores em atividade e aposentados ou pensionistas.

2.9. Efetuados os cálculos, considerando contribuições futuras dos servidores ativos e inativos, e da parte patronal para os ativos, como receitas, despesas administrativas como despesas e, a previsão de Compensação Previdenciária como receita direta a partir de primeiro ano de existência do plano.

2.10. Pode-se verificar através do gráfico anexo, que somente no ano 2018 as despesas devem ser maiores que as receitas e no ano 2026, o patrimônio passará a ser consumido e em 2039 terminado.

2.11. No caso de haver a compensação previdenciária a situação do plano fica da seguinte forma: as despesas superam as receitas a partir do ano de 2019; o Ativo Líquido começa a cair a partir do ano de 2028, sendo terminado em 2043.

2.11. Considerando que não utilizamos a hipótese de entrada de novos servidores no serviço público municipal, hipótese difícil de ser definida sem uma estatística local, fazendo com que a folha de pagamento dos servidores seja decrescente ao longo do tempo, diminuindo, portanto, o nível de contribuição futura.

2.12. Partindo da observação do comportamento do patrimônio, o futuro do Regime não corre risco de insolvência, pois é certo que a entrada de novos servidores é certa, pois a Prefeitura terá que manter seu quadro de servidores em número suficiente para que a prestação de serviços municipais não seja interrompida.

2.13. Ressaltamos ainda que o processo no acompanhamento de ocorrências de concessão de quaisquer benefícios, identificando o servidor com seus dados cadastrais e motivos e condições da concessão, bem como novos servidores que venham a ser efetivados no serviço público municipal.

2.14. Sugerimos que se estabeleça um fluxo de processos para as áreas envolvidas na concessão de benefícios aos servidores da Prefeitura Municipal de Holambra - SP.

2.15. Os resultados aqui apresentados somente se verificarão e serão válidos se efetivamente ocorrer na prática as hipóteses formuladas e se as contribuições forem realizadas conforme indicado na avaliação atuarial de fevereiro de 2004.

Alexandre Pereira Sampaio
Atuário - MIBA 1126

3. Parâmetros e Hipóteses Utilizadas

Tábuas Biométricas	
Mortalidade	CSO - 80
Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas
Mortalidade de Inválidos	IAPB - 57

Patrimônio Inicial	5.004.667,33

Contribuintes	% de Contribuição
Patronal	12,72
Especial ou Suplementar s/ Compensação	3,89
Especial ou Suplementar c/ Compensação	0,00
Despesas Administrativas	2,00
Auxílios	0,00
Servidores Ativos	6,36
Servidores Inativos	9,00

Massa de Servidores	Folha Salarial (R$)	Nº de Servidores	Salário Médio
Ativos	289.989,58	376	771,25
Aposentados	1.805,92	6	300,99
Aposentados por Invalidez	-	0	-
Pensionistas	1.259,82	2	629,91
Total	**293.055,32**	**384**	**763,16**

Outras Hipóteses	Utilizado
Taxa de Juros Atuarial	6,00%
Taxa de Inflação	Não Utilizada
Crescimento Salarial Anual	1,00%
Crescimento Real de Benefício	1,00%
Rotatividade	Não Utilizada

Fluxo Financeiro de Receitas e Despesas sem Compensação

	Receitas Projetadas para o Fim do Ano					Despesas Projetadas para o Fim do Ano				
Ano Base	Servidor Normal	Patronal Normal	Custo Suplementar	Contribuicao de Inativos	Receitas	Inativos	Auxílios	Despesas Administrativas	Despesas	Patrimônio
2004	239.125,72	478.251,43	135.392,74	4.720,24	932.887,42	52.447,16	-	75.397,29	127.844,45	6.109.990,34
2005	239.584,84	479.169,68	135.392,74	5.490,38	935.034,92	61.004,25	-	75.397,29	136.401,54	7.275.223,15
2006	240.679,71	481.359,43	135.392,74	8.704,28	941.533,45	96.714,24	-	75.397,29	172.111,54	8.481.158,46
2007	240.458,55	480.917,10	135.392,74	9.805,08	941.970,76	108.945,35	-	75.397,29	184.342,64	9.747.656,08
2008	242.199,57	484.399,15	135.392,74	11.075,08	948.463,83	123.056,39	-	75.397,29	198.453,69	11.082.525,59
2009	243.281,18	486.562,36	135.392,74	13.598,97	954.232,53	151.099,62	-	75.397,29	226.496,91	12.475.212,74
2010	243.006,40	486.012,80	135.392,74	17.937,53	957.746,75	199.305,87	-	75.397,29	274.703,16	13.906.769,09
2011	241.334,46	482.668,92	135.392,74	26.604,90	961.398,31	295.609,98	-	75.397,29	371.007,27	15.331.566,27
2012	238.914,28	477.828,56	135.392,74	32.202,74	959.735,61	357.808,26	-	75.397,29	433.205,55	16.777.990,31
2013	235.724,15	471.448,30	135.392,74	34.498,86	952.461,34	383.320,64	-	75.397,29	458.717,93	18.278.413,14
2014	235.263,86	470.527,72	135.392,74	38.302,22	954.883,83	425.580,21	-	75.397,29	500.977,50	19.829.024,25
2015	234.770,79	469.541,59	135.392,74	58.421,49	973.523,90	649.127,72	-	75.397,29	724.525,01	21.267.764,60
2016	226.340,39	452.680,78	135.392,74	63.632,07	953.443,27	707.023,04	-	75.397,29	782.420,33	22.714.853,41
2017	225.700,89	451.401,77	135.392,74	66.732,50	954.625,18	741.472,19	-	75.397,29	816.869,48	24.215.500,32
2018	220.628,06	441.256,12	135.392,74	81.980,93	954.655,14	910.899,21	-	75.397,29	986.296,51	25.636.788,97
2019	211.729,64	423.459,28	135.392,74	96.497,65	942.476,60	1.072.196,16	-	75.397,29	1.147.593,45	26.969.879,46
2020	202.631,19	405.262,37	135.392,74	110.965,61	929.649,19	1.232.951,17	-	75.397,29	1.308.348,46	28.209.372,96
2021	195.595,17	391.190,35	135.392,74	127.568,10	925.143,65	1.417.423,37	-	75.397,29	1.492.820,66	29.334.258,33
2022	189.160,92	378.321,85	135.392,74	145.933,42	924.206,22	1.621.482,44	-	75.397,29	1.696.879,73	30.321.640,32
2023	179.496,94	358.993,87	135.392,74	166.544,25	915.825,08	1.850.491,65	-	75.397,29	1.925.888,94	31.130.874,88
2024	168.064,60	336.129,20	135.392,74	192.400,13	907.383,96	2.137.779,24	-	75.397,29	2.213.176,53	31.692.934,80
2025	152.456,38	304.912,75	135.392,74	225.612,51	893.771,67	2.506.805,63	-	75.397,29	2.582.202,92	31.906.079,64
2026	131.756,89	263.513,78	135.392,74	255.912,92	861.973,61	2.843.476,88	-	75.397,29	2.918.874,17	31.763.543,86
2027	116.239,74	232.479,47	135.392,74	285.484,87	844.994,10	3.172.054,08	-	75.397,29	3.247.451,37	31.266.899,22
2028	102.018,41	204.036,81	135.392,74	312.852,01	829.697,25	3.476.133,39	-	75.397,29	3.551.530,68	30.421.079,75
2029	85.047,72	170.095,45	135.392,74	345.591,94	811.525,14	3.839.910,44	-	75.397,29	3.915.307,73	29.142.561,95
2030	66.901,48	133.802,97	135.392,74	372.364,44	783.858,93	4.137.382,72	-	75.397,29	4.212.780,01	27.462.194,58
2031	55.891,65	111.783,29	135.392,74	388.764,10	767.229,07	4.319.601,14	-	75.397,29	4.394.998,43	25.482.156,90
2032	43.812,38	87.624,76	135.392,74	403.555,67	745.782,83	4.483.951,84	-	75.397,29	4.559.349,13	23.197.520,01
2033	34.889,82	69.779,64	135.392,74	424.877,33	740.336,81	4.720.859,19	-	75.397,29	4.796.256,48	20.533.451,55
2034	18.908,58	37.817,16	135.392,74	432.915,86	700.431,63	4.810.176,18	-	75.397,29	4.885.573,47	17.580.316,79
2035	15.625,36	31.250,73	135.392,74	441.146,18	698.812,30	4.901.624,22	-	75.397,29	4.977.021,51	14.356.926,59
2036	13.151,35	26.302,69	135.392,74	453.034,68	703.278,75	5.033.718,69	-	75.397,29	5.109.115,98	10.812.504,96
2037	10.626,29	21.252,58	135.392,74	463.149,08	705.817,97	5.146.100,88	-	75.397,29	5.221.498,17	6.945.575,06
2038	4.471,90	8.943,79	135.392,74	468.717,78	692.923,50	5.207.975,34	-	75.397,29	5.283.372,63	2.771.860,43
2039	-	-	-	475.795,99	551.193,28	5.286.622,12	-	75.397,29	5.362.019,41	(1.872.654,07)
2040	-	-	-	480.621,87	556.019,16	5.340.243,04	-	75.397,29	5.415.640,33	(6.732.275,24)
2041	-	-	-	485.496,02	560.893,31	5.394.400,18	-	75.397,29	5.469.797,47	(11.641.179,40)
2042	-	-	-	490.418,90	565.816,19	5.449.098,89	-	75.397,29	5.524.496,18	(16.599.859,39)

Fluxo Financeiro de Receitas e Despesas sem Compensação

	Receitas Projetadas para o Fim do Ano					Despesas Projetadas para o Fim do Ano				
Ano Base	Servidor Normal	Patronal Normal	Custo Suplementar	Contribuicao de Inativos	Receitas	Inativos	Auxílios	Despesas Administrativas	Despesas	Patrimônio
2043	-	-	-	495.391,01	570.788,30	5.504.344,59	-	75.397,29	5.579.741,88	(21.608.812,97)
2044	-	-	-	500.412,85	575.810,14	5.560.142,74	-	75.397,29	5.635.540,03	(26.668.542,86)
2045	-	-	-	505.484,90	580.882,19	5.616.498,87	-	75.397,29	5.691.896,16	(31.779.556,84)
2046	-	-	-	510.607,67	586.004,96	5.673.418,57	-	75.397,29	5.748.815,86	(36.942.367,73)
2047	-	-	-	515.781,67	591.178,96	5.730.907,46	-	75.397,29	5.806.304,75	(42.157.493,53)
2048	-	-	-	521.007,41	596.404,70	5.788.971,24	-	75.397,29	5.864.368,53	(47.425.457,36)
2049	-	-	-	526.285,41	601.682,70	5.847.615,66	-	75.397,29	5.923.012,95	(52.746.787,61)
2050	-	-	-	531.616,19	607.013,48	5.906.846,53	-	75.397,29	5.982.243,82	(58.122.017,95)
2051	-	-	-	537.000,27	612.397,56	5.966.669,70	-	75.397,29	6.042.066,99	(63.551.687,38)
2052	-	-	-	542.438,20	617.835,49	6.027.091,10	-	75.397,29	6.102.488,39	(69.036.340,28)
2053	-	-	-	547.930,50	623.327,80	6.088.116,72	-	75.397,29	6.163.514,01	(74.576.526,50)
2054	-	-	-	553.477,73	628.875,02	6.149.752,60	-	75.397,29	6.225.149,89	(80.172.801,36)
2055	-	-	-	559.080,43	634.477,73	6.212.004,83	-	75.397,29	6.287.402,12	(85.825.725,75)
2056	-	-	-	564.739,16	640.136,45	6.274.879,58	-	75.397,29	6.350.276,88	(91.535.866,18)
2057	-	-	-	570.454,48	645.851,77	6.338.383,09	-	75.397,29	6.413.780,38	(97.303.794,79)
2058	-	-	-	576.226,95	651.624,24	6.402.521,63	-	75.397,29	6.477.918,92	(103.130.089,46)
2059	-	-	-	582.057,14	657.454,43	6.467.301,55	-	75.397,29	6.542.698,84	(109.015.333,87)
2060	-	-	-	587.945,63	663.342,93	6.532.729,27	-	75.397,29	6.608.126,56	(114.960.117,51)
2061	-	-	-	593.893,01	669.290,31	6.598.811,27	-	75.397,29	6.674.208,56	(120.965.035,77)
2062	-	-	-	599.899,87	675.297,16	6.665.554,09	-	75.397,29	6.740.951,38	(127.030.689,99)
2063	-	-	-	605.966,79	681.364,08	6.732.964,34	-	75.397,29	6.808.361,63	(133.157.687,54)
2064	-	-	-	612.094,38	687.491,67	6.801.048,69	-	75.397,29	6.876.445,98	(139.346.641,84)
2065	-	-	-	618.283,25	693.680,54	6.869.813,88	-	75.397,29	6.945.211,17	(145.598.172,48)
2066	-	-	-	624.534,01	699.931,30	6.939.266,73	-	75.397,29	7.014.664,02	(151.912.905,20)
2067	-	-	-	630.847,27	706.244,56	7.009.414,10	-	75.397,29	7.084.811,39	(158.291.472,04)
2068	-	-	-	637.223,67	712.620,96	7.080.262,95	-	75.397,29	7.155.660,24	(164.734.511,32)
2069	-	-	-	643.663,83	719.061,12	7.151.820,29	-	75.397,29	7.227.217,58	(171.242.667,78)
2070	-	-	-	650.168,39	725.565,68	7.224.093,20	-	75.397,29	7.299.490,49	(177.816.592,59)
2071	-	-	-	656.738,00	732.135,29	7.297.088,84	-	75.397,29	7.372.486,13	(184.456.943,43)
2072	-	-	-	663.373,30	738.770,59	7.370.814,43	-	75.397,29	7.446.211,72	(191.164.384,57)
2073	-	-	-	670.074,96	745.472,25	7.445.277,28	-	75.397,29	7.520.674,57	(197.939.586,90)
2074	-	-	-	676.843,63	752.240,92	7.520.484,76	-	75.397,29	7.595.882,05	(204.783.228,03)
2075	-	-	-	683.679,99	759.077,28	7.596.444,32	-	75.397,29	7.671.841,61	(211.695.992,36)
2076	-	-	-	690.584,71	765.982,00	7.673.163,47	-	75.397,29	7.748.560,76	(218.678.571,12)
2077	-	-	-	697.558,48	772.955,77	7.750.649,81	-	75.397,29	7.826.047,10	(225.731.662,44)
2078	-	-	-	704.601,99	779.999,28	7.828.911,02	-	75.397,29	7.904.308,31	(232.855.971,47)
2079	-	-	-	711.715,93	787.113,23	7.907.954,83	-	75.397,29	7.983.352,12	(240.052.210,37)

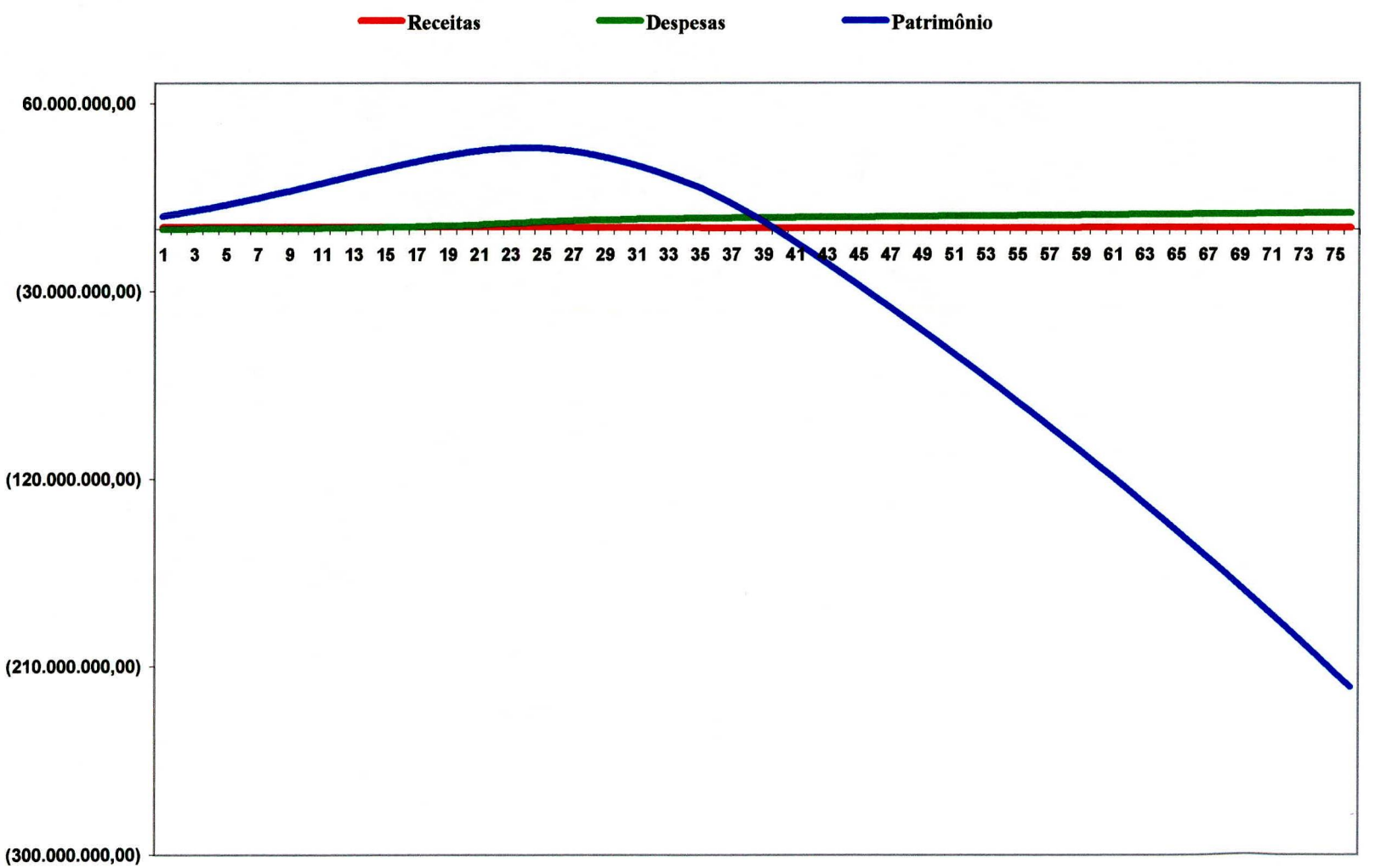
Fluxo Financeiro de Receitas e Despesas com Compensação

	Receitas Projetadas para o Fim do Ano						Despesas Projetadas para o Fim do Ano				
Ano Base	Servidor Normal	Patronal Normal	Custo Suplementar	Compensação	Contribuicao de Inativos	Receitas	Inativos	Auxílios	Despesas Administrativas	Despesas	Patrimônio
2004	239.763,38	479.526,77	-	261.785,93	4.720,24	1.061.193,62	52.447,16	-	75.397,29	127.844,45	6.238.296,54
2005	241.510,53	483.021,07	-	261.785,93	5.490,38	1.067.205,20	61.004,25	-	75.397,29	136.401,54	7.543.397,99
2006	241.954,67	483.909,33	-	261.785,93	8.704,28	1.071.751,50	96.714,24	-	75.397,29	172.111,54	8.895.641,83
2007	243.047,09	486.094,18	-	261.785,93	9.805,08	1.076.129,58	108.945,35	-	75.397,29	184.342,64	10.321.167,27
2008	242.796,78	485.593,56	-	261.785,93	11.075,08	1.076.648,63	123.056,39	-	75.397,29	198.453,69	11.818.632,25
2009	244.547,85	489.095,70	-	261.785,93	13.598,97	1.084.425,73	151.099,62	-	75.397,29	226.496,91	13.385.679,01
2010	245.625,99	491.251,99	-	261.785,93	17.937,53	1.091.998,72	199.305,87	-	75.397,29	274.703,16	15.006.115,31
2011	245.320,24	490.640,48	-	261.785,93	26.604,90	1.099.748,83	295.609,98	-	75.397,29	371.007,27	16.635.223,78
2012	243.588,99	487.177,98	-	261.785,93	32.202,74	1.100.152,92	357.808,26	-	75.397,29	433.205,55	18.300.284,59
2013	241.094,20	482.188,40	-	261.785,93	27.706,49	1.088.172,31	307.849,94	-	75.397,29	383.247,23	20.103.226,74
2014	237.813,73	475.627,45	-	261.785,93	31.509,86	1.082.134,25	350.109,50	-	75.397,29	425.506,80	21.966.047,81
2015	237.317,70	474.635,40	-	261.785,93	51.629,13	1.100.765,45	573.657,01	-	75.397,29	649.054,30	23.735.721,82
2016	236.787,97	473.575,94	-	261.785,93	56.839,71	1.104.386,84	631.552,33	-	75.397,29	706.949,62	25.557.302,35
2017	228.161,10	456.322,20	-	261.785,93	66.732,50	1.088.399,01	741.472,19	-	75.397,29	816.869,48	27.362.270,02
2018	227.481,46	454.962,91	-	261.785,93	81.980,93	1.101.608,51	910.899,21	-	75.397,29	986.296,51	29.119.318,23
2019	222.279,10	444.558,21	-	261.785,93	96.497,65	1.100.518,19	1.072.196,16	-	75.397,29	1.147.593,45	30.819.402,06
2020	213.173,99	426.347,98	-	261.785,93	110.965,61	1.087.670,79	1.232.951,17	-	75.397,29	1.308.348,46	32.447.888,51
2021	203.864,54	407.729,09	-	261.785,93	127.568,10	1.076.344,96	1.417.423,37	-	75.397,29	1.492.820,66	33.978.286,12
2022	196.658,71	393.317,43	-	261.785,93	145.933,42	1.073.092,78	1.621.482,44	-	75.397,29	1.696.879,73	35.393.196,32
2023	190.066,45	380.132,91	-	261.785,93	166.544,25	1.073.926,83	1.850.491,65	-	75.397,29	1.925.888,94	36.664.826,00
2024	180.179,26	360.358,51	-	261.785,93	192.400,13	1.070.121,11	2.137.779,24	-	75.397,29	2.213.176,53	37.721.660,14
2025	168.487,87	336.975,74	-	261.785,93	225.612,51	1.068.259,34	2.506.805,63	-	75.397,29	2.582.202,92	38.471.016,17
2026	152.536,38	305.072,75	-	261.785,93	255.912,92	1.050.705,27	2.843.476,88	-	75.397,29	2.918.874,17	38.911.108,24
2027	131.390,98	262.781,97	-	261.785,93	285.484,87	1.016.841,04	3.172.054,08	-	75.397,29	3.247.451,37	39.015.164,40
2028	115.531,80	231.063,59	-	261.785,93	312.852,01	996.630,61	3.476.133,39	-	75.397,29	3.551.530,68	38.801.174,19
2029	100.994,17	201.988,35	-	261.785,93	345.591,94	985.757,68	3.839.910,44	-	75.397,29	3.915.307,73	38.199.694,59
2030	83.651,63	167.303,27	-	261.785,93	372.364,44	960.502,56	4.137.382,72	-	75.397,29	4.212.780,01	37.239.398,82
2031	65.109,60	130.219,20	-	261.785,93	388.764,10	921.276,11	4.319.601,14	-	75.397,29	4.394.998,43	36.000.040,43
2032	53.847,10	107.694,20	-	261.785,93	403.555,67	902.280,18	4.483.951,84	-	75.397,29	4.559.349,13	34.502.973,90
2033	41.493,36	82.986,71	-	261.785,93	424.877,33	886.540,61	4.720.859,19	-	75.397,29	4.796.256,48	32.663.436,47
2034	32.359,46	64.718,91	-	261.785,93	432.915,86	867.177,44	4.810.176,18	-	75.397,29	4.885.573,47	30.604.846,63
2035	16.024,68	32.049,36	-	261.785,93	441.146,18	826.403,43	4.901.624,22	-	75.397,29	4.977.021,51	28.290.519,35
2036	12.642,83	25.285,66	-	261.785,93	453.034,68	828.146,38	5.033.718,69	-	75.397,29	5.109.115,98	25.706.980,91
2037	12.769,26	25.538,51	-	261.785,93	463.149,08	838.640,07	5.146.100,88	-	75.397,29	5.221.498,17	22.866.541,66
2038	10.186,98	20.373,96	-	261.785,93	468.717,78	836.461,94	5.207.975,34	-	75.397,29	5.283.372,63	19.791.623,47
2039	-	-	-	-	475.795,99	551.193,28	5.286.622,12	-	75.397,29	5.362.019,41	16.168.294,75
2040	-	-	-	-	480.621,87	556.019,16	5.340.243,04	-	75.397,29	5.415.640,33	12.278.771,27
2041	-	-	-	-	485.496,02	560.893,31	5.394.400,18	-	75.397,29	5.469.797,47	8.106.593,38
2042	-	-	-	-	490.418,90	565.816,19	5.449.098,89	-	75.397,29	5.524.496,18	3.634.308,99
2043	-	-	-	-	495.391,01	570.788,30	5.504.344,59	-	75.397,29	5.579.741,88	(1.156.586,04)
2044	-	-	-	-	500.412,85	575.810,14	5.560.142,74	-	75.397,29	5.635.540,03	(6.216.315,94)

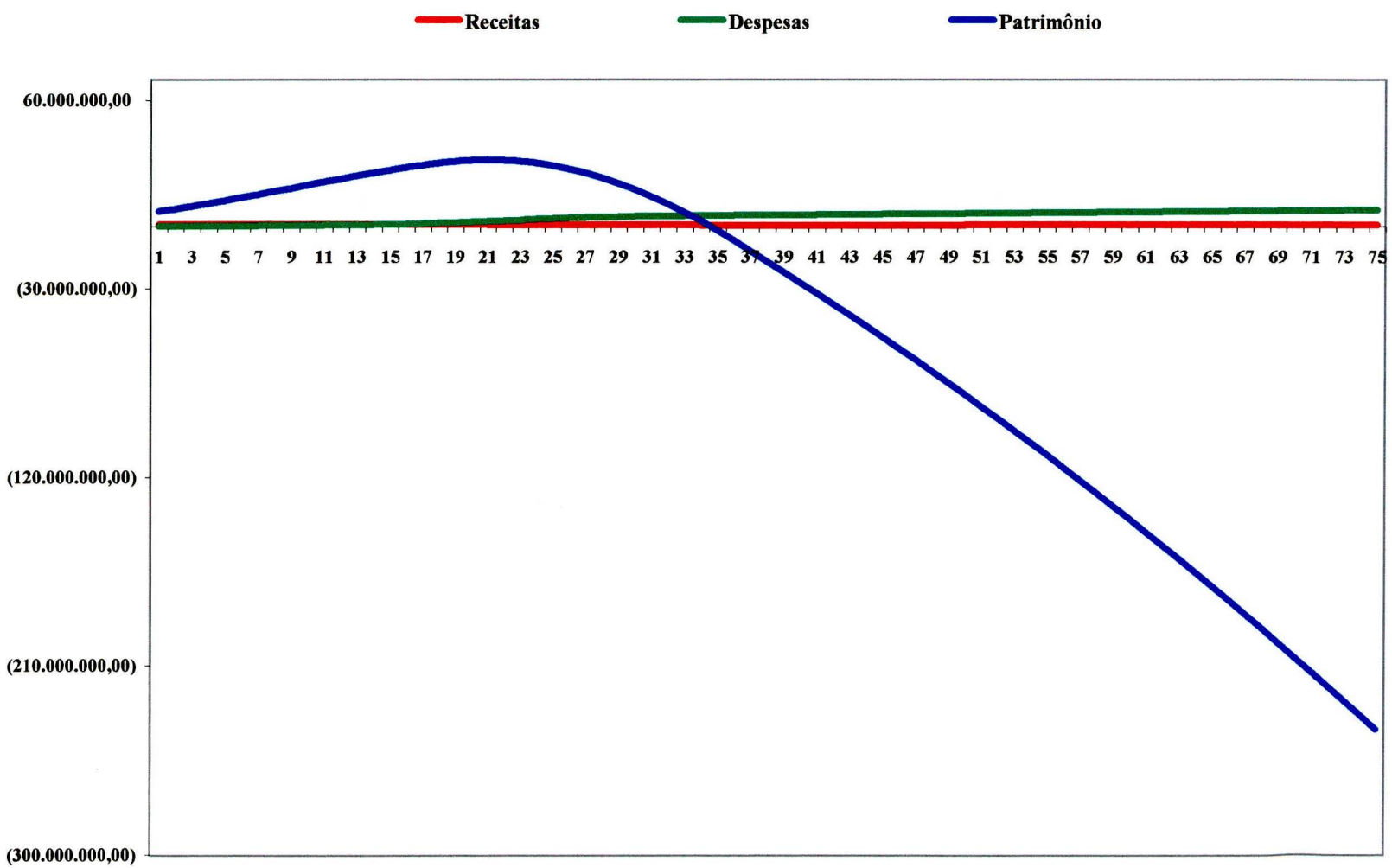
Fluxo Financeiro de Receitas e Despesas com Compensação

	Receitas Projetadas para o Fim do Ano						Despesas Projetadas para o Fim do Ano				
Ano Base	Servidor Normal	Patronal Normal	Custo Suplementar	Compensação	Contribuicao de Inativos	Receitas	Inativos	Auxílios	Despesas Administrativas	Despesas	Patrimônio
2045	-	-	-	-	505.484,90	580.882,19	5.616.498,87	-	75.397,29	5.691.896,16	(11.327.329,91)
2046	-	-	-	-	510.607,67	586.004,96	5.673.418,57	-	75.397,29	5.748.815,86	(16.490.140,81)
2047	-	-	-	-	515.781,67	591.178,96	5.730.907,46	-	75.397,29	5.806.304,75	(21.705.266,60)
2048	-	-	-	-	521.007,41	596.404,70	5.788.971,24	-	75.397,29	5.864.368,53	(26.973.230,43)
2049	-	-	-	-	526.285,41	601.682,70	5.847.615,66	-	75.397,29	5.923.012,95	(32.294.560,69)
2050	-	-	-	-	531.616,19	607.013,48	5.906.846,53	-	75.397,29	5.982.243,82	(37.669.791,03)
2051	-	-	-	-	537.000,27	612.397,56	5.966.669,70	-	75.397,29	6.042.066,99	(43.099.460,45)
2052	-	-	-	-	542.438,20	617.835,49	6.027.091,10	-	75.397,29	6.102.488,39	(48.584.113,36)
2053	-	-	-	-	547.930,50	623.327,80	6.088.116,72	-	75.397,29	6.163.514,01	(54.124.299,57)
2054	-	-	-	-	553.477,73	628.875,02	6.149.752,60	-	75.397,29	6.225.149,89	(59.720.574,44)
2055	-	-	-	-	559.080,43	634.477,73	6.212.004,83	-	75.397,29	6.287.402,12	(65.373.498,83)
2056	-	-	-	-	564.739,16	640.136,45	6.274.879,58	-	75.397,29	6.350.276,88	(71.083.639,25)
2057	-	-	-	-	570.454,48	645.851,77	6.338.383,09	-	75.397,29	6.413.780,38	(76.851.567,86)
2058	-	-	-	-	576.226,95	651.624,24	6.402.521,63	-	75.397,29	6.477.918,92	(82.677.862,54)
2059	-	-	-	-	582.057,14	657.454,43	6.467.301,55	-	75.397,29	6.542.698,84	(88.563.106,95)
2060	-	-	-	-	587.945,63	663.342,93	6.532.729,27	-	75.397,29	6.608.126,56	(94.507.890,59)
2061	-	-	-	-	593.893,01	669.290,31	6.598.811,27	-	75.397,29	6.674.208,56	(100.512.808,84)
2062	-	-	-	-	599.899,87	675.297,16	6.665.554,09	-	75.397,29	6.740.951,38	(106.578.463,06)
2063	-	-	-	-	605.966,79	681.364,08	6.732.964,34	-	75.397,29	6.808.361,63	(112.705.460,61)
2064	-	-	-	-	612.094,38	687.491,67	6.801.048,69	-	75.397,29	6.876.445,98	(118.894.414,92)
2065	-	-	-	-	618.283,25	693.680,54	6.869.813,88	-	75.397,29	6.945.211,17	(125.145.945,55)
2066	-	-	-	-	624.534,01	699.931,30	6.939.266,73	-	75.397,29	7.014.664,02	(131.460.678,28)
2067	-	-	-	-	630.847,27	706.244,56	7.009.414,10	-	75.397,29	7.084.811,39	(137.839.245,11)
2068	-	-	-	-	637.223,67	712.620,96	7.080.262,95	-	75.397,29	7.155.660,24	(144.282.284,40)
2069	-	-	-	-	643.663,83	719.061,12	7.151.820,29	-	75.397,29	7.227.217,58	(150.790.440,86)
2070	-	-	-	-	650.168,39	725.565,68	7.224.093,20	-	75.397,29	7.299.490,49	(157.364.365,67)
2071	-	-	-	-	656.738,00	732.135,29	7.297.088,84	-	75.397,29	7.372.486,13	(164.004.716,51)
2072	-	-	-	-	663.373,30	738.770,59	7.370.814,43	-	75.397,29	7.446.211,72	(170.712.157,64)
2073	-	-	-	-	670.074,96	745.472,25	7.445.277,28	-	75.397,29	7.520.674,57	(177.487.359,97)
2074	-	-	-	-	676.843,63	752.240,92	7.520.484,76	-	75.397,29	7.595.882,05	(184.331.001,11)
2075	-	-	-	-	683.679,99	759.077,28	7.596.444,32	-	75.397,29	7.671.841,61	(191.243.765,44)
2076	-	-	-	-	690.584,71	765.982,00	7.673.163,47	-	75.397,29	7.748.560,76	(198.226.344,19)
2077	-	-	-	-	697.558,48	772.955,77	7.750.649,81	-	75.397,29	7.826.047,10	(205.279.435,52)
2078	-	-	-	-	704.601,99	779.999,28	7.828.911,02	-	75.397,29	7.904.308,31	(212.403.744,54)
2079	-	-	-	-	711.715,93	787.113,23	7.907.954,83	-	75.397,29	7.983.352,12	(219.599.983,44)

Fluxo Financeiro com Compensação



Fluxo Financeiro sem Compensação



CE-PRCD-059/2004

Mogi Mirim, 18 de fevereiro de 2004

Ilmo. Sr.
Marcel Donizeti Souza Campos
Presidente da Câmara Municipal
Holambra – SP

LIDO EM SESSÃO
DE
03 / 03 / 04
PRESIDENTE

Prezado Senhor

No último dia 26 de janeiro a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP, órgão que regula e fiscaliza as concessões rodoviárias no Estado, apresentou o resultado 7ª Pesquisa de Satisfação dos Usuários com os serviços das rodovias concedidas e com as empresas concessionárias no Estado de São Paulo.

Na oportunidade foi com grande satisfação que pudemos constatar que a Renovias obteve a maior pontuação na qualidade da administração de rodovias entre as 12 concessionárias do Estado, alcançando média geral oito numa escala de zero a dez.

Para nós da Renovias, este fato representa o reconhecimento dos usuários ao trabalho que a Concessionária vem realizando em prol da segurança viária, principalmente se observarmos ainda as classificações obtidas pela Empresa nas seis pesquisas anteriores, quais sejam: 1º lugar (junho/01), 2º lugar (junho/00, dezembro/00, dezembro/01, junho/02) e 3º lugar (junho/99).

Considerando a abrangência da malha viária que administramos acreditamos que o 1º lugar obtido por esta Concessionária reflete também de modo positivo para a imagem dos municípios inseridos no sistema rodoviário Renovias.

Registramos que tem sido grande o esforço desta Empresa no sentido de oferecer rodovias em melhores condições de segurança e conforto aos usuários. Nesse sentido, nossas realizações já atingiram marcas consideráveis entre as quais destacamos: 49 km de duplicação e 31 em execução; 188 km de recapeamento em toda a malha viária, 5.295 novas placas de sinalização e 400 mil m^2 de pinturas de faixas; implantação de acostamento pavimentado na SP-344 entre São João da Boa Vista e Vargem Grande do Sul e na SP-350 entre Casa Branca e São José do Rio Pardo; implantação terceiras faixas e acostamento pavimentado no trecho de serra da SP-342, entre Águas da Prata e a divisa com Poços de Caldas-MG; implantação do Complexo Viário de acesso a São José do Rio Pardo (em substituição ao trevo da morte) o qual em novembro último completou dois anos de operação e, desde sua implantação, não houve registro de acidentes com

Renovias Concessionária S/A
Rodovia SP-340 Km 161 Pista Sul Mogi Mirim SP 13805-280 Cx. Postal 42
Fone: (19) 3814.2000 - Fax: (19) 3814.2001 www.renovias.com.br

mortes no local. No que se refere ao Sistema de Ajuda ao Usuário estamos prestes atingir a marca de 300 mil atendimentos.

Finalizando, permita-nos consignar que os resultados alcançados são o reflexo do trabalho e seriedade de uma Empresa compromissada com a melhoria qualidade de vida na nossa região e com desenvolvimento regional.

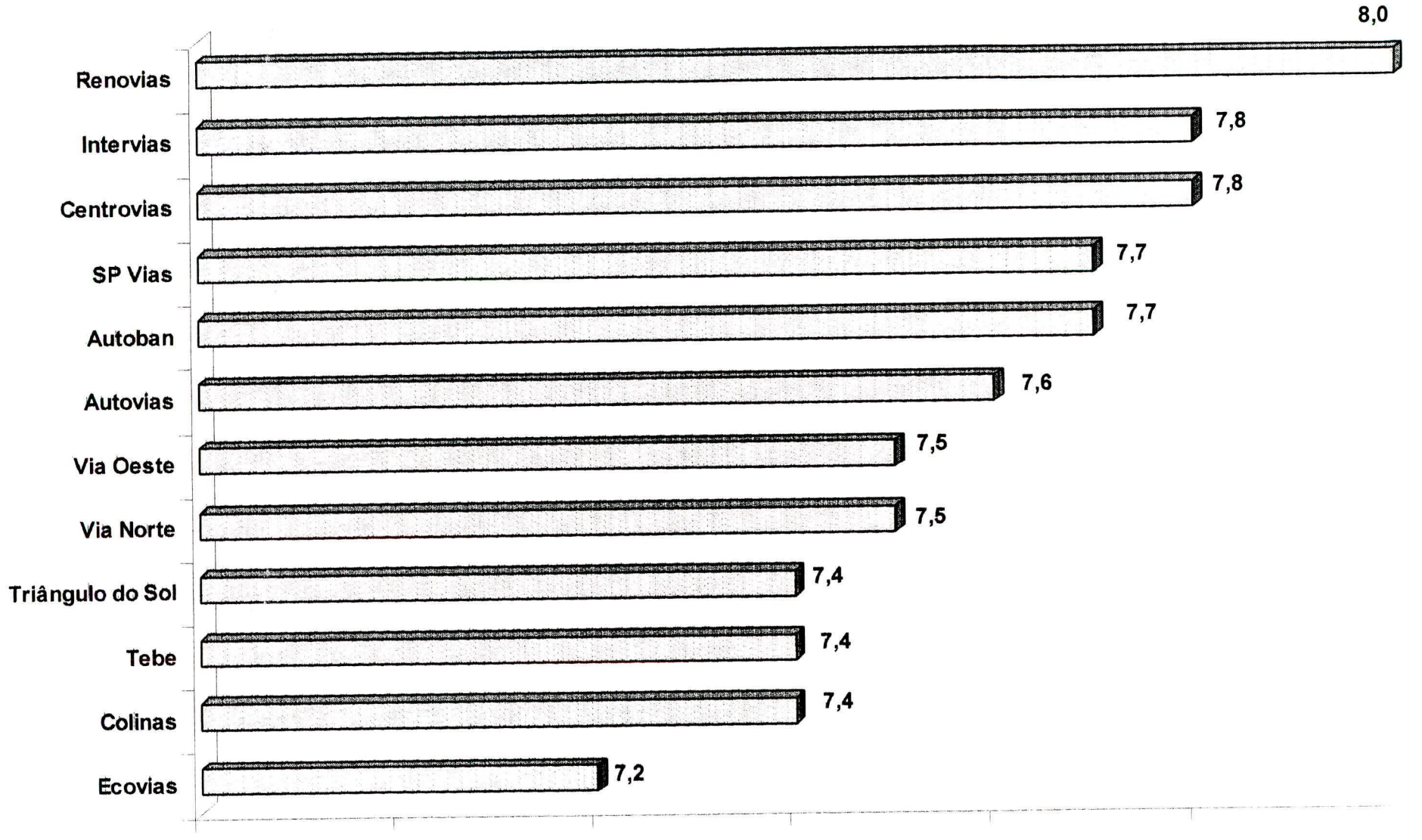
Sendo o que nos apresenta para o momento, renovamos votos de consideração e apreço.

Atenciosamente

RENOVIAS CONCESSIONÁRIA S.A.
Engº Paulo Roberto de Campos Damha

Renovias Concessionária S/A
Rodovia SP-340 Km 161 Pista Sul Mogi Mirim SP 13805-280 Cx. Postal 42
Fone: (19) 3814.2000 - Fax: (19) 3814.2001 www.renovias.com.br

Índice de qualidade da administração (média ponderada) – Total



Base: Entrevistados que avaliaram os aspectos = 4.648

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

OFÍCIO N.° 078/04-GPM

Holambra, 20 de Fevereiro de 2004.

Vimos através deste encaminhar Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Demonstrativo das Variações Patrimoniais, referentes ao exercício de 2003.

Certos de termos atendido as expectativas, aproveitamos a oportunidade para apresentarmos os nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

LIDO EM SESSÃO
DE
03 / 03 / 04
PRESIDENTE

PROTOCOLO
Nº de Ordem 1032
Fls. Nº 41 Livro Nº 009
Data 26 / 02 / 2004

CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA
HOLAMBRA-SP

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

AL. MAURÍCIO DE NASSAU, 444 - CEP 13825-000 - HOLAMBRA - SP - TELS.: (19) 3802-1321 / 3802-1322
C.N.P.J. Nº : 67.172.437/0001-83

Estado de Sao Paulo
Prefeitura Municipal de Holambra

Balanco Orcamentario
Exercicio de 2003 - Anexo 12, da Lei 4.320/64

Folha:

Unidade Gestora : CONSOLIDADO

	Previsao/Fixacao	Execucao	Diferencas
Receitas			
Receitas Correntes			
Receita Tributaria	2.482.500,00	2.978.722,41	496.222,41
Receitas de Contribuicoes	659.000,00	671.026,26	12.026,26
Receita Patrimonial	355.000,00	816.619,66	461.619,66
Receita de Servicos	322.000,00	562.696,69	240.696,69
Transferencias Correntes	8.988.500,00	9.245.782,03	257.282,03
Outras Receitas Correntes	541.000,00	470.785,05	-70.214,95
Total.....	13.348.000,00	14.745.632,10	1.397.632,10
Receitas de Capital			
Alienacao de Bens	20.000,00	43.569,14	23.569,14
Amortizacao de Emprestimos	70.000,00	66.842,52	-3.157,48
Transferencias de Capital	1.300.000,00	947.057,73	-352.942,27
Outras Receitas de Capital	150.000,00	0,00	-150.000,00
Total.....	1.540.000,00	1.057.469,39	-482.530,61
Soma	14.888.000,00	15.803.101,49	915.101,49
Deficit	2.135.205,15	95.365,10	-2.039.840,05
Total das Receitas	17.023.205,15	15.898.466,59	-1.124.738,56
Despesas			
Creditos Orcamentarios e Suplementares	16.989.205,15	15.864.466,59	-1.124.738,56
Creditos Especiais	34.000,00	34.000,00	0,00
Creditos Extraordinarios	0,00	0,00	0,00
Soma	17.023.205,15	15.898.466,59	-1.124.738,56
Total das Despesas	17.023.205,15	15.898.466,59	1.124.738,56

Celso Capato
Prefeito Municipal

Wilma Zanatto Mazzei
Téc. Contábil CRC 1SP 178420/O-1

Estado de Sao Paulo
Prefeitura Municipal de Holambra

Balanco Financeiro
Exercicio de 2003 - Anexo 13, da Lei 4.320/64

Folha: 1

Unidade Gestora : CONSOLIDADO

Receita			Despesa		
I - Orcamentaria			**I - Orcamentaria**		
Receitas Correntes			Despesa por Funcoes		
Receita Tributaria	2.978.722,41		Legislativa	387.666,00	
Receitas de Contribuicoes	671.026,26		Judiciaria	94.298,23	
Receita Patrimonial	816.619,66		Administracao	1.259.250,92	
Receita de Servicos	562.696,69		Seguranca Publica	502.939,24	
Transferencias Correntes	10.296.558,10		Assistencia Social	288.915,35	
Outras Receitas Correntes	470.785,05	15.796.408,17	Previdencia Social	90.286,86	
(-) Deducao para o FUNDEF	-1.050.776,07	14.745.632,10	Saude	3.478.555,14	
Receitas de Capital			Educacao	4.286.493,40	
Alienacao de Bens	43.569,14		Cultura	166.463,72	
Amortizacao de Emprestimos	66.842,52		Urbanismo	2.678.872,33	
Transferencias de Capital	947.057,73	1.057.469,39	Saneamento	679.319,48	
			Agricultura	99.397,70	
			Comercio e Servicos	33.772,81	
			Transporte	1.241.440,65	
			Desporto e Lazer	453.311,65	
			Encargos Especiais	157.503,52	
Totais		15.803.101,49	Totais		15.998.466,59
II - Extraorcamentaria			**II - Extraorcamentaria**		
Realizavel	673,52		Realizavel	953,00	
Restos a Pagar Proc-2003	1.094.067,70				
Restos a Pg Nao Proc-2003	21.851,32		Restos a Pagar	354.979,72	
Debitos de Tesouraria	-5.570,21		Debitos de Tesouraria	0,00	
Depositos de Diversas Orig	686.730,70		Depositos de Diversas Orig	708.525,19	
Outras Operacoes	1.194.614,32		Outras Operacoes	1.194.614,32	
Outras Interferencias Fina	55.873,15		Outras Interferencias Fina	0,00	
Transferencias Financeiras	387.666,00		Transferencias Financeiras	387.666,00	
Totais		3.435.906,50	Totais		2.646.738,19
Saldo do Ano Anterior			**Saldo Para o Ano Seguinte**		
Disponivel			Disponivel		
Caixa	3.751,21		Caixa	481,65	
Bancos - C/Movimento	63.710,52		Bancos - C/Movimento	63.331,11	
Bancos - C/Vinculada	37.052,32		Bancos - C/Vinculada	62.736,39	
Bancos - Aplicacoes Financ	3.404.901,55		Bancos - Aplicacoes Financ	3.185.788,83	
Vinculado em C/C Bancaria	0,00		Vinculado em C/C Bancaria	890.880,83	
Totais		3.509.415,60	Totais		4.203.218,81

Celso Capato
Prefeito Municipal

Wilma Zanatta Mazzer
Téc. Contábil CRC 1SP 118420/O-1

Estado de Sao Paulo
Prefeitura Municipal de Holambra

Balanco Financeiro
Exercicio de 2003 - Anexo 13, da Lei 4.320/64

Folha:

Total Geral	22.748.423,59	Total Geral	22.748.423

Celso Capato
Prefeito Municipal

Wilmo Zanotta Mazzer
Téc. Contábil CRC 1SP 118420/O-1

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

AL. MAURÍCIO DE NASSAU, 444 - CEP 13825-000 - HOLAMBRA - SP - TELS.: (19) 3802-1321 / 3802-1322

C.N.P.J. Nº : 67.172.437/0001-83

Estado de Sao Paulo — Balanco Patrimonial — Folhas

Prefeitura Municipal de Holambra — **Exercicio de 2003 - Anexo 14, da Lei 4.320/64**

Unidade Gestora : CONSOLIDADO

Ativo			Passivo		
Titulos			Titulos		
Ativo Financeiro			**Passivo Financeiro**		
Disponivel			Restos a Pagar		
Caixa	481,65		Processados de 2003	1.094.067,70	
Bancos - C/Movimento	63.331,11		Nao Processados de 2003	21.851,32	
Bancos - C/Vinculada	62.736,39		Processados Anteriores	357.295,04	
Bancos - Aplicacoes Financ	3.185.788,83		Nao Processados Anteriores	0,00	
Vinculado em C/C Bancaria	890.880,83		Depositos de Diversas Ori	51.097,55	
Realizavel	279,48	4.203.498,29	Outras Operacoes	0,00	1.524.311,6
Ativo Permanente			**Passivo Permanente**		
Bens Moveis	3.257.694,46		Divida Fundada Interna em	1.192.025,62	1.192.025,6
Bens Imoveis	358.545,75				
Creditos	4.003.307,46				
Diversos	10.436,23	7.629.983,90			
Soma do Ativo Real		11.833.482,19	Soma do Passivo Real		2.716.337,2
Saldo Patrimonial			Saldo Patrimonial		
Passivo Real Descoberto			Ativo Real Liquido		
			PREFEITURA MUNICIPAL	4.035.488,79	
			CAMARA MUNICIPAL	91.930,15	
			Inst. Prev. Mun. Serv. Pub	4.989.726,11	
			Ativo Real Liquido		9.117.144,9
Totais		11.833.482,19	Totais		11.833.482,1
Ativo Compensado			Passivo Compensado		
Totais		11.833.482,19	Totais		11.833.482,1

Celso Capato
Prefeito Municipal

Wilmo Zanotto Mazzer
Téc. Contábil CRC 1SP 118420/O-1

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

AL. MAURÍCIO DE NASSAU, 444 - CEP 13825-000 - HOLAMBRA - SP - TELS.: (19) 3802-1321 / 3802-1322

C.N.P.J. Nº : 67.172.437/0001-83

Estado de Sao Paulo
Prefeitura Municipal de Holambra

Demonstracao das Variacoes Patrimoniais
Exercicio de 2003 - Anexo 15, da Lei 4.320/64

Folha:

Unidade Gestora : CONSOLIDADO

Variacoes Ativas			Variacoes Passivas		
Resultantes da Execucao Orcamentaria			**Resultantes da Execucao Orcamentaria**		
Receita Orcamentaria			Despesa Orcamentaria		
Receitas Correntes			Despesas Correntes		
Receita Tributaria	2.978.722,41		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.665.354,67	
Receitas de Contribuicoes	671.026,26		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.193.565,40	12.858.920,
Receita Patrimonial	816.619,66				
Receita de Servicos	562.696,69				
Transferencias Correntes	9.245.782,03				
Outras Receitas Correntes	470.785,05	14.745.632,10			
Receitas de Capital			Despesas de Capital		
Alienacao de Bens	43.569,14		INVESTIMENTOS	2.978.274,21	
Amortizacao de Emprestimos	66.842,52		AMORTIZACAO DA DIVIDA	61.272,31	3.039.546,
Transferencias de Capital	947.057,73				
Outras Receitas de Capital	0,00	1.057.469,39			
Totais		15.803.101,49	Totais		15.898.466,
Mutacoes Patrimoniais			Mutacoes Patrimoniais		
Amortizacao Div Fund Fundo	66.842,52		Alienacao de Bens Imoveis	769,14	
Aquisicao Bens Imoveis PM	179.550,00		Alienacao de Bens Moveis	42.800,00	
Aquisicao Bens Moveis CM	30.651,80		Baixa da Divida Ativa	66.842,52	
Aquisicao Bens Moveis PM	454.225,68		Cobranca da Divida Ativa	349.865,46	460.277,
Aquisicao de Bens Moveis	777,74	732.047,74			
Totais		16.535.149,23	Totais		16.358.743,
Independentes da Execucao Orcamentaria			Independentes da Execucao Orcamentaria		
Cancelamento Consignacoes	34.599,37		Baixa Bens Mov.p/Doacao CM	4.900,33	
Cancelamento R. a Pagar	21.273,78		Baixa de Bens Inserviveis	18.465,41	
Correcao Divida Ativa	56.267,91		Baixa de Bens por Furto	1.889,00	
Entradas Almoxarifado CM	39.436,08		Cancelamento Divida Ativa	118.058,40	
Entradas Almoxarifado PM	3.186.936,20		Saidas de Almoxarifado	2.288,63	
Entradas de Almoxarifado	2.225,24		Saidas do Almoxarifado CM	41.756,45	
Inc. Imoveis Anteriores PM	136.289,24		Saidas do Almoxarifado PM	3.184.439,66	
Inc. Moveis Anteriores PM	43.393,58		Transf. Tesouro Municipal	387.666,00	3.759.463,
Inc.Pat. CM/Exerc. Ant.	68.499,05				
Inscricao da Divida Ativa	1.056.569,00				
Rec. do Tesouro Municipal	387.666,00	5.033.155,45			
Totais		21.568.304,68	Totais		20.118.207,

Estado de Sao Paulo — Demonstracao das Variacoes Patrimoniais — Folha: 2
Prefeitura Municipal de Holambra — Exercicio de 2003 - Anexo 15, da Lei 4.320/64

Unidade Gestora : CONSOLIDADO

Variacoes Ativas		Variacoes Passivas	
Resultado Patrimonial		Resultado Patrimonial	
		Superavit Verificado	1.450.097,09
Totais	21.568.304,68	Totais	21.568.304,68

Celso Capato
Prefeito Municipal

Wilma Zanotta Mozzer
Téc. Contábil CRC 1SP 118420/O-1

MINISTÉRIO DA SAÚDE
Secretaria Executiva
FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

Ofício n°. 00007095/MS/SE/FNS **Brasilia(DF), 12/02/2004**

Senhor Presidente,

Informamos a liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde em favor desse município, em cumprimento ao art. 2°. da Lei 9.452, de 20/03/1997, conforme os dados abaixo:

Beneficiário: **PREF MUN HOLAMBRA**
Programa: **Pagamento de PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - Comp. 01/2004**
Valor: **2.880,00**
Competencia: **01/2004**
Ordem Bancária: **2004OB005398**
Data da OB: **11/02/2004**

Destacamos que as informações sobre liberação de recursos também estão disponíveis no site do FNS e podem se acessadas por meio do endereço eletrônico: www.fns.saude.gov.br.

Atenciosamente,

Reginaldo Muniz Barreto
Diretor Executivo

LIDO EM SESSÃO
DE
03 / 03 / 04
PRESIDENTE

A transparência na divulgação das ações é uma de nossas premissas.
Para que o FNS continue em contato frequente com a Câmara Municipal, é necessário que o endereço esteja sempre atualizado.
Para atualizar os dados cadastrais, entre em contato com a Assessoria de Relações Institucionais do FNS pelo telefax:(61) 315-3238, pelo endereço eletrônico **fnscomunicacao@saude.gov.br** ou ainda por meio da nossa Central de Atendimento

FNS04F

FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

CENTRAL DE ATENDIMENTO

0800 644 8001

INFORME-SE:

. Data de pagamento, valores e número de todos os programas que recebem por meio da transferência Fundo a Fundo e também serviços produzidos(AIH e SIA).

. Acompanhamento e situação de processo de convênios.

Processado pelo DATASUS

RL413650986BR

CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA
A/C. Exmo(a). Sr(a). Presidente
Av. Rota dos Imigrantes, 425, Cx.P. 94
13825-000 - HOLAMBRA - SP

00000571

MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

CONTRATO ESPECIAL
Nº. 507500130
ECT/DR/RJ-DATASUS

REMETENTE:

MS/SE/FUNDO NACIONAL DE SAÚDE
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO G, ANEXO - 2°.ANDAR - GABINETE
70.058-900 - BRASÍLIA - DF

- ☐ Mudou-se
- ☐ Desconhecido
- ☐ Recusado
- ☐ Endereço insuficiente
- ☐ Não existe o número indicado
- ☐ Falecido
- ☐ Ausente
- ☐ Não procurado
- ☐ Informação escrita pelo porteiro/síndico
- ☐

Reintegrado ao serviço postal em ...../...../.....

Em ...../...../..... ....

Responsável Visto

MINISTÉRIO DA SAÚDE
Secretaria Executiva
FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

Ofício n°. 00003641/MS/SE/FNS **Brasilia(DF), 12/02/2004**

Senhor Presidente,

Informamos a liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde em favor desse município, em cumprimento ao art. 2°. da Lei 9.452, de 20/03/1997, conforme os dados abaixo:

Beneficiário: **PREF MUN HOLAMBRA**
Programa: **Pagamento de PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMìLIA - Comp. 01/2004**
Valor: **10.800,00**
Competencia: **01/2004**
Ordem Bancária: **2004OB005413**
Data da OB: **11/02/2004**

Destacamos que as informações sobre liberação de recursos também estão disponíveis no site do FNS e podem se acessadas por meio do endereço eletrônico: www.fns.saude.gov.br.

Atenciosamente,

Reginaldo Muniz Barreto
Diretor Executivo

LIDO EM SESSÃO
DE
03 / 03 / 04
PRESIDENTE

A transparência na divulgação das ações é uma de nossas premissas.
Para que o FNS continue em contato frequente com a Câmara Municipal, é necessário que o endereço esteja sempre atualizado.
Para atualizar os dados cadastrais, entre em contato com a Assessoria de Relações Institucionais do FNS pelo telefax:(61) 315-3238, pelo endereço eletrônico **fnscomunicacao@saude.gov.br** ou ainda por meio da nossa Central de Atendimento

REMETENTE:

MS/SE/FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO G, ANEXO - 2°.ANDAR - GABINETE

70.058-900 - BRASÍLIA - DF

- ☐ Mudou-se
- ☐ Desconhecido
- ☐ Recusado
- ☐ Endereço insuficiente
- ☐ Não existe o número indicado
- ☐ Falecido
- ☐ Ausente
- ☐ Não procurado
- ☐ Informação escrita pelo porteiro/síndico

Reintegrado ao serviço postal em ...../...../.....

Em ...../...../.....

MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

CONTRATO ESPECIAL
N°. 50750013-0
ECT/DR/RJ-DATASUS

00000570

CAMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA
A/C. Exmo(a). Sr(a). Presidente
Av. Rota dos Imigrantes, 425, Cx.P. 94
13825-000 - HOLAMBRA - SP

RL413650972BR

Processado pelo DATASUS

FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

CENTRAL DE ATENDIMENTO

0800 644 8001

INFORME-SE:

. Data de pagamento, valores e número de todos os programas que recebem por meio da transferência Fundo a Fundo e também serviços produzidos(AIH e SIA).

. Acompanhamento e situação de processo de convênios.

FNS041

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
PRESIDÊNCIA

COMUNICADO Nº CM000619/2004

Brasília, 18 de fevereiro de 2004

ILMº(ª) Senhor(a),

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE(O)HOLAMBRA-SP

De acordo com a legislação vigente, informamos a(s) liberação(ções) de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, conforme abaixo:

Entidade: PREF MUN DA EST.NCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

I Convênio	Programa	Parcela	Ordem Bancaria	
			Data Emissão	Valor em R$
	QUOTA	001	09/02/2004	25.392,20

LIDO EM SESSÃO
DE
03/03/04
PRESIDENTE

Atenciosamente,

JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES
Presidente do FNDE

NOTA: Maiores informações quanto a liberação de recursos e legislação pertinente aos programas mantidos por este FNDE, favor consultar o endereço: www.fnde.gov.br na internet.

Impresso em: 18/02/2004

Remetente:
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

SBS- Quadra 02 Bloco F
Edifício Áurea
Brasília - Distrito Federal
CEP: 70.070.929

Carta
11280/2002-DR/BSB
FNDE
CORREIOS
NR.CM000619/2004

Ministério da Educação
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

A(o)
CÂMARA MUNICIPAL DE(O) HOLAMBRA-SP
HOLAMBRA - SP
13825000

MINISTÉRIO DA SAÚDE
Secretaria Executiva
FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

Ofício n°. 00000290/MS/SE/FNS **Brasilia(DF), 09/02/2004**

Senhor Presidente,

Informamos a liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde em favor desse município, em cumprimento ao art. 2°. da Lei 9.452, de 20/03/1997, conforme os dados abaixo:

Beneficiário: **PREF MUN HOLAMBRA**
Programa: **Pagamento de MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE - VISA/TAXA DE FISCALIZAÇÃO - Comp. 12/2003**
Valor: **447,18**
Competencia: **12/2003**
Ordem Bancária: **2004OB004643**
Data da OB: **06/02/2004**

Destacamos que as informações sobre liberação de recursos também estão disponíveis no site do FNS e podem se acessadas por meio do endereço eletrônico: www.fns.saude.gov.br.

Atenciosamente,

Reginaldo Muniz Barreto
Diretor Executivo

LIDO EM SESSÃO
DE
18 / 02 / 2004
PRESIDENTE

A transparência na divulgação das ações é uma de nossas premissas.
Para que o FNS continue em contato frequente com a Câmara Municipal, é necessário que o endereço esteja sempre atualizado.
Para atualizar os dados cadastrais, entre em contato com a Assessoria de Relações Institucionais do FNS pelo telefax:(61) 315-3238, pelo endereço eletrônico **fnscomunicacao@saude.gov.br** ou ainda por meio da nossa Central de Atendimento

REMETENTE:

MS/SE/FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO G, ANEXO - 2.ANDAR - GABINETE

70.058-900 - BRASÍLIA - DF

- ☐ Mudou-se
- ☐ Desconhecido
- ☐ Recusado
- ☐ Endereço insuficiente
- ☐ Não existe o número indicado
- ☐ Falecido
- ☐ Ausente
- ☐ Não procurado
- ☐ Informação escrita pelo porteiro/síndico

Reintegrado ao serviço postal em ...../...../.....

Em ...../...../..... Responsável ..... Visto .....

MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

CONTRATO ESPECIAL
N°. 50750013-0
ECT/DR/RJ-DATASUS

00000100

CAMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA
A/C. Exmo(a). Sr(a). Presidente
Av. Rota dos Imigrantes, 425, Cx.P. 94
13825-000 - HOLAMBRA - SP

RL413370266BR

Processado pelo DATASUS

FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

CENTRAL DE ATENDIMENTO

0800 644 8001

INFORME-SE:

. Data de pagamento, valores e número de todos os programas que recebem por meio da transferência Fundo a Fundo e também serviços produzidos(AIH e SIA).

. Acompanhamento e situação de processo de convênios.

FNS041

MINISTÉRIO DA SAÚDE
Secretaria Executiva
FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

Ofício n°. 00001879/MS/SE/FNS **Brasilia(DF), 05/02/2004**

Senhor Presidente,

Informamos a liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde em favor desse município, em cumprimento ao art. 2°. da Lei 9.452, de 20/03/1997, conforme os dados abaixo:

Beneficiário: **PREF MUN HOLAMBRA**
Programa: **Pagamento de INCENTIVO PARA AS AÇÕES DE CONTROLE DA TUBERCULOSE NA ATENÇÃO BÁ SICA - Comp. 12/2003**
Valor: **500,00**
Competencia: **12/2003**
Ordem Bancária: **2004OB004320**
Data da OB: **03/02/2004**

Destacamos que as informações sobre liberação de recursos também estão disponíveis no site do FNS e podem se acessadas por meio do endereço eletrônico: www.fns.saude.gov.br.

Atenciosamente,

Reginaldo Muniz Barreto
Diretor Executivo

LIDO EM SESSÃO
DE
18/02/2004
PRESIDENTE

A transparência na divulgação das ações é uma de nossas premissas.
Para que o FNS continue em contato frequente com a Câmara Municipal, é necessário que o endereço esteja sempre atualizado.
Para atualizar os dados cadastrais, entre em contato com a Assessoria de Relações Institucionais do FNS pelo telefax:(61) 315-3238, pelo endereço eletrônico **fnscomunicacao@saude.gov.br** ou ainda por meio da nossa Central de Atendimento

FNS04F

FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

CENTRAL DE ATENDIMENTO

0800 644 8001

INFORME-SE:

. Data de pagamento, valores e número de todos os programas que recebem por meio da transferência Fundo a Fundo e também serviços produzidos(AIH e SIA).

. Acompanhamento e situação de processo de convênios.

Processado pelo DATASUS

RL413231936BR

CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA
A/C. Exmo(a). Sr(a). Presidente
Av. Rota dos Imigrantes, 425, Cx.P. 94
13825-000 - HOLAMBRA - SP

00000280

MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

CONTRATO ESPECIAL
Nº. 507500130
ECT/DR/RJ-DATASUS

REMETENTE:

MS/SE/FUNDO NACIONAL DE SAÚDE
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO G, ANEXO - 2°.ANDAR - GABINETE
70.058-900 - BRASÍLIA - DF

- ☐ Mudou-se
- ☐ Desconhecido
- ☐ Recusado
- ☐ Endereço insuficiente
- ☐ Não existe o número indicado
- ☐ Falecido
- ☐ Ausente
- ☐ Não procurado
- ☐ Informação escrita pelo porteiro/síndico
- ☐

Reintegrado ao serviço postal em ...../...../.....

Em ...../...../..... ..... Responsável ..... Visto

MINISTÉRIO DA SAÚDE
Secretaria Executiva
FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

Ofício n°. 00005633/MS/SE/FNS **Brasilia(DF), 19/01/2004**

Senhor Presidente,

Informamos a liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde em favor desse município, em cumprimento ao art. 2°. da Lei 9.452, de 20/03/1997, conforme os dados abaixo:

Beneficiário: **PREF MUN HOLAMBRA**
Programa: **Pagamento de AÇÕES BÁSICAS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - Comp. 12/2003**
Valor: **158,06**
Competencia: **12/2003**
Ordem Bancária: **2004OB001927**
Data da OB: **16/01/2004**

Destacamos que as informações sobre liberação de recursos também estão disponíveis no site do FNS e podem se acessadas por meio do endereço eletrônico: www.fns.saude.gov.br.

Atenciosamente,

Reginaldo Muniz Barreto
Diretor Executivo

LIDO EM SESSÃO
DE
18 / 02 / 2004
PRESIDENTE

A transparência na divulgação das ações é uma de nossas premissas.
Para que o FNS continue em contato frequente com a Câmara Municipal, é necessário que o endereço esteja sempre atualizado.
Para atualizar os dados cadastrais, entre em contato com a Assessoria de Relações Institucionais do FNS pelo telefax:(61) 315-3238, pelo endereço eletrônico **fnscomunicacao@saude.gov.br** ou ainda por meio da nossa Central de Atendimento

REMETENTE:

MS/SE/FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO G, ANEXO - 2°.ANDAR - GABINETE

70.058-900 - BRASÍLIA - DF

☐ Mudou-se ☐ Não existe o número indicado ☐ Informação escrita pelo porteiro/síndico

☐ Desconhecido ☐ Falecido ☐

☐ Recusado ☐ Ausente

☐ Endereço insuficiente ☐ Não procurado

Reintegrado ao serviço postal em ...../...../.....

Em ...../...../..... Responsável ..... Visto .....

MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

CONTRATO ESPECIAL
N°. 50750013-0
ECT/DR/RJ-DATASUS

00000343

CAMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA
A/C. Exmo(a). Sr(a). Presidente
Av. Rota dos Imigrantes, 425, Cx.P. 94
13825-000 - HOLAMBRA - SP

RL412858287BR

Processado pelo DATASUS

FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

CENTRAL DE ATENDIMENTO

0800 644 8001

INFORME-SE:

. Data de pagamento, valores e número de todos os programas que recebem por meio da transferência Fundo a Fundo e também serviços produzidos(AIH e SIA).

. Acompanhamento e situação de processo de convênios.

MINISTÉRIO DA SAÚDE
Secretaria Executiva
FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

Ofício n°. 00000744/MS/SE/FNS **Brasilia(DF), 23/01/2004**

Senhor Presidente,

Informamos a liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde em favor desse município, em cumprimento ao art. 2°. da Lei 9.452, de 20/03/1997, conforme os dados abaixo:

Beneficiário: **PREF MUN HOLAMBRA**
Programa: **Pagamento de TETO FINANCEIRO DE EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENÇAS - Comp. 12 /2003**
Valor: **990,23**
Competencia: **12/2003**
Ordem Bancária: **2004OB002286**
Data da OB: **22/01/2004**

Destacamos que as informações sobre liberação de recursos também estão disponíveis no site do FNS e podem se acessadas por meio do endereço eletrônico: www.fns.saude.gov.br.

Atenciosamente,

Reginaldo Muniz Barreto
Diretor Executivo

LIDO EM SESSÃO
DE
18/02/2004
PRESIDENTE

A transparência na divulgação das ações é uma de nossas premissas.
Para que o FNS continue em contato frequente com a Câmara Municipal, é necessário que o endereço esteja sempre atualizado.
Para atualizar os dados cadastrais, entre em contato com a Assessoria de Relações Institucionais do FNS pelo telefax:(61) 315-3238, pelo endereço eletrônico **fnscomunicacao@saude.gov.br** ou ainda por meio da nossa Central de Atendimento

REMETENTE:

MS/SE/FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO G, ANEXO - 2°.ANDAR - GABINETE

70.058-900 - BRASÍLIA - DF

☐ Mudou-se ☐ Não existe o número indicado ☐ Informação escrita pelo porteiro/síndico

☐ Desconhecido ☐ Falecido ☐

☐ Recusado ☐ Ausente

☐ Endereço insuficiente ☐ Não procurado

Reintegrado ao serviço postal em ...../...../.....

Em ...../...../..... Responsável ..... Visto .....

MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

CONTRATO ESPECIAL
N°. 50750013-0
ECT/DR/RJ-DATASUS

00000344

CAMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA
A/C. Exmo(a). Sr(a). Presidente
Av. Rota dos Imigrantes, 425, Cx.P. 94
13825-000 - HOLAMBRA - SP

RL413049312BR

Processado pelo DATASUS

FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

CENTRAL DE ATENDIMENTO

0800 644 8001

INFORME-SE:

. Data de pagamento, valores e número de todos os programas que recebem por meio da transferência Fundo a Fundo e também serviços produzidos(AIH e SIA).

. Acompanhamento e situação de processo de convênios.

FNS04

MINISTÉRIO DA SAÚDE
Secretaria Executiva
FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

Ofício n°. 00002904/MS/SE/FNS **Brasilia(DF), 06/02/2004**

Senhor Presidente,

Informamos a liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde em favor desse município, em cumprimento ao art. 2°. da Lei 9.452, de 20/03/1997, conforme os dados abaixo:

Beneficiário: **PREF MUN HOLAMBRA**
Programa: **Pagamento de TETO FINANCEIRO DE EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENÇAS - Comp. 01 /2004**
Valor: **990,23**
Competencia: **01/2004**
Ordem Bancária: **2004OB004547**
Data da OB: **05/02/2004**

Destacamos que as informações sobre liberação de recursos também estão disponíveis no site do FNS e podem se acessadas por meio do endereço eletrônico: www.fns.saude.gov.br.

Atenciosamente,

Reginaldo Muniz Barreto
Diretor Executivo

LIDO EM SESSÃO
DE
18 /02 /2004
PRESIDENTE

A transparência na divulgação das ações é uma de nossas premissas.
Para que o FNS continue em contato frequente com a Câmara Municipal, é necessário que o endereço esteja sempre atualizado.
Para atualizar os dados cadastrais, entre em contato com a Assessoria de Relações Institucionais do FNS pelo telefax:(61) 315-3238, pelo endereço eletrônico **fnscomunicacao@saude.gov.br** ou ainda por meio da nossa Central de Atendimento

REMETENTE:

MS/SE/FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO G, ANEXO - 2°ANDAR - GABINETE

70.058-900 - BRASÍLIA - DF

- ☐ Mudou-se
- ☐ Desconhecido
- ☐ Recusado
- ☐ Endereço insuficiente
- ☐ Não existe o número indicado
- ☐ Falecido
- ☐ Ausente
- ☐ Não procurado
- ☐ Informação escrita pelo porteiro/síndico

Reintegrado ao serviço postal em ...../...../.....

Em ...../...../..... Responsável ..... Visto .....

MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

CONTRATO ESPECIAL
N°. 50750013-0
ECT/DR/RJ-DATASUS

00000205

CAMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA
A/C. Exmo(a). Sr(a). Presidente
Av. Rota dos Imigrantes, 425, Cx.P. 94
13825-000 - HOLAMBRA - SP

RL413283006BR

Processado pelo DATASUS

FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

CENTRAL DE ATENDIMENTO

0800 644 8001

INFORME-SE:

. Data de pagamento, valores e número de todos os programas que recebem por meio da transferência Fundo a Fundo e também serviços produzidos(AIH e SIA).

. Acompanhamento e situação de processo de convênios.

FNS04

CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM
Estado de São Paulo

Em 05 de fevereiro de 2004

Of. Circular nº 20/2004

Prezado(a) Senhor(a),

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência, cópia do **REQUERIMENTO Nº 01/2004**, de autoria do nobre Edil **PAULOROBERTO SILVA E OUTROS**, aprovado pela Casa em Sessão Ordinária realizada em 02 de fevereiro de 2004.

Atenciosamente,

VEREADOR MILTON DANTE
Presidente da Câmara

LIDO EM SESSÃO
DE
18 / 02 / 2004
PRESIDENTE

Rua Dr. José Alves, 129 - Centro - Fone : (019) 3814.1200 - Fax: (019)3814.1224 - Mogi-Mirim - SP

CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM
Estado de São Paulo

ASSUNTO: Moção de apoio ao trabalho de conscientização e importância das Guardas Municipais e repúdio ao artigo 6º, III e IV da Lei 10.826, de 22.12.03 – Estatuto do Desarmamento.

DESPACHO: APROVADO, NA SESSÃO DE HOJE, SEM VOTO DISCORDANTE DO PLENÁRIO.

SALA DAS SESSÕES 02 / 02 / 2004

PRESIDENTE DA MESA

REQUERIMENTO Nº 01, DE 2004.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Vereadores,

A Lei 10.826, de 22.12.2003, - "Estatuto do Desarmamento" e a M P 157 / 03 estabelece que é proibido o porte de uso de arma de fogo em todo o território nacional, salvo para os integrantes das Guardas Municipais para os municípios com mais de 50 mil habitantes, quando em serviço, e nos municípios com mais de 500 mil, mesmo fora de serviço.

Por uma questão de isonomia, deve haver uma mudança na situação legal dos Guardas Municipais, posto que os meliantes não delinqüem diferentemente nos municípios, tenham eles mais ou menos de 50 mil habitantes e os Guardas Municipais em municípios com menos de 50 mil habitantes poderão sofrer processos administrativos por terem "transgredido disciplinarmente, em caráter administrativo, pela conduta ilícita de porte de arma."

Tendo em vista que a população anseia pela segurança e bem-estar, os integrantes da corporação municipal mogimiriana não poderão ser surpreendidos portando armas de fogo, fato que, certamente, porá em risco a tranqüilidade da cidade, comprometendo a boa atuação dos guardas municipais.

CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM
Estado de São Paulo

Diante do grande problema causado pela edição do Estatuto do Desarmamento, no que tange à postura e atuação das guardas Municipais, **REQUEIRO À MESA, após ouvido o Douto Plenário,** sejam oficiadas as Prefeituras Municipais e Câmaras da região, bem como a Câmara e a Prefeitura Municipal da cidade de SãoPaulo, bem como a Assembléia Legislativa e o Congresso nacional para que apreciem e apoiem esta **MOÇÃO DE APOIO ÀS GUARDAS MUNICIPAIS E PELA ALTERAÇÃO DO DISPOSTO NO ARTIGO 6º, III E IV DA LEI DO DESARMAMENTO**, tudo com vistas a atender aos anseios da sociedade.

Sala das Sessões "Vereador Santo Rotolli", aos 26 de janeiro de 2004.

VEREADOR PAULOROBERTO SILVA

VEREADORA APARECIDA PEREIRA

VEREADORA MARIA HELENA SCUDELER DE BARROS

LIDO EM SESSÃO
DE
18/02/2004
PRESIDENTE

CONSÓRCIO PCJ

CONVITE

Estamos convidando V. Sª. para participar da 1ª. Reunião do Conselho Fiscal do Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (Consórcio PCJ), no ano de 2004, a ocorrer em Americana, na Sala de Reuniões do Consórcio PCJ, no dia 03 de março de 2004, às 14 horas, com a seguinte proposta de pauta:

1 – Abertura;

2 – Apresentação e aprovação das contas de 2003;

3 – Apresentação e aprovação de documento a ser apresentado nas Tribunas Livres das Câmaras – 15 Anos do Consórcio PCJ

4 – Proposta de Moção sobre o Sistema Cantareira

5 – Calendário das Reuniões

6 – Outros Assuntos.

Para confirmação de presença e obtenção de maiores informações, favor entrar em contato com a Secretaria Executiva do Consórcio, através dos fones: (19) 3406-4043 / 3461-7758, com Sr. Wagner.

Contamos com sua valiosa presença!

DIMAS ANTONIO STARNINI
Vereador de Nova Odessa e
Presidente do Conselho Fiscal

LIDO EM SESSÃO
DE
18 / 02 / 2004
PRESIDENTE

Data: **03 de março de 2004 (quarta-feira)**
Horário: **14 horas**
Local: **Sede do Consórcio PCJ**
Rua Fernando Camargo, 500 – Ed. Rio Branco - 4º Andar - Sala 43
Americana – SP
Fones: (19) 3406-4043 / 3461-7758

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

OFÍCIO CMETH Nº014/2004 Estância T. de Holambra, aos 02 de fevereiro de 2004

SENHORES VEREADORES

Atendendo ao disposto no art. 30, inciso XI, da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 26, inciso VII, alínea "c", e art. 38, inciso I, do Regimento Interno, estamos encaminhando a Vossas Excelências, anexos, balancetes da Receita e Despesa desta Câmara Municipal, referentes ao mês de Janeiro de 2004.

Sem outro particular, aproveitamos a oportunidade para manifestar a Vossas Excelências, nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

VEREADOR MARCEL D. SOUZA CAMPOS
Presidente

LIDO EM SESSÃO
DE
13 / 02 / 04
PRESIDENTE

AO PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA - SP

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

BALANCETE FINANCEIRO DA RECEITA - Referente ao Mês: Janeiro/2.004

CAMARA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE HOLAMBRA — *CNPJ 67.172.312/0001-53*

Especificação	Saldo Anterior	No Mês	Saldo Atual	Previsão Inicial	Acréscimos Verificados	Total	Saldo a Realizar
RECEITA ORÇAMENTARIA							
DUODECIMO DO EXERCICIO	0,00	40.000,00	40.000,00	480.000,00	0,00	480.000,00	440.000,00
TOTAL DE SUPRIMENTO.....:	**0,00**	**40.000,00**	**40.000,00**				
RECEITA EXTRAORÇAMENTARIA							
RESTOS A PAGAR	0,00	0,00	0,00				
IMPOSTO RENDA RETIDO NA FONTE	0,00	370,09	370,09				
JUROS S/APLICAÇAO FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00				
INDENIZAÇOES	0,00	0,00	0,00				
RESTITUIÇOES	0,00	0,00	0,00				
CONTR DOS FUNCIONARIOS - FPBSPMH	0,00	0,00	0,00				
EMPRESTIMO FUNCIONARIOS JUNTO AO FUNDO	0,00	0,00	0,00				
CONTR. SERVIDORES MUNICIPAIS IPMH	0,00	284,51	284,51				
CONTRIBUIÇAO DOS SERVIDORES - ASSOCIAÇAO	0,00	0,00	0,00				
CONTRIBUIÇAO DOS SERVIDORES - SINDICATO	0,00	0,00	0,00				
PENSAO ALIMENTICIA	0,00	0,00	0,00				
CONTR. DOS FUNCIONARIOS - INSS	0,00	0,00	0,00				
CONTR. S/ MAO-DE-OBRA - INSS	0,00	123,33	123,33				
SALARIO FAMILIA	0,00	0,00	0,00				
TOTAL RECEITA EXTRAORÇAMENTARIA.....:	**0,00**	**777,93**	**777,93**				
TOTAL GERAL DA RECEITA.....:	**0,00**	**40.777,93**	**40.777,93**				
EMPENHOS A PAGAR.....:			19.688,04				
TOTAL GERAL.....:			**60.465,97**				

Marcel D. de Souza Campos
Vereador / Presidente

Tradição Assessoria Contábil S/C Ltda
Luís Carlos Marquezini
CRC nº 1SP112058/O-0

LIDO EM SESSÃO
DE
11/02/04
PRESIDENTE

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

BALANCETE FINANCEIRO DA DESPESA - Referente ao Mês: Janeiro/2.004

CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA — *CNPJ 67.172.312/0001-53*

CLASSIFICAÇÃO Funcional Econômica	Descrição	Dotação Atual Creditos Adic	Saldo Anterior	EMPENHOS No Mês	Saldo Atual	Dotação Atual
01	LESGISLATIVO					
01.01	CÂMARA MUNICIPAL					
01.01.01	LESGISLATIVA					
01.01.01.031	AÇÃO LEGISLATIVA					
01.01.01.031.001	PROCESSO LEGISLATIVO					
01.01.01.031.001.1.039	AQUISICAÇÃO EQUIPAMENTOS MAT PERMANENT					
01.01.01.031.001.1.039.4	DESPESAS DE CAPITAL					
01.01.01.031.001.1.039.4.4	INVESTIMENTOS					
01.01.01.031.001.1.039.4.4.90	APLICAÇÕES DIRETAS					
01.01.01.031.001.1.039.4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
	SUB TOTAL DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA.....:	**40.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**40.000,00**
01.01.01.031.001.2.001	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS					
01.01.01.031.001.2.001.3	DESPESAS CORRENTES					
01.01.01.031.001.2.001.3.1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS					
01.01.01.031.001.2.001.3.1.90	APLICAÇÕES DIRETAS					
01.01.01.031.001.2.001.3.1.90.04.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	8.200,00	0,00	0,00	0,00	8.200,00
01.01.01.031.001.2.001.3.1.90.09.00	SALÁRIO-FAMÍLIA	300,00	0,00	13,48	13,48	286,52
01.01.01.031.001.2.001.3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS P. CIVIL	240.000,00	0,00	14.561,33	14.561,33	225.438,67
01.01.01.031.001.2.001.3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	39.000,00	0,00	994,18	994,18	38.005,82
01.01.01.031.001.2.001.3.1.90.16.00	OUTRAS DEPESAS VARIAVEIS P. CIVIL	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
01.01.01.031.001.2.001.3.3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES					
01.01.01.031.001.2.001.3.3.90	APLICAÇÕES DIRETAS					
01.01.01.031.001.2.001.3.3.90.08.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSITENCIAIS	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
01.01.01.031.001.2.001.3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	40.000,00	0,00	6.802,13	6.802,13	33.197,87
01.01.01.031.001.2.001.3.3.90.35.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
01.01.01.031.001.2.001.3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P. FÍSICA	8.000,00	0,00	3.030,00	3.030,00	4.970,00
01.01.01.031.001.2.001.3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- P JURÍDICA	99.000,00	0,00	22.485,45	22.485,45	76.514,55
01.01.01.031.001.2.001.3.3.90.46.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
01.01.01.031.001.2.001.3.3.90.49.00	AUXÍLIO-TRANSPORTE	1.400,00	0,00	36,00	36,00	1.364,00
01.01.01.031.001.2.001.3.3.90.92.00	DESPESAS DE EXERCIOS ANTERIORES	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00
	SUB TOTAL DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA.....:	**440.000,00**	**0,00**	**47.922,57**	**47.922,57**	**392.077,43**
	TOTAL DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA.....:	**480.000,00**	**0,00**	**47.922,57**	**47.922,57**	**432.077,43**

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

BALANCETE FINANCEIRO DA DESPESA - Referente ao Mês: Janeiro/2.004

CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA — *CNPJ 67.172.312/0001-53*

CLASSIFICAÇÃO Funcional Econômica	Descrição	Saldo Anterior	No Mês	Saldo Atual
EXTRAORÇAMENTÁRIA				
	RESTOS A PAGAR	0,00	0,00	0,00
	IMPOSTO RENDA RETIDO NA FONTE	0,00	370,09	370,09
	JUROS S/APLICAÇÃO FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
	INDENIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
	RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00
	SALDO DE DUODÉCIMO	0,00	0,00	0,00
	CONTR DOS FUNCIONÁRIOS - FPBSPMH	0,00	0,00	0,00
	EMPRÉSTIMO FUNCIONÁRIOS JUNTO AO FUNDO	0,00	0,00	0,00
	CONTR. SERVIDORES MUNICIPAIS IPMH	0,00	0,00	0,00
	CONTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES - ASSOCIAÇÃO	0,00	0,00	0,00
	CONTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES - SINDICATO	0,00	0,00	0,00
	PENSÃO ALIMENTÍCIA	0,00	0,00	0,00
	CONTR. DOS FUNCIONÁRIOS - INSS	0,00	0,00	0,00
	CONTR. S/ MÃO-DE-OBRA - INSS	0,00	123,33	123,33
	SALÁRIO FAMÍLIA	0,00	0,00	0,00
	TOTAL DA DESPESA EXTRAORÇAMENTÁRIA.....:	**0,00**	**493,42**	**493,42**
	TOTAL GERAL DA DESPESA.....:	**0,00**	**48.415,99**	**48.415,99**
	CAIXA			0,00
	BANCO DO BRASIL			12.049,98
	CAIXA ECONÔMICA DO ESTADO DE SÃO PAULO			0,00
	SALDO DOS BANCOS.....:			**12.049,98**
	TOTAL GERAL.....:			**60.465,97**

Camara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

RELATÓRIO DE EMPENHOS À PAGAR - Referente ao mês: Janeiro/2.004

CAMARA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE HOLAMBRA — *CNPJ 67.172.312/0001-53*

Emissão	Dotação	Empenho	Nome do Fornecedor	Natureza	Vencimento	Valor
02/01/04	3.3.90.39.0	1	CARPINTARIA BERNARDO LTDA	LOCAÇAO PREDIO CMET HOLAMBRA-JAN/2004	02/01/04	1.870,00
02/01/04	3.3.90.39.0	3	HOLNET PROVEDOR & INFORMATICA S/C LTDA.	SERVS. ACESSO A REDE WIRELLES.	02/01/04	120,00
02/01/04	3.3.90.39.0	5	EDITORA JORNAL CIDADE DE HOLAMBRA - LTDA	PUBLICAÇOES DIVERSAS.	02/01/04	250,00
02/01/04	3.3.90.39.0	10	HOLNET PROVEDOR & INFORMATICA S/C LTDA.	SERVS.MANUT.PAGINA NA INTERNET.	02/01/04	35,00
02/01/04	3.3.90.39.0	12	ASSOCIAÇÃO PRINCIPE BERNARDO	ESTAGIO REM. MENOR ESTUDANTE-JAN/2004	02/01/04	93,00
02/01/04	3.3.90.39.0	17	MARCEL DONIZETI DE SOUZA CAMPOS	EMPENHAMENTO P/REEMBOLSO DESP.C/ PEDAGIO	02/01/04	100,00
02/01/04	3.3.90.30.0	23	SUPERMERCADO BON NETTO LTDA.	FORNECIMENTO DE MATERIAIS COPA-COZINHA.	02/01/04	417,44
20/01/04	3.1.90.13.0	32	INST.PREV.MUN.SERV.PUB.E.T.HOLAMBRA-IPMH	RECOLH.S/FL.PAGTO.FUNCION-JAN/2004	20/01/04	388,18
28/01/04	3.3.90.39.0	35	ASTHAR INFORMATICA LTDA.	SERVS. DIGITALIZAÇAO LEIS CONF.LICITAÇAO	28/01/04	15.000,00
30/01/04	3.3.90.30.0	36	PAPELARIA L.B. SONHOS DE PAPEL LTDA-ME	FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE ESCRITORIO.	30/01/04	548,62
30/01/04	3.3.90.39.0	37	MARCEL DONIZETI DE SOUZA CAMPOS	COMPLEMENTO AO EMPENHO Nº 017/2004.	30/01/04	12,00
30/01/04	3.3.90.39.0	38	CARPINTARIA BERNARDO LTDA	COMPLEMENTO AO EMPENHO Nº 001/2004.	30/01/04	73,23
30/01/04	3.3.90.30.0	39	AUTO POSTO HOLANDA COM. E DISTRIBUIÇAO LTDA.	FORNECIMENTOM DE COMBUSTIVEL E OLEO.	30/01/04	754,42
30/01/04	3.3.90.30.0	40	H. DAS. D. M. P. GRAAT - EPP.	FORNECIMENTO DE PAO E LEITE.	30/01/04	26,15
				Total Geral.....:		**19.688,04**

14 Empenhos

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA ***CNPJ 67.172.312/0001-53***

Dotação	Título	Anterior	No Mês	Atual
3.1.90.09.00	SALÁRIO-FAMÍLIA	0,00	13,48	13,48
3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS P. CIVIL	0,00	14.561,33	14.561,33
3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	0,00	606,00	606,00
	Sub Total.....:	**0,00**	**15.180,81**	**15.180,81**
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	0,00	5.055,50	5.055,50
3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P. FÍSICA	0,00	3.030,00	3.030,00
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- P JURÍDICA	0,00	4.932,22	4.932,22
3.3.90.49.00	AUXÍLIO-TRANSPORTE	0,00	36,00	36,00
	Sub Total.....:	**0,00**	**13.053,72**	**13.053,72**
	Total Geral.....:	**0,00**	**28.234,53**	**28.234,53**

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA - IPMH

Autarquia Municipal criada através da Lei Complementar nº 127 de 20.05.2002

OFÍCIO Nº 011/04-SUP

Holambra, 30 de Janeiro de 2004

Excelentíssimo Senhor,

Estamos encaminhando a este Legislativo, os xerox do Balanço 2003 para o conhecimento dos Nobres Edis, em cumprimento a legislação em vigor.

Certa de poder contar com a sua atenção, me coloco a disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários e aproveito para apresentar os meus protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
SUPERINTENDENTE CHEFE - IPMH

LIDO EM SESSÃO
DE
11 / 02 / 04
PRESIDENTE

Excelentíssimo Senhor
MARCEL DONIZETE DE SOUZA CAMPOS
PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA
Holambra-SP

PROTOCOLO
Nº de Ordem 1009
Fls. Nº 40 Livro Nº 009
Data 04 / 02 / 2004
Secretaria

Endereço: Rua Campo de Pouso, n°751 - Centro - Cx Postal n° 24 - CEP: 13825-000 - Holambra - SP
CNPJ Nº 005.128.453/0001-11 - Fone: (19) 3802-3022

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA - IPMH

Autarquia Municipal criada através da Lei Complementar nº 127 de 20.05.2002

Estado de Sao Paulo — Demonstração da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas — Folha: 1

Ins.Prev.Mun.Serv.Est.Turistica Holambra — Exercicio de 2003 - Anexo 01, da Lei 4.320/64

Unidade Gestora : Inst. Prev. Mun. Serv. Publ. de Holambra

Receita			Despesa		
eceitas Correntes			Despesas Correntes		
Receitas de Contribuições	670.377,90		PESSOAL E ENCARGOS SOCIA	41.661,58	
Receita Patrimonial	647.797,36	1.318.175,26	OUTRAS DESPESAS CORRENTE	47.847,53	89.509,11
			Superávit		1.228.666,15
Totais		1.318.175,26	Totais		1.318.175,26
Superávit Orçamento Corrente		1.228.666,15			
eceitas de Capital			Despesas de Capital		
Amo ação de Empréstimo	66.842,52	66.842,52	INVESTIMENTOS	777,74	777,74
			Superávit		1.294.730,93
Totais		1.295.508,67	Totais		1.295.508,67

Resumo	Receitas	Despesas
Receitas e Despesas Correntes	1.318.175,26	89.509,11
Receitas e Despesas de Capital ...	66.842,52	777,74
Superávit		1.294.730,93
Total	1.385.017,78	1.385.017,78

[illegible] SILVIA SABINO DE SOUZA
SUPERINTENDENTE CHEFE

MARIA REGINA RICARDO
CONTADORA CRC - 166-392/SP

LIDO EM SESSÃO
DE
11 / 02 / 04
PRESIDENTE

Endereço: Rua Campo de Pouso, nº751 - Centro - Cx Postal nº 24 - CEP: 13825-000 - Holambra - SP
CNPJ Nº 005.128.453/0001-11 - Fone: (19) 3802-3022

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA - IPMH

Autarquia Municipal criada através da Lei Complementar nº 127 de 20.05.2002

Estado de Sao Paulo — Receita Segundo as Categorias Econômicas — Folha: 1

Ins.Prev.Mun.Serv.Est.Turistica Holambra — Exercício de 2003 - Anexo 2, da Lei 4.320/64

nidade Gestora: Inst. Prev. Mun. Serv. Publ. de Holambra

ódigo	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
000.00.00.00.00	Receitas Correntes			1.318.175,26
200.00.00.00.00	Receitas de Contribuições		670.377,90	
210.00.00.00.00	Contribuições Sociais		670.377,90	
210.29.00.00.00	Contribuições Previdenciárias	670.377,90		
210.29.01.00.00	Contribuições Patronais - Ativo Civil	334.486,08		
210.29.01.01.00	Contribuição Patronal - Pref. Municipal	300.743,21		
210.29.01.02.00	Contribuição Patronal - Camara	4.794,57		
210.29.01.03.00	Contribuição Patronal - 13o e Dez.	28.948,30		
210 03.00.00	Contribuição - Inativo Civil	1.540,15		
210.29.03.01.00	Aposentados	1.159,04		
210.29.03.02.00	Pensionistas	381,11		
210.29.07.00.00	Contribuição de Servidor Ativo Civil	334.351,67		
210.29.07.01.00	Contribuição Servidor - Pref. Municipal	300.816,16		
210.29.07.02.00	Contribuição Servidor - Camara	4.587,23		
210.29.07.03.00	Contribuição Servidor - 13o e Dez.	28.948,28		
1300.00.00.00.00	Receita Patrimonial		647.797,36	
1320.00.00.00.00	Receitas de Valores Mobiliários		647.797,36	
1324.00.00.00.00	Fundos de Investimento	647.797,36		
1324.02.00.00.00	Fundos de Aplicações em Cotas - Renda Fixa	647.797,36		
2000.00.00.00.00	Receitas de Capital			66.842,52
2300.00.00.00.00	Amortização de Empréstimos		66.842,52	
2300.99.00.00.00	Amortização de Financiamentos Diversos	66.842,52		
2300.99.01.00.00	Parcelamento Prefeitura	66.842,52		
	Total Geral			1.385.017,78

Endereço: Rua Campo de Pouso, nº751 - Centro - Cx Postal nº 24 - CEP: 13825-000 - Holambra - SP
CNPJ Nº 005.128.453/0001-11 - Fone: (19) 3802-3022

Estado de Sao Paulo — Receita Segundo as Categorias Econômicas — Folha:

Ins.Prev.Mun.Serv.Est.Turistica Holambra — Exercicio de 2003 - Anexo 2, da Lei 4.320/64

nidade Gestora: Inst. Prev. Mun. Serv. Publ. de Holambra

R e s u m o

Receitas de Contribuições	670.377,90
Receita Patrimonial	647.797,36
Total Receitas Correntes	1.318.175,26
Amortização de Empréstimos	66.842,52
Total Receitas de Capital	66.842,52
Total Geral	1.385.017,78

CIRA SYLVIA FABINO DE SOUZA
SUPERINTENDENTE CHEFE

MARIA REGINA RICARDO
CONTADORA CRC - 166-392/SP

stado de Sao Paulo
ns.Prev.Mun.Serv.Est.Turistica Holambra

Demonstração da Despesa por Unidades Orçamentárias
Segundo as Categorias Econômicas
Exercicio de 2003 - Anexo 2, da Lei 4.320/64

Folha: 1

idade Gestora : Inst. Prev. Mun. Serv. Publ. de Holambra
gão
Unidade Orçamentária

	Despesas Correntes			
	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	Total
IST. PREV. MUN. SERV. PUBL. DE HOLAMBRA				
INST. PREV. MUN. SERV. PUBL. DE HOLAMBRA	41.661,58		47.847,53	89.509,11
Total	41.661,58		47.847,53	89.509,11

stado de Sao Paulo
ns.Prev.Mun.Serv.Est.Turistica Holambra

Demonstração da Despesa por Unidades Orçamentárias
Segundo as Categorias Econômicas
Exercicio de 2003 - Anexo 2, da Lei 4.320/64

idade Gestora : Inst. Prev. Mun. Serv. Publ. de Holambra

gão / Unidade Orçamentária	Despesas de Capital			Total
	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Divida	
IST. PREV. MUN. SERV. PUBL. DE HOLAMBRA				
INST. PREV. MUN. SERV. PUBL. DE HOLAMBRA	777,74			777,74
Total	777,74	0,00	0,00	777,74

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA - IPMH

Autarquia Municipal criada através da Lei Complementar nº 127 de 20.05.2002

stado de Sao Paulo
ns.Prev.Mun.Serv.Est.Turistica Holambra

Demonstração da Despesa por Unidades Orçamentárias
Segundo as Categorias Econômicas
Exercicio de 2003 - Anexo 2, da Lei 4.320/64

Folha:

idade Gestora : Inst. Prev. Mun. Serv. Publ. de Holambra
gão
Unidade Orçamentária

	T O T A I S		
	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total Geral
IST. PREV. MUN. SERV. PUBL. DE HOLAMBRA			
INST. PREV. MUN. SERV. PUBL. DE HOLAMBRA	89.509,11	777,74	90.286,85
Total	89.509,11	777,74	90.286,85

LEA OLIVIA SABINO DE SOUZA
SUPERINTENDENTE CHEFE

MARIA REGINA RICARDO
CONTADORA CRC - 166-392/SP

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA - IPMH

Autarquia Municipal criada através da Lei Complementar nº 127 de 20.05.2002

stado de Sao Paulo — Programa de Trabalho
ns.Prev.Mun.Serv.Est.Turistica Holambra — Exercicio de 2003 - Anexo 6, da Lei 4.320/64

idade Gestora ..: Inst. Prev. Mun. Serv. Publ. de Holambra
gão .....: 13 INST. PREV. MUN. SERV. PUBL. DE HOLAMBRA
idade .....: 01 INST. PREV. MUN. SERV. PUBL. DE HOLAMBRA

digo	Especificação	Projetos	Atividades	Oper. Especiais	Total
9.000.0000.0.000.000	Previdência Social	777,74	89.509,11		90.286,85
9.272.0000.0.000.000	Previdência do Regime Estatutário	777,74	89.509,11		90.286,85
9.272.0035.0.000.000	Prev. Social Inativos e Pensionistas	777,74	89.509,11		90.286,85
9.272.0035.1.039.000	Aquisição de Equipamentos e Material Permanente	777,74			777,74
9.272.0035.2.036.000	Manutenção das Atividades do Fundo de Previdência		89.509,11		89.509,11
9.000.0000.0.000.000	Reserva de Contingência				
9.999.0000.0.000.000	Reserva de Contingência				
9.999.0999.0.000.000	Reserva de Contingência				
9.999.0999.2.999.000	Reserva de Contingência				
	Total Unidade	777,74	89.509,11		90.286,85
	Total Órgão	777,74	89.509,11		90.286,85
	Total Geral	777,74	89.509,11		90.286,85

ELIO [illegible] MARINO DE SOUZA
SUPERINTENDENTE CHEFE

MARIA REGINA RICARDO
CONTADORA CRC - 166-392/SP

stado de Sao Paulo — Programa de Trabalho de Governo — Folha: 1

ns.Prev.Mun.Serv.Est.Turistica Holambra — Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos, Atividades e O.E.

Exercicio de 2003 - Anexo 7, da Lei 4.320/64

idade Gestora : Inst. Prev. Mun. Serv. Publ. de Holambra

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Oper. Especiais	Total
09.000.0000	Previdência Social	777,74	89.509,11		90.286,85
09.272.0000	Previdência do Regime Estatutário	777,74	89.509,11		90.286,85
09.272.0035	Prev. Social Inativos e Pensionistas	777,74	89.509,11		90.286,85
Total		777,74	89.509,11		90.286,85

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
SUPERINTENDENTE CHEFE

MARIA REGINA RICARDO
CONTADORA CRC - 166-392/SP

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA - IPMH

Autarquia Municipal criada através da Lei Complementar nº 127 de 20.05.2002

Estado de Sao Paulo — Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas — Folha: 1

Ins.Prev.Mun.Serv.Est.Turistica Holambra — Conforme o Vinculo com os Recursos

Exercicio de 2003 - Anexo 8, da Lei 4.320/64

Unidade Gestora : Inst. Prev. Mun. Serv. Publ. de Holambra

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
09.000.0000	Previdência Social	213.000,00		213.000,00
09.272.0000	Previdência do Regime Estatutário	213.000,00		213.000,00
09.272.0035	Prev. Social Inativos e Pensionistas	213.000,00		213.000,00
99.000.0000	Reserva de Contingência			815.000,00
99.999.0000	Reserva de Contingência			815.000,00
99.999.0999	Reserva de Contingência			815.000,00
Total		213.000,00		1.028.000,00

CLEUSA MARIA SABINO DE SOUZA
SUPERINTENDENTE CHEFE

MARIA REGINA RICARDO
CONTADORA CRC - 166-392/SP

Estado de Sao Paulo — Demonstrativo da Despesa por Funções — Folha: 1

Ins.Prev.Mun.Serv.Est.Turistica Holambra — Exercicio de 2003 - Anexo 9, da Lei 4.320/64

Unidade Gestora : Inst. Prev. Mun. Serv. Publ. de Holambra

Órgão	Função	Despesa Executada	Total
13	INST. PREV. MUN. SERV. PUBL. DE HOLAMBRA		
	09 Previdência Social	90.286,85	
	99 Reserva de Contingência	0,00	90.286,85

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA - IPMH

Autarquia Municipal criada através da Lei Complementar nº 127 de 20.05.2002

Folha: 1

stado de Sao Paulo — Demonstrativo da Despesa por Funções

ns.Prev.Mun.Serv.Est.Turistica Holambra — Exercicio de 2003 - Anexo 9, da Lei 4.320/64

nidade Gestora : Inst. Prev. Mun. Serv. Publ. de Holambra

---------- Resumo ----------

Função	Despesa Executada
09 Previdência Social	90.286,85
99 Reserva de Contingência	0,00
Total Geral	90.286,85

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
SUPERINTENDENTE CHEFE

MARIA REGINA RICARDO
CONTADORA CRC - 166-392/SP

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA - IPMH

Autarquia Municipal criada através da Lei Complementar nº 127 de 20.05.2002

Estado de Sao Paulo — Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada — Folha: 1

Ins.Prev.Mun.Serv.Est.Turistica Holambra — Exercicio de 2003 - Anexo 10, da Lei 4.320/64

nidade Gestora : Inst. Prev. Mun. Serv. Publ. de Holambra

ódigo	Especificação	Orçada	Arrecadada	Diferença Para Mais	Diferença Para Menos
000.00.00.00.00	Receitas Correntes	958.000,00	1.318.175,26	409.356,73	49.181,47
200.00.00.00.00	Receitas de Contribuições	658.000,00	670.377,90	61.559,37	49.181,47
210.00.00.00.00	Contribuições Sociais	658.000,00	670.377,90	61.559,37	49.181,47
210.29.00.00.00	Contribuições Previdenciárias	658.000,00	670.377,90	61.559,37	49.181,47
210.29.01.00.00	Contribuições Patronais - Ativo Civil	326.000,00	334.486,08	30.743,21	22.257,13
210.29.01.01.00	Contribuição Patronal - Pref. Municipal	270.000,00	300.743,21	30.743,21	
210.29.01.02.00	Contribuição Patronal - Camara	5.000,00	4.794,57		205,43
210.29.01.03.00	Contribuição Patronal - 13o e Dez.	51.000,00	28.948,30		22.051,70
210.29.03.00.00	Contribuição - Inativo Civil	6.000,00	1.540,15		4.459,85
210	03.01.00 Aposentados	3.000,00	1.159,04		1.840,96
210.29.03.02.00	Pensionistas	3.000,00	381,11		2.618,89
210.29.07.00.00	Contribuição de Servidor Ativo Civil	326.000,00	334.351,67	30.816,16	22.464,49
210.29.07.01.00	Contribuição Servidor - Pref. Municipal	270.000,00	300.816,16	30.816,16	
210.29.07.02.00	Contribuição Servidor - Camara	5.000,00	4.587,23		412,77
210.29.07.03.00	Contribuição Servidor - 13o e Dez.	51.000,00	28.948,28		22.051,72
1300.00.00.00.00	Receita Patrimonial	300.000,00	647.797,36	347.797,36	
1320.00.00.00.00	Receitas de Valores Mobiliários	300.000,00	647.797,36	347.797,36	
1324.00.00.00.00	Fundos de Investimento	300.000,00	647.797,36	347.797,36	
1324.02.00.00.00	Fundos de Aplicações em Cotas - Renda F	300.000,00	647.797,36	347.797,36	
2000.00.00.00.00	Receitas de Capital	70.000,00	66.842,52		3.157,48
2300.00.00.00.00	Amortização de Empréstimos	70.000,00	66.842,52		3.157,48
2300.99.00.00.00	Amortização de Financiamentos Diversos	70.000,00	66.842,52		3.157,48
2300.99.01.00.00	Parcelamento Prefeitura	70.000,00	66.842,52		3.157,48
	T o t a l G e r a l	1.028.000,00	1.385.017,78	409.356,73	52.338,95

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
SUPERINTENDENTE CHEFE

MARIA REGINA RICARDO
CONTADORA CRC - 166-392/SP

Estado de Sao Paulo — Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada — Folha: 1
Ins.Prev.Mun.Serv.Est.Turistica Holambra — Exercício de 2003 - Anexo 11, da Lei 4.320/64

Unidade Gestora : Inst. Prev. Mun. Serv. Publ. de Holambra

Identificação Códigos Titulos	Autorizada: Créditos Orçamentários e Suplementares	Autorizada: Créditos Especiais e Extra-Ordinários	Autorizada: Total	Realizada	Diferença
13					
INST. PREV. MUN. SERV. PUBL. D	1.028.000,00	0,00	1.028.000,00	90.286,85	937.713,15
301					
INST. PREV. MUN. SERV. PUBL. D	1.028.000,00	0,00	1.028.000,00	90.286,85	937.713,15
1301.09					
Previdência Social	213.000,00	0,00	213.000,00	90.286,85	122.713,15
1301 272					
Previdência do Regime Estatutá	213.000,00	0,00	213.000,00	90.286,85	122.713,15
1301.092720035					
Prev. Social Inativos e Pensionistas	213.000,00	0,00	213.000,00	90.286,85	122.713,15
1301.0927200351.039					
Aquisição de Equipamentos e Material Permanente	10.000,00	0,00	10.000,00	777,74	9.222,26
400000.00.00.00 DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00	0,00	10.000,00	777,74	9.222,26
440000.00.00.00 INVESTIMENTOS	10.000,00	0,00	10.000,00	777,74	9.222,26
449000.00.00.00 Aplicações Diretas	10.000,00	0,00	10.000,00	777,74	9.222,26
449052.00.00.00 Equipamentos e Material P				777,74	
1301.0927200352.036					
Manutenção das Atividades do Fundo de Previdência	203.000,00	0,00	203.000,00	89.509,11	113.490,89
300000.00.00.00 DESPESAS CORRENTES	203.000,00	0,00	203.000,00	89.509,11	113.490,89
310000.00.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAI	113.000,00	0,00	113.000,00	41.661,58	71.338,42
3[illegible]0.00.00.00 Aplicações Diretas	113.000,00	0,00	113.000,00	41.661,58	71.338,42
319001.00.00.00 Aposentadorias e Reformas				12.878,94	
319003.00.00.00 Pensões				4.241,50	
319011.00.00.00 Vencimentos e Vant.Fixas				22.793,34	
319013.00.00.00 Obrigações Patronais				1.747,80	
330000.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	90.000,00	0,00	90.000,00	47.847,53	42.152,47
339000.00.00.00 Aplicações Diretas	90.000,00	0,00	90.000,00	47.847,53	42.152,47
339030.00.00.00 Material de Consumo				2.495,04	
339035.00.00.00 Serviços de Consultoria				24.640,00	
339036.00.00.00 Outros Serviços de Tercei				644,41	
339039.00.00.00 Outros Serviços de Tercei				20.068,08	
1301.99					
Reserva de Contingência	815.000,00	0,00	815.000,00	0,00	815.000,00
1301.99999					
Reserva de Contingência	815.000,00	0,00	815.000,00	0,00	815.000,00

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA - IPMH

Autarquia Municipal criada através da Lei Complementar nº 127 de 20.05.2002

Estado de Sao Paulo — Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada — Folha: 2

Ins.Prev.Mun.Serv.Est.Turistica Holambra — Exercício de 2003 - Anexo 11, da Lei 4.320/64

Unidade Gestora : Inst. Prev. Mun. Serv. Publ. de Holambra

Identificação Códigos Títulos	Autorizada: Créditos Orçamentários e Suplementares	Autorizada: Créditos Especiais e Extra-Ordinários	Autorizada: Total	Realizada	Diferença
3.3.90.1.999990999 Reserva de Contingência	815.000,00	0,00	815.000,00	0,00	815.000,00
3.3.90.1.9999909992.999 Reserva de Contingência	815.000,00	0,00	815.000,00	0,00	815.000,00
999 99.00.00 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	815.000,00	0,00	815.000,00	0,00	815.000,00
Total Unidade	1.028.000,00	0,00	1.028.000,00	90.286,85	937.713,15
Total Órgão	1.028.000,00	0,00	1.028.000,00	90.286,85	937.713,15
Total Geral	1.028.000,00	0,00	1.028.000,00	90.286,85	937.713,15

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
SUPERINTENDENTE CHEFE

MARIA REGINA RICARDO
CONTADORA CRC - 166-392/SP

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA - IPMH

Autarquia Municipal criada através da Lei Complementar nº 127 de 20.05.2002

Estado de Sao Paulo — Balanço Orçamentário — Folha: 1

Ins.Prev.Mun.Serv.Est.Turistica Holambra — Exercício de 2003 - Anexo 12, da Lei 4.320/64

nidade Gestora : Inst. Prev. Mun. Serv. Publ. de Holambra

	Previsão/Fixação	Execução	Diferenças
Receitas			
Receitas Correntes			
Receitas de Contribuições	658.000,00	670.377,90	12.377,90
Receita Patrimonial	300.000,00	647.797,36	347.797,36
Total.....	958.000,00	1.318.175,26	360.175,26
Receitas de Capital			
Amortização de Empréstimos	70.000,00	66.842,52	-3.157,48
Total.....	70.000,00	66.842,52	-3.157,48
Soma	1.028.000,00	1.385.017,78	357.017,78
Total das Receitas	1.028.000,00	1.385.017,78	357.017,78
Despesas			
Créditos Orçamentários e Suplementares	1.028.000,00	90.286,85	-937.713,15
Créditos Especiais	0,00	0,00	0,00
Créditos Extraordinários	0,00	0,00	0,00
Soma	1.028.000,00	90.286,85	-937.713,15
Superávit		1.294.730,93	1.294.730,93
Total das Despesas	1.028.000,00	1.385.017,78	-357.017,78

VI YLVIA SABINO DE SOUZA
SUPERINTENDENTE CHEFE

MARIA REGINA RICARDO
CONTADORA CRC - 166-392/SP

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA - IPMH

Autarquia Municipal criada através da Lei Complementar nº 127 de 20.05.2002

Estado de Sao Paulo — Balanço Patrimonial — Folha: 1

Ins.Prev.Mun.Serv.Est.Turistica Holambra — Exercicio de 2003 - Anexo 14, da Lei 4.320/64

Unidade Gestora : Inst. Prev. Mun. Serv. Publ. de Holambra

Ativo			Passivo		
Titulos			Titulos		
Ativo Financeiro			**Passivo Financeiro**		
Disponivel			Restos a Pagar		
Bancos - C/Movimento	352,48		Processados de 2003	2.132,82	
Bancos - Aplicacoes Financ	2.902.920,30		Processados Anteriores	0,00	
Vinculado em C/C Bancaria	890.880,83	3.794.153,61	Não Processados Anteriores	0,00	
			Depositos de Diversas Ori	71,20	2.204,02
Ativo Permanente			**Passivo Permanente**		
Bens Moveis	5.415,74				
Creditos	1.192.025,62				
Diversos	335,16	1.197.776,52			
Soma do Ativo Real		4.991.930,13	Soma do Passivo Real		2.204,02
Saldo Patrimonial			Saldo Patrimonial		
			Ativo Real Liquido		4.989.726,11
Totais		4.991.930,13	Totais		4.991.930,13
Ativo Compensado			Passivo Compensado		
Totais		4.991.930,13	Totais		4.991.930,13

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
SUPERINTENDENTE CHEFE

MARIA REGINA RICARDO
CONTADORA CRC - 166-392/SP

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA - IPMH

Autarquia Municipal criada através da Lei Complementar nº 127 de 20.05.2002

Estado de Sao Paulo — Demonstração das Variações Patrimoniais — Folha: 1

Ins.Prev.Mun.Serv.Est.Turistica Holambra — Exercicio de 2003 - Anexo 15, da Lei 4.320/64

Unidade Gestora : Inst. Prev. Mun. Serv. Publ. de Holambra

Variações Ativas			Variações Passivas		
Resultantes da Execução Orçamentária			Resultantes da Execução Orçamentária		
Receita Orçamentária			Despesa Orçamentária		
Receitas Correntes			Despesas Correntes		
Receitas de Contribuições	670.377,90		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	41.661,58	
Receita Patrimonial	647.797,36	1.318.175,26	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	47.847,53	89.509,11
Receitas de Capital			Despesas de Capital		
Amortização de Empréstimos	66.842,52	66.842,52	INVESTIMENTOS	777,74	777,74
Totais		1.385.017,78	Totais		90.286,85
Mutações Patrimoniais			Mutações Patrimoniais		
Aquisicao de Bens Moveis	777,74	777,74	Baixa da Divida Ativa	66.842,52	66.842,52
Totais		1.385.795,52	Totais		157.129,37
Independentes da Execução Orçamentária			Independentes da Execução Orçamentária		
Entradas de Almoxarifado	2.225,24	2.225,24	Saidas de Almoxarifado	2.288,63	2.288,63
Totais		1.388.020,76	Totais		159.418,00
Resultado Patrimonial			Resultado Patrimonial		
			Superávit Verificado		1.228.602,76
Totais		1.388.020,76	Totais		1.388.020,76

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
SUPERINTENDENTE CHEFE

[illegible] RICARDO
CONTADORA CRC - 166-392/SP

Endereço: Rua Campo de Pouso, n°751 - Centro - Cx Postal n° 24 - CEP: 13825-000 - Holambra - SP
CNPJ N° 005.128.453/0001-11 - Fone: (19) 3802-3022

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA - IPMH

Autarquia Municipal criada através da Lei Complementar nº 127 de 20.05.2002

Anexo 16

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins, que o Instituto de Previdência dos Servidores Municipais da Estância Turística de Holambra – IPMH, não inscreveu Dívida Fundada no exercício de 2003. Portanto o anexo 16 da Lei 4.320/64 não foi elaborado.

Por ser verdade firmamos a presente.

Holambra, 30 de dezembro de 2003

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
SUPERINTENDENTE CHEFE

Endereço: Rua Campo de Pouso, nº751 - Centro - Cx Postal nº 24 - CEP: 13825-000 - Holambra - SP
CNPJ Nº 005.128.453/0001-11 - Fone: (19) 3802-3022

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA - IPMH

Autarquia Municipal criada através da Lei Complementar nº 127 de 20.05.2002

Estado de Sao Paulo — Demonstração da Divida Flutuante — Folha: 1

Ins.Prev.Mun.Serv.Est.Turistica Holambra — Exercicio de 2003 - Anexo 17, da Lei 4.320/64

Unidade Gestora : Inst. Prev. Mun. Serv. Publ. de Holambra

Titulos	Saldo do Exercicio Anterior	Movimentação no Periodo - Inscrição	Baixa	Saldo para o Exercicio Seguinte
Restos a Pagar				
Restos de 2002 Processados	900,00		900,00	0,00
Restos de 2003 Nao Processados	0,00	2.132,82		2.132,82
Restos de 2003 Processados	0,00			0,00
Total	900,00	2.132,82	900,00	2.132,82
Depositos de Diversas Origens				
Contribuição Sindical	0,00	51,37	51,37	0,00
IRRF	0,00	1.016,37	945,17	71,20
Total	0,00	1.067,74	996,54	71,20
Total Geral	900,00	3.200,56	1.896,54	2.204,02

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
SUPERINTENDENTE CHEFE

MARIA REGINA RICARDO
CONTADORA CRC - 166-392/SP

Estado de Sao Paulo — Balanço Orçamentário — Folha: 1

Ins.Prev.Mun.Serv.Est.Turistica Holambra — Exercicio de 2003 - Anexo 12, da Lei 4.320/64

Unidade Gestora : Inst. Prev. Mun. Serv. Publ. de Holambra

	Previsão/Fixação	Execução	Diferenças
Receitas			
Receitas Correntes			
Receitas de Contribuições	658.000,00	670.377,90	12.377,90
Receita Patrimonial	300.000,00	647.797,36	347.797,36
Total.....	958.000,00	1.318.175,26	360.175,26
Receitas de Capital			
Amortização de Empréstimos	70.000,00	66.842,52	-3.157,48
Total.....	70.000,00	66.842,52	-3.157,48
Soma	1.028.000,00	1.385.017,78	357.017,78
Total das Receitas	1.028.000,00	1.385.017,78	357.017,78
Despesas			
Créditos Orçamentários e Suplementares	1.028.000,00	90.286,85	-937.713,15
Créditos Especiais	0,00	0,00	0,00
Créditos Extraordinários	0,00	0,00	0,00
Soma	1.028.000,00	90.286,85	-937.713,15
Superávit		1.294.730,93	1.294.730,93
Total das Despesas	1.028.000,00	1.385.017,78	-357.017,78

GISELE SILVIA SABINO DE SOUZA
SUPERINTENDENTE CHEFE

MARIA REGINA RICARDO
CONTADORA CRC - 166-392/SP

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA - IPMH

Autarquia Municipal criada através da Lei Complementar nº 127 de 20.05.2002

Estado de Sao Paulo — Balanço Financeiro — Exercicio de 2003 — Folha: 1

Ins.Prev.Mun.Serv.Est.Turistica Holambra

Unidade Gestora : Inst. Prev. Mun. Serv. Publ. de Holambra

Receita			Despesa		
I - Orçamentária			I - Orçamentária		
Receitas Correntes			Despesas Correntes - Paga		
Receitas de Contribuições	670.377,90		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	41.661,58	
Receita Patrimonial	647.797,36	1.318.175,26	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	45.714,71	87.376,29
(-) Dedução para o FUNDEF	0,00	1.318.175,26			
Receitas de Capital			Despesas de Capital		
ortização de Empréstimos	66.842,52	66.842,52	INVESTIMENTOS	777,74	777,74
Totais		1.385.017,78	Totais		88.154,03
II - Extraorçamentária			II - Extraorçamentária		
Restos a Pagar	0,00		Restos a Pagar	900,00	
Depositos de Diversas Orig	1.067,74		Depositos de Diversas Orig	996,54	
Transferências Financeiras	0,00		Transferências Financeiras	0,00	
Totais		1.067,74	Totais		1.896,54
Saldo do Ano Anterior			Saldo Para o Ano Seguinte		
Disponivel			Disponivel		
Caixa	0,00		Caixa	0,00	
Bancos - C/Movimento	40.590,84		Bancos - C/Movimento	352,48	
Bancos - Aplicacoes Financ	2.457.527,82		Bancos - Aplicacoes Financ	2.902.920,30	
culado em C/C Bancária			Vinculado em C/C Bancária		
Vinculado em C/C Bancaria	0,00		Vinculado em C/C Bancaria	890.880,83	
Totais		2.498.118,66	Totais		3.794.153,61
Total Geral		3.884.204,18	Total Geral		3.884.204,18

CARLOS ALBERTO SABINO DE SOUZA
SUPERINTENDENTE CHEFE

MARIA REGINA RICARDO
CONTADORA CRC - 166-392/SP

Endereço: Rua Campo de Pouso, n°751 - Centro - Cx Postal n° 24 - CEP: 13825-000 - Holambra - SP
CNPJ N° 005.128.453/0001-11 - Fone: (19) 3802-3022

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA - IPMH

Autarquia Municipal criada através da Lei Complementar nº 127 de 20.05.2002

Estado de Sao Paulo — Balancete Financeiro — Dezembro de 2003 — Folha: 1

Ins.Prev.Mun.Serv.Est.Turistica Holambra

Unidade Gestora : Inst. Prev. Mun. Serv. Publ. de Holambra

Receita			Despesa		
I - Orçamentária			I - Orçamentária		
Receitas Correntes			Despesas Correntes - Paga		
Receitas de Contribuições	69.428,72		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.366,48	
Receita Patrimonial	63.976,64	133.405,36	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.685,36	10.051,84
(-) Dedução para o FUNDEF	0,00	133.405,36			
Receitas de Capital			Despesas de Capital		
rtização de Empréstimos	5.570,21	5.570,21			
Totais		138.975,57	Totais		10.051,84
II - Extraorçamentária			II - Extraorçamentária		
Restos a Pagar	0,00		Restos a Pagar	0,00	
Depositos de Diversas Orig	142,40		Depositos de Diversas Orig	216,48	
Transferências Financeiras	0,00		Transferências Financeiras	0,00	
Totais		142,40	Totais		216,48
Saldo do Mês Anterior			Saldo Para o Ano Seguinte		
Disponivel			Disponivel		
Caixa	0,00		Caixa	0,00	
Bancos - C/Movimento	679,47		Bancos - C/Movimento	352,48	
Bancos - Aplicacoes Financ	3.067.862,00		Bancos - Aplicacoes Financ	2.902.920,30	
culado em C/C Bancária			Vinculado em C/C Bancária		
Vinculado em C/C Bancaria	596.762,49		Vinculado em C/C Bancaria	890.880,83	
Totais		3.665.303,96	Totais		3.794.153,61
Total Geral		3.804.421,93	Total Geral		3.804.421,93

CLEBER [illegible] SABINO DE SOUZA
SUPERINTENDENTE CHEFE

MARIA REGINA RICARDO
CONTADORA CRC - 166-392/SP

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA - IPMH

Autarquia Municipal criada através da Lei Complementar nº 127 de 20.05.2002

Estado de Sao Paulo — Balanço Patrimonial — Folha: 1

Ins.Prev.Mun.Serv.Est.Turistica Holambra — Exercicio de 2003 - Anexo 14, da Lei 4.320/64

Unidade Gestora : Inst. Prev. Mun. Serv. Publ. de Holambra

Ativo			Passivo		
Titulos			Titulos		
Ativo Financeiro			**Passivo Financeiro**		
Disponivel			Restos a Pagar		
Bancos - C/Movimento	352,48		Processados de 2003	2.132,82	
Bancos - Aplicacoes Financ	2.902.920,30		Processados Anteriores	0,00	
Vinculado em C/C Bancaria	890.880,83	3.794.153,61	Não Processados Anteriores	0,00	
			Depositos de Diversas Ori	71,20	2.204,02
Ativo Permanente			**Passivo Permanente**		
Bens Moveis	5.415,74				
Creditos	1.192.025,62				
Diversos	335,16	1.197.776,52			
Soma do Ativo Real		4.991.930,13	Soma do Passivo Real		2.204,02
Saldo Patrimonial			Saldo Patrimonial		
			Ativo Real Liquido		4.989.726,11
Totais		4.991.930,13	Totais		4.991.930,13
ivo Compensado			Passivo Compensado		
Totais		4.991.930,13	Totais		4.991.930,13

CLEA MARIA FABRICIO DE SOUZA
SUPERINTENDENTE CHEFE

MARIA REGINA RICARDO
CONTADORA CRC - 166-392/SP

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA - IPMH

Autarquia Municipal criada através da Lei Complementar nº 127 de 20.05.2002

Estado de Sao Paulo — Demonstração das Variações Patrimoniais — Folha: 1

Ins.Prev.Mun.Serv.Est.Turistica Holambra — Exercicio de 2003 - Anexo 15, da Lei 4.320/64

Unidade Gestora : Inst. Prev. Mun. Serv. Publ. de Holambra

Variações Ativas			Variações Passivas		
Resultantes da Execução Orçamentária			Resultantes da Execução Orçamentária		
Receita Orçamentária			Despesa Orçamentária		
Receitas Correntes			Despesas Correntes		
Receitas de Contribuições	670.377,90		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	41.661,58	
Receita Patrimonial	647.797,36	1.318.175,26	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	47.847,53	89.509,11
Receitas de Capital			Despesas de Capital		
Amortização de Empréstimos	66.842,52	66.842,52	INVESTIMENTOS	777,74	777,74
Totais		1.385.017,78	Totais		90.286,85
Mutações Patrimoniais			Mutações Patrimoniais		
Aquisicao de Bens Moveis	777,74	777,74	Baixa da Divida Ativa	66.842,52	66.842,52
Totais		1.385.795,52	Totais		157.129,37
Independentes da Execução Orçamentária			Independentes da Execução Orçamentária		
Entradas de Almoxarifado	2.225,24	2.225,24	Saidas de Almoxarifado	2.288,63	2.288,63
Totais		1.388.020,76	Totais		159.418,00
Resultado Patrimonial			Resultado Patrimonial		
			Superávit Verificado		1.228.602,76
Totais		1.388.020,76	Totais		1.388.020,76

CLAUDIA SABINO DE SOUZA
SUPERINTENDENTE CHEFE

MARIA REGINA RICARDO
CONTADORA CRC - 166-392/SP

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA - IPMH

Autarquia Municipal criada através da Lei Complementar nº 127 de 20.05.2002

Estado de Sao Paulo — Balancete Extra-orçamentário — Exercicio de 2003 — Folha: 1

Ins.Prev.Mun.Serv.Est.Turistica Holambra

Unidade Gestora : Inst. Prev. Mun. Serv. Publ. de Holambra

escrição	Saldo Anterior ---- Devedor --- ---- Credor ----		Movimento do Periodo ---- Débito ----	---- Crédito ---	Saldo Atual ---- Devedor ---	---- Credor ----
	Ativo Realizado	Pass.Financeiro	Despesa	Receita	Ativo Realizado	Pass.Financeiro
estos a Pagar						
Restos de 2002 Processados		900,00	900,00			
Restos de 2003 Nao Processado				2.132,82		2.132,82
Total		900,00	900,00	2.132,82		2.132,82
itos de Diversas Origens						
Contribuição Sindical			51,37	51,37		
IRRF			945,17	1.016,37		71,20
Total			996,54	1.067,74		71,20
otal Geral		900,00	1.896,54	3.200,56		2.204,02

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
SUPERINTENDENTE CHEFE

MARIA REGINA RICARDO
CONTADORA CRC - 166-392/SP

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA - IPMH

Autarquia Municipal criada através da Lei Complementar nº 127 de 20.05.2002

Estado de Sao Paulo — Balancete Extra-orçamentário — Dezembro de 2003 — Folha: 1

Ins.Prev.Mun.Serv.Est.Turistica Holambra

Unidade Gestora : Inst. Prev. Mun. Serv. Publ. de Holambra

escrição	Saldo Anterior ---- Devedor ---	---- Credor ----	Movimento do Periodo ---- Débito ----	---- Crédito ---	Saldo Atual ---- Devedor ---	---- Credor ----
	Ativo Realizado	Pass.Financeiro	Despesa	Receita	Ativo Realizado	Pass.Financeiro
estos a Pagar						
Restos de 2002 Processados						
Restos de 2003 Nao Processado				2.132,82		2.132,82
Total				2.132,82		2.132,82
epositos de Diversas Origens						
ribuição Sindical						
IRRF		145,28	216,48	142,40		71,20
Total		145,28	216,48	142,40		71,20
otal Geral		145,28	216,48	2.275,22		2.204,02

LUA SILVIA SABINO DE SOUZA
SUPERINTENDENTE CHEFE

MARIA REGINA RICARDO
CONTADORA CRC - 166-392/SP

Unidade Gestora: Inst. Prev. Mun. Serv. Publ. de Holambra

Receita	Previsto	Arrecadado no Mes	Arrecadado no Ano	Diferenca
0000				
1000.00.00.00.00 Receitas Correntes	958.000,00	133.405,36	1.318.175,26	360.175,26
1200.00.00.00.00 Receitas de Contribuições	658.000,00	69.428,72	670.377,90	12.377,90
1210.00.00.00.00 Contribuições Sociais	658.000,00	69.428,72	670.377,90	12.377,90
1210.29.00.00.00 Contribuições Previdenciárias	658.000,00	69.428,72	670.377,90	12.377,90
.29.01.00.00 Contribuições Patronais - Ativo C	326.000,00	34.629,58	334.486,08	8.486,08
1210.29.01.01.00 Contribuição Patronal - Pref. Municip 15	270.000,00	33.476,65	300.743,21	30.743,21
1210.29.01.02.00 Contribuição Patronal - Camara 16	5.000,00	1.152,93	4.794,57	-205,43
1210.29.01.03.00 Contribuição Patronal - 13o e Dez. 17	51.000,00	0,00	28.948,30	-22.051,70
1210.29.03.00.00 Contribuição - Inativo Civil	6.000,00	376,90	1.540,15	-4.459,85
1210.29.03.01.00 Aposentados 18	3.000,00	237,68	1.159,04	-1.840,96
1210.29.03.02.00 Pensionistas 19	3.000,00	139,22	381,11	-2.618,89
1210.29.07.00.00 Contribuição de Servidor Ativo Ci	326.000,00	34.422,24	334.351,67	8.351,67
1210.29.07.01.00 Contribuição Servidor - Pref. Municip 20	270.000,00	33.476,65	300.816,16	30.816,16
1210.29.07.02.00 Contribuição Servidor - Camara 21	5.000,00	945,59	4.587,23	-412,77
121 .07.03.00 Contribuição Servidor - 13o e Dez. 22	51.000,00	0,00	28.948,28	-22.051,72
1300.00.00.00.00 Receita Patrimonial	300.000,00	63.976,64	647.797,36	347.797,36
1320.00.00.00.00 Receitas de Valores Mobiliários	300.000,00	63.976,64	647.797,36	347.797,36
1324.00.00.00.00 Fundos de Investimento	300.000,00	63.976,64	647.797,36	347.797,36
1324.02.00.00.00 Fundos de Aplicações em Cotas - Renda Fixa 25	300.000,00	63.976,64	647.797,36	347.797,36
2000.00.00.00.00 Receitas de Capital	70.000,00	5.570,21	66.842,52	-3.157,48
2300.00.00.00.00 Amortização de Empréstimos	70.000,00	5.570,21	66.842,52	-3.157,48
2300.99.00.00.00 Amortização de Financiamentos Div	70.000,00	5.570,21	66.842,52	-3.157,48
2300.99.01.00.00 Parcelamento Prefeitura 73	70.000,00	5.570,21	66.842,52	-3.157,48
Total Geral	1.028.000,00	138.975,57	1.385.017,78	357.017,78

CLEA SILVIA SABINO DE SOUZA
SUPERINTENDENTE CHEFE

MARIA REGINA RICARDO
CONTADORA CRC - 166-392/SP

Resumo Final

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.366,48
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.685,36
Total DESPESAS CORRENTES	10.051,84
INVESTIMENTOS	0,00
Total DESPESAS DE CAPITAL	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
Total Deduções da Receita Corrente	0,00
Total Geral	10.051,84

TIEA SILVIA SABINO DE SOUZA
SUPERINTENDENTE CHEFE

MARIA REGINA RICARDO
CONTADORA CRC - 166-392/SP

Estado de Sao Paulo — Controle da Despesa — Dezembro de 2003 — Folha: 1

Ins.Prev.Mun.Serv.Est.Turistica Holambra — Resumo Geral da Despesa Paga

Unidade Gestora = Inst. Prev. Mun. Serv. Publ. de Holambra

Código	Especificação	Valor	Percentual
3.0.00.00.00.0000	DESPESAS CORRENTES	10.051,84	100,00
3.1.00.00.00.0000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.366,48	63,34
3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	6.366,48	63,34
3.3.00.00.00.0000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.685,36	36,66
3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	3.685,36	36,66
[illegible].00.00.00.0000	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00
.00.00.00.0000	INVESTIMENTOS	0,00	0,00
4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	0,00	0,00
9.9.99.99.00.0000	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00

Resumo Final

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.366,48
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-5.200,31
Total DESPESAS CORRENTES	1.166,17
INVESTIMENTOS	0,00
Total DESPESAS DE CAPITAL	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
Total Deduções da Receita Corrente	0,00
Total Geral	1.166,17

CLEA SILVIA SABINO DE SOUZA
SUPERINTENDENTE CHEFE

MARIA REGINA RICARDO
CONTADORA CRC - 166-392/SP

Estado de Sao Paulo | Controle da Despesa | Dezembro de 2003 | Folha: 1

Ins.Prev.Mun.Serv.Est.Turistica Holambra | Resumo Geral da Despesa Empenhada

Unidade Gestora = Inst. Prev. Mun. Serv. Publ. de Holambra

Código	Especificação	Valor	Percentual
3.0.00.00.00.0000	DESPESAS CORRENTES	1.166,17	100,00
3.1.00.00.00.0000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.366,48	545,93
3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	6.366,48	545,93
3.3.00.00.00.0000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-5.200,31	-445,93
3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	-5.200,31	-445,93
?.00.00.00.0000	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00
..00.00.00.0000	INVESTIMENTOS	0,00	0,00
4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	0,00	0,00
9.9.99.99.00.0000	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00

Resumo Final

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.366,48
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.372,23
Total DESPESAS CORRENTES	9.738,71
INVESTIMENTOS	0,00
Total DESPESAS DE CAPITAL	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
Total Deduções da Receita Corrente	0,00
Total Geral	9.738,71

LILIA SILVIA SABINO DE SOUZA
SUPERINTENDENTE CHEFE

MARIA REGINA RICARDO
CONTADORA CRC - 166-392/SP

Estado de Sao Paulo — Controle da Despesa — Dezembro de 2003 — Folha: 1

Ins.Prev.Mun.Serv.Est.Turistica Holambra — Resumo Geral da Despesa Liquidada

Unidade Gestora = Inst. Prev. Mun. Serv. Publ. de Holambra

Código	Especificação	Valor	Percentual
3.0.00.00.00.0000	DESPESAS CORRENTES	9.738,71	100,00
3.1.00.00.00.0000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.366,48	65,37
3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	6.366,48	65,37
3.3.00.00.00.0000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.372,23	34,63
3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	3.372,23	34,63
.00.00.00.0000	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00
4.4.00.00.00.0000	INVESTIMENTOS	0,00	0,00
4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	0,00	0,00
9.9.99.99.00.0000	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00

Resumo Final

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	41.661,58
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	47.847,53
Total DESPESAS CORRENTES	89.509,11
INVESTIMENTOS	777,74
Total DESPESAS DE CAPITAL	777,74
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
Total Deduções da Receita Corrente	0,00
Total Geral	90.286,85

CLEA SILVIA SABINO DE SOUZA
SUPERINTENDENTE CHEFE

MARIA REGINA RICARDO
CONTADORA CRC - 166-392/SP

Estado de Sao Paulo — Controle da Despesa — Exercicio de 2003 — Folha: 1

Ins.Prev.Mun.Serv.Est.Turistica Holambra — Resumo Geral da Despesa Empenhada

Unidade Gestora = Inst. Prev. Mun. Serv. Publ. de Holambra

Código	Especificação	Valor	Percentual
3.0.00.00.00.0000	DESPESAS CORRENTES	89.509,11	99,14
3.1.00.00.00.0000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	41.661,58	46,14
3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	41.661,58	46,14
3.3.00.00.00.0000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	47.847,53	53,00
3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	47.847,53	53,00
4.00.00.00.0000	DESPESAS DE CAPITAL	777,74	0,86
4.4.00.00.00.0000	INVESTIMENTOS	777,74	0,86
4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	777,74	0,86
9.9.99.99.00.0000	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA - IPMH

Autarquia Municipal criada através da Lei Complementar nº 127 de 20.05.2002

Estado de Sao Paulo — Controle da Despesa — Exercicio de 2003 — Folha: 2

Ins.Prev.Mun.Serv.Est.Turistica Holambra — Resumo Geral da Despesa Liquidada

Resumo Final

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	41.661,58
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	45.714,71
Total DESPESAS CORRENTES	87.376,29
INVESTIMENTOS	777,74
Total DESPESAS DE CAPITAL	777,74
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
Total Deduções da Receita Corrente	0,00
Total Geral	88.154,03

CLEMENTINA SABINO DE SOUZA
SUPERINTENDENTE CHEFE

MARIA REGINA RICARDO
CONTADORA CRC - 166-392/SP

Estado de Sao Paulo — Controle da Despesa — Exercicio de 2003 — Folha: 1

Ins.Prev.Mun.Serv.Est.Turistica Holambra — Resumo Geral da Despesa Liquidada

Unidade Gestora = Inst. Prev. Mun. Serv. Publ. de Holambra

Código	Especificação	Valor	Percentual
3.0.00.00.00.0000	DESPESAS CORRENTES	87.376,29	99,12
3.1.00.00.00.0000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	41.661,58	47,26
3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	41.661,58	47,26
3.3.00.00.00.0000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	45.714,71	51,86
3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	45.714,71	51,86
4.00.00.00.0000	DESPESAS DE CAPITAL	777,74	0,88
4.4.00.00.00.0000	INVESTIMENTOS	777,74	0,88
4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	777,74	0,88
9.9.99.99.00.0000	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00

nidade Gestora = Inst. Prev. Mun. Serv. Publ. de Holambra
rgão = 13 INST. PREV. MUN. SERV. PUBL. DE HOLAMBRA
nidade = 01 INST. PREV. MUN. SERV. PUBL. DE HOLAMBRA

Dotação	Saldo Inicial	Suplementações	Reduções	Reservado	Total Créditos	Saldo Disponivel
		Empenhado no Mês	Liquidado no Mês	Anulado no Mês	Pago no Mês	Empenhos a Pagar
		Empenhado no Ano	Liquidado no Ano	Anulado no Ano	Pago no Ano	Pagtos a Efetuar
09 Previdência Social						
09272 Previdência do Regime Estatutário						
092720035 Prev. Social Inativos e Pensionistas						
092720035.1.039000 Aquisição de Equipamentos e Material Permanente						
3.1.90.00.00.0000 Aplicações Diretas						
152 Fonte: 00						
	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	9.222,26
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		777,74	777,74	0,00	777,74	0,00
3.1.90.52.00.0000 Equipamentos e Material Permanente - Desdobramento da Despesa						
167 Fonte: 00						
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		777,74	777,74	0,00	777,74	0,00
092720035.2.036000 Manutenção das Atividades do Fundo de Previdência						
3.1.90.00.00.0000 Aplicações Diretas						
153 Fonte: 00						
	113.000,00	0,00	0,00	0,00	113.000,00	71.338,42
		6.366,48	6.366,48	0,00	6.366,48	0,00
		41.661,58	41.661,58	0,00	41.661,58	0,00
3.1.90.01.00.0000 Aposentadorias e Reformas - Desdobramento da Despesa						
157 Fonte: 00						
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		2.184,24	2.184,24	0,00	2.184,24	0,00
		12.878,94	12.878,94	0,00	12.878,94	0,00
3.1.90.03.00.0000 Pensões - Desdobramento da Despesa						
158 Fonte: 00						
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		1.403,49	1.403,49	0,00	1.403,49	0,00
		4.241,50	4.241,50	0,00	4.241,50	0,00
3.1.90.11.00.0000 Vencimentos e Vant.Fixas - Pessoal Civil - Desdobramento da Despesa						
159 Fonte: 00						
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		2.487,45	2.487,45	0,00	2.487,45	0,00
		22.793,34	22.793,34	0,00	22.793,34	0,00
3.1.90.13.00.0000 Obrigações Patronais - Desdobramento da Despesa						

Estado de Sao Paulo — Balancete da Despesa — Dezembro de 2003 — Folha: 2

Ins.Prev.Mun.Serv.Est.Turistica Holambra

Unidade Gestora = Inst. Prev. Mun. Serv. Publ. de Holambra
Orgão = 13 INST. PREV. MUN. SERV. PUBL. DE HOLAMBRA
Unidade = 01 INST. PREV. MUN. SERV. PUBL. DE HOLAMBRA

Dotação	Saldo Inicial	Suplementações / Empenhado no Mês / Empenhado no Ano	Reduções / Liquidado no Mês / Liquidado no Ano	Reservado / Anulado no Mês / Anulado no Ano	Total Créditos / Pago no Mês / Pago no Ano	Saldo Disponivel / Empenhos a Pagar / Pagtos a Efetuar
160 Fonte: 00						
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		291,30	291,30	0,00	291,30	0,00
		1.747,80	1.747,80	0,00	1.747,80	0,00
3.3.90.00.00.0000 Aplicações Diretas						
154 Fonte: 00						
	90.000,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00	42.152,47
		-5.200,31	3.372,23	5.709,52	3.685,36	0,00
		47.847,53	45.714,71	8.979,13	45.714,71	2.132,82
3.3.90.05.00.0000 Outros Beneficios Previdenciários - Desdobramento da Despesa						
161 Fonte: 00						
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.09.00.0000 Salário-Familia - Desdobramento da Despesa						
162 Fonte: 00						
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.30.00.0000 Material de Consumo - Desdobramento da Despesa						
163 Fonte: 00						
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		264,29	264,29	94,92	264,29	0,00
		2.495,04	2.495,04	630,20	2.495,04	0,00
3.3.90.35.00.0000 Serviços de Consultoria - Desdobramento da Despesa						
164 Fonte: 00						
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		150,00	1.280,00	0,00	1.280,00	0,00
		24.640,00	23.360,00	0,00	23.360,00	1.280,00
3.3.90.36.00.0000 Outros Serviços de Terceiros -P.Fisica - Desdobramento da Despesa						
165 Fonte: 00						
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		644,41	644,41	55,59	644,41	0,00
3.3.90.39.00.0000 Outros Serviços de Terceiros -P.Juridica - Desdobramento da Despesa						

Estado de Sao Paulo — Balancete da Despesa — Dezembro de 2003 — Folha:

Ins.Prev.Mun.Serv.Est.Turistica Holambra

Unidade Gestora = Inst. Prev. Mun. Serv. Publ. de Holambra
Orgão = 13 INST. PREV. MUN. SERV. PUBL. DE HOLAMBRA
Unidade = 01 INST. PREV. MUN. SERV. PUBL. DE HOLAMBRA

Dotação	Saldo Inicial	Suplementações / Empenhado no Mês / Empenhado no Ano	Reduções / Liquidado no Mês / Liquidado no Ano	Reservado / Anulado no Mês / Anulado no Ano	Total Créditos / Pago no Mês / Pago no Ano	Saldo Disponivel / Empenhos a Pagar / Pagtos a Efetuar
166 Fonte: 00						
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		-5.614,60	1.827,94	5.614,60	2.141,07	0,00
		20.068,08	19.215,26	8.293,34	19.215,26	852,82
99 Reserva de Contingência						
99999 Reserva de Contingência						
999990999 Reserva de Contingência						
999990999.2.999000 Reserva de Contingência						
3.9.99.99.99.0000 RESERVA DE CONTINGÊNCIA						
155 Fonte: 00						
	815.000,00	0,00	0,00	0,00	815.000,00	815.000,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1.028.000,00	0,00	0,00	0,00	1.028.000,00	937.713,15
		1.166,17	9.738,71	5.709,52	10.051,84	0,00
		90.286,85	88.154,03	8.979,13	88.154,03	2.132,82
Total do Orgão	1.028.000,00	0,00	0,00	0,00	1.028.000,00	937.713,15
		1.166,17	9.738,71	5.709,52	10.051,84	0,00
		90.286,85	88.154,03	8.979,13	88.154,03	2.132,82
Total Geral	1.028.000,00	0,00	0,00	0,00	1.028.000,00	937.713,15
		1.166,17	9.738,71	5.709,52	10.051,84	0,00
		90.286,85	88.154,03	8.979,13	88.154,03	2.132,82

nidade Gestora = Inst. Prev. Mun. Serv. Publ. de Holambra

Resumo Final

rgão	Saldo Inicial	Suplementações	Reduções	Reservado	Total Créditos	Saldo Disponivel
		Empenhado no Mês	Liquidado no Mês	Anulado no Mês	Pago no Mês	Empenhos a Pagar
		Empenhado no Ano	Liquidado no Ano	Anulado no Ano	Pago no Ano	Pagtos a Efetuar
NST. PREV. MUN. SERV	1.028.000,00	0,00	0,00	0,00	1.028.000,00	937.713,15
		1.166,17	9.738,71	5.709,52	10.051,84	0,00
		90.286,85	88.154,03	8.979,13	88.154,03	2.132,82
otal Geral	1.028.000,00	0,00	0,00	0,00	1.028.000,00	937.713,15
		1.166,17	9.738,71	5.709,52	10.051,84	0,00
		90.286,85	88.154,03	8.979,13	88.154,03	2.132,82

CLEA SYLVIA SABINO DE SOUZA
SUPERINTENDENTE CHEFE

MARIA REGINA RICARDO
CONTADORA CRC - 166-392/SP

Estado de Sao Paulo | Balancete de Verificação | Dezembro de 2003 | Folha: 1

Ins.Prev.Mun.Serv.Est.Turistica Holambra

Unidade Gestora: Inst. Prev. Mun. Serv. Publ. de Holambra

Titulos	Saldo Anterior	Movimento no Periodo - Debitos	Movimento no Periodo - Creditos	Saldo Atual
Sistema Financeiro	2.497.218,66	3.938.690,18	2.643.959,25	3.791.949,59
Ativo Financeiro	3.665.303,96	1.133.631,72	1.004.782,07	3.794.153,61
Disponivel	3.068.541,47	839.513,38	1.004.782,07	2.903.272,78
Caixa	0,00	1.101,90	1.101,90	0,00
Bancos - C/Movimento	679,47	698.353,18	698.680,17	352,48
Bancos - Aplicacoes Financeiras	3.067.862,00	140.058,30	305.000,00	2.902.920,30
Vinculado em C/C Bancaria	596.762,49	294.118,34		890.880,83
Passivo Financeiro	-11.163,77	28.147,21	19.187,46	-2.204,02
Contas a Pagar	-11.018,49	27.930,73	16.912,24	0,00
Despesa a Pagar Processada	-313,13	10.250,40	9.937,27	0,00
Despesa a Pagar Nao Processada	-10.705,36	17.680,33	6.974,97	0,00
Restos a Pagar	0,00		2.132,82	-2.132,82
Restos a Pagar Processados	0,00			0,00
Restos a Pagar Nao Processados	0,00		2.132,82	-2.132,82
Debitos de Tesouraria	0,00			0,00
Depositos de Diversas Origens	-145,28	216,48	142,40	-71,20
Interferências Ativas	0,00			0,00
Transferências Financeiras Recebi	0,00			0,00
Repasses Recebidos	0,00			0,00
Contas de Resultado	-1.156.921,53	2.776.911,25	1.619.989,72	0,00
Receita Realizada (Orcamentaria)	-1.246.042,21	1.385.017,78	138.975,57	0,00
Despesa Realizada (Orcamentaria)	89.120,68	6.875,69	95.996,37	0,00
Resultado Financeiro	0,00	1.385.017,78	1.385.017,78	0,00
Situação Patrimonial	-2.557.882,00	359,21	1.234.426,80	-3.791.949,59
Ativo Permanente	1.203.241,35	359,21	5.824,04	1.197.776,52
Bens Moveis	5.415,74			5.415,74
Creditos	1.197.595,83		5.570,21	1.192.025,62
Valores	0,00			0,00
Diversos	229,78	359,21	253,83	335,16
Passivo Real Descoberto	0,00			0,00
Passivo Permanente	-3.761.123,35		1.228.602,76	-4.989.726,11
Ativo Real Liquido	-3.761.123,35		1.228.602,76	-4.989.726,11
Sistema de Variacoes Patrimoniais	60.663,34	1.306.560,93	1.367.224,27	0,00
Variacoes Ativas	-2.643,77	3.002,98	359,21	0,00
Mutacoes Patrimoniais	-777,74	777,74		0,00
Independentes de Execucao Orcamentaria	-1.866,03	2.225,24	359,21	0,00
Variacoes Passivas	63.307,11	5.824,04	69.131,15	0,00
Mutacoes Patrimoniais	61.272,31	5.570,21	66.842,52	0,00
Independentes de Execucao Orcamentaria	2.034,80	253,83	2.288,63	0,00
Contas de Interferencia	0,00	1.297.733,91	1.297.733,91	0,00
Transferencias Patrimoniais	0,00			0,00
Resultado Patrimonial	0,00	1.297.733,91	1.297.733,91	0,00

Unidade Gestora: Inst. Prev. Mun. Serv. Publ. de Holambra

Titulos	Saldo Anterior	Movimento no Periodo - Debitos	Movimento no Periodo - Creditos	Saldo Atual
Sistema Orcamentario	0,00	161.498,05	161.498,05	0,00
Receita Orcamentaria	0,00	138.975,57	138.975,57	0,00
Receita Orcada	-1.028.000,00			-1.028.000,00
Receita Prevista	-218.042,21		138.975,57	-357.017,78
Receita Lancada	0,00			0,00
Receita Executada	1.246.042,21	138.975,57		1.385.017,78
Despesa Orcamentaria	0,00	22.522,48	22.522,48	0,00
Despesa Fixada	1.028.000,00			1.028.000,00
Creditos Orcamentarios	1.028.000,00			1.028.000,00
Creditos Suplementares	0,00			0,00
Creditos Especiais	0,00			0,00
Reducoes Orcamentarias	0,00			0,00
Dotacoes Disponiveis	-938.879,32	6.875,69	5.709,52	-937.713,15
Despesa Empenhada	-10.705,36	15.547,51	6.974,97	-2.132,82
Despesa Executada	-78.415,32	99,28	9.837,99	-88.154,03
Dotacoes Indisponiveis	0,00			0,00
Bloqueio de Credito	0,00			0,00
Reserva de Credito	0,00			0,00
Total Geral	0,00	5.407.108,37	5.407.108,37	0,00

ELENILDA MARIA SABINO DE SOUZA
SUPERINTENDENTE CHEFE

MARIA REGINA RICARDO
CONTADORA CRC - 166-392/SP

Estado de Sao Paulo — Balancete de Verificação — Exercicio de 2003 — Folha: 1

Ins.Prev.Mun.Serv.Est.Turistica Holambra

Unidade Gestora: Inst. Prev. Mun. Serv. Publ. de Holambra

Titulos		Saldo Anterior	Movimento no Periodo - Debitos	Movimento no Periodo - Creditos	Saldo Atual
Sistema Financeiro		2.497.218,66	12.669.300,67	11.374.569,74	3.791.949,59
Ativo Financeiro		2.498.118,66	9.604.427,99	8.308.393,04	3.794.153,61
Disponivel		2.498.118,66	8.713.547,16	8.308.393,04	2.903.272,78
Caixa		0,00	6.895,25	6.895,25	0,00
Caixa		0,00	6.895,25	6.895,25	0,00
ancos - C/Movimento		40.590,84	3.462.833,53	3.503.071,89	352,48
Banco do Brasil S/A C/Movimento	10728-X	40.590,84	788.132,61	828.370,97	352,48
Banco Santos	120209-9	0,00	1.019.214,47	1.019.214,47	0,00
BANESPA CONTA MOVIMENTO	45000230-0	0,00	1.655.486,45	1.655.486,45	0,00
Bancos - Aplicacoes Financeiras		2.457.527,82	5.243.818,38	4.798.425,90	2.902.920,30
Banco do Brasil - Aplicação DB	10728-X	0,00	3.532,00	3.532,00	0,00
Banco do Brasil - C/Aplicacao S	10728-X	5.281,93	16.176,44	7.758,37	13.700,00
Banco do Brasil Fundo de Aplica	10728-X	1.267.535,97	1.135.065,44	45.100,00	2.357.501,41
Banco Santos Fundo de Aplicação	4102-1	0,00	738.613,48	596.762,49	141.850,99
BANESPA CONTA APLICAÇÃO FAC LIQ	45000230-0	0,00	1.296.927,50	1.296.927,50	0,00
BANESPA CONTA APLICAÇÃO FBQ MA	621-31	1.184.709,92	2.053.503,52	2.848.345,54	389.867,90
Vinculado em C/C Bancaria		0,00	890.880,83		890.880,83
Aplicação em Titulos Públicos G	125-1	0,00	890.880,83		890.880,83
Passivo Financeiro		-900,00	193.260,93	194.564,95	-2.204,02
Contas a Pagar		0,00	191.364,39	191.364,39	0,00
spesa a Pagar Processada		0,00	91.090,81	91.090,81	0,00
spesa a Pagar Processada		0,00	91.090,81	91.090,81	0,00
Despesa a Pagar Nao Processada		0,00	100.273,58	100.273,58	0,00
Despesa a Pagar Nao Processada		0,00	100.273,58	100.273,58	0,00
Restos a Pagar		-900,00	900,00	2.132,82	-2.132,82
Restos a Pagar Processados		-900,00	900,00		0,00
Restos de 2002 Processados		-900,00	900,00		0,00
Restos de 2003 Processados		0,00			0,00
Restos a Pagar Nao Processados		0,00		2.132,82	-2.132,82
Restos de 2002 Nao Processados		0,00			0,00
Restos de 2003 Nao Processados		0,00		2.132,82	-2.132,82
Debitos de Tesouraria		0,00			0,00
Servico da Divida a Pagar		0,00			0,00
Servicos da Divida a Pagar		0,00			0,00
Depositos de Diversas Origens		0,00	996,54	1.067,74	-71,20

Estado de Sao Paulo — Balancete de Verificação — Exercicio de 2003 — Folha: 2

Ins.Prev.Mun.Serv.Est.Turistica Holambra

Unidade Gestora: Inst. Prev. Mun. Serv. Publ. de Holambra

Titulos	Saldo Anterior	Movimento no Periodo - Debitos	Movimento no Periodo - Creditos	Saldo Atual
Contribuição Sindical	0,00	51,37	51,37	0,00
IRRF	0,00	945,17	1.016,37	-71,20
Interferências Ativas	0,00			0,00
Transferências Financeiras Recebi	0,00			0,00
epasses Recebidos	0,00			0,00
Repasses Recebidos	0,00			0,00
Contas de Resultado	0,00	2.871.611,75	2.871.611,75	0,00
Receita Realizada (Orcamentaria)	0,00	1.387.327,99	1.387.327,99	0,00
Receita Realizada	0,00	1.387.327,99	1.387.327,99	0,00
Despesa Realizada (Orcamentaria)	0,00	99.265,98	99.265,98	0,00
Despesa Realizada	0,00	99.265,98	99.265,98	0,00
Resultado Financeiro	0,00	1.385.017,78	1.385.017,78	0,00
Resultado Financeiro do Exercicio	0,00	1.385.017,78	1.385.017,78	0,00
Sistema Patrimonial	-2.497.218,66	3.002,98	1.297.733,91	-3.791.949,59
Ativo Permanente	1.263.904,69	3.002,98	69.131,15	1.197.776,52
Bens Moveis	4.638,00	777,74		5.415,74
Bens Moveis	4.638,00	777,74		5.415,74
Creditos	1.258.868,14		66.842,52	1.192.025,62
ida Ativa - Parcelamento da Prefeitur	1.258.868,14		66.842,52	1.192.025,62
Valores	0,00			0,00
Titulos Públicos do Governo Federal	0,00			0,00
Diversos	398,55	2.225,24	2.288,63	335,16
Almoxarifado	398,55	2.225,24	2.288,63	335,16
Passivo Real Descoberto	0,00			0,00
Passivo Real Descoberto	0,00			0,00
Passivo Permanente	-3.761.123,35		1.228.602,76	-4.989.726,11
Ativo Real Liquido	-3.761.123,35		1.228.602,76	-4.989.726,11
Ativo Real Liquido	-3.761.123,35		1.228.602,76	-4.989.726,11
Sistema de Variacoes Patrimoniais	0,00	1.369.868,04	1.369.868,04	0,00
Variacoes Ativas	0,00	3.002,98	3.002,98	0,00
Mutacoes Patrimoniais	0,00	777,74	777,74	0,00
Aquisicao de Bens Moveis	0,00	777,74	777,74	0,00
Aquisição de Titulos Publicos	0,00			0,00

Estado de Sao Paulo | Balancete de Verificação | Exercicio de 2003 | Folha: 3

Ins.Prev.Mun.Serv.Est.Turistica Holambra

Unidade Gestora: Inst. Prev. Mun. Serv. Publ. de Holambra

itulos	Saldo Anterior	Movimento no Periodo - Debitos	Movimento no Periodo - Creditos	Saldo Atual
Independentes de Execucao Orcamentaria	0,00	2.225,24	2.225,24	0,00
Entradas de Almoxarifado	0,00	2.225,24	2.225,24	0,00
Inscricao da Divida Ativa	0,00			0,00
Transferencia Financeira - Criacao da Au	0,00			0,00
acoes Passivas	0,00	69.131,15	69.131,15	0,00
Mutacoes Patrimoniais	0,00	66.842,52	66.842,52	0,00
Baixa da Divida Ativa	0,00	66.842,52	66.842,52	0,00
Independentes de Execucao Orcamentaria	0,00	2.288,63	2.288,63	0,00
Saidas de Almoxarifado	0,00	2.288,63	2.288,63	0,00
Contas de Interferencia	0,00	1.297.733,91	1.297.733,91	0,00
Transferencias Patrimoniais	0,00			0,00
Transferencias Patrimoniais do Exercicio	0,00			0,00
Resultado Patrimonial	0,00	1.297.733,91	1.297.733,91	0,00
Resultado Patrimonial do Exercicio	0,00	1.297.733,91	1.297.733,91	0,00
Sistema Orcamentario	0,00	3.644.052,54	3.644.052,54	0,00
Receita Orcamentaria	0,00	2.417.638,20	2.417.638,20	0,00
Receita Orcada	0,00		1.028.000,00	-1.028.000,00
Receita Orcada	0,00		1.028.000,00	-1.028.000,00
ita Prevista	0,00	1.030.310,21	1.387.327,99	-357.017,78
Receita Prevista	0,00	1.030.310,21	1.387.327,99	-357.017,78
Receita Lancada	0,00			0,00
Receita Lancada	0,00			0,00
Receita Executada	0,00	1.387.327,99	2.310,21	1.385.017,78
Receita Executada	0,00	1.387.327,99	2.310,21	1.385.017,78
Despesa Orcamentaria	0,00	1.226.414,34	1.226.414,34	0,00
Despesa Fixada	0,00	1.028.000,00		1.028.000,00
Creditos Orcamentarios	0,00	1.028.000,00		1.028.000,00
Creditos Orcamentarios	0,00	1.028.000,00		1.028.000,00
Creditos Suplementares	0,00			0,00
Convenio	0,00			0,00
Excesso de Arrecadacao	0,00			0,00
Reducao de Credito	0,00			0,00
Suplementação por anulação parcial	0,00			0,00

Unidade Gestora: Inst. Prev. Mun. Serv. Publ. de Holambra

Titulos	Saldo Anterior	Movimento no Periodo - Debitos	Movimento no Periodo - Creditos	Saldo Atual
Suplementar p/ Reducao	0,00			0,00
Transposicao de Saldos	0,00			0,00
Creditos Especiais	0,00			0,00
Especial P/ Excesso de Arrecadacao	0,00			0,00
Especial P/ Reducao de Dotacao	0,00			0,00
Reducoes Orcamentarias	0,00			0,00
Reducoes Orcamentarias	0,00			0,00
Dotacoes Disponiveis	0,00	99.265,98	1.036.979,13	-937.713,15
Dotacoes Disponiveis	0,00	99.265,98	1.036.979,13	-937.713,15
Despesa Empenhada	0,00	98.140,76	100.273,58	-2.132,82
Despesa Empenhada	0,00	98.140,76	100.273,58	-2.132,82
Despesa Executada	0,00	1.007,60	89.161,63	-88.154,03
Despesa Executada	0,00	1.007,60	89.161,63	-88.154,03
Dotacoes Indisponiveis	0,00			0,00
Bloqueio de Credito	0,00			0,00
Bloqueio de Credito	0,00			0,00
Reserva de Credito	0,00			0,00
Reserva de Credito	0,00			0,00
Total Geral	0,00	17.686.224,23	17.686.224,23	0,00

LUCIA SILVIA SABINO DE SOUZA
SUPERINTENDENTE CHEFE

MARIA REGINA RICARDO
CONTADORA CRC - 166-392/SP

Unidade Gestora: Inst. Prev. Mun. Serv. Publ. de Holambra

Titulos	Saldo Anterior	Movimento no Periodo - Debitos	Movimento no Periodo - Creditos	Saldo Atual
1.0.00.00.00.00 Sistema Financeiro	2.497.218,66	12.669.300,67	11.374.569,74	3.791.949,59
1.1.00.00.00.00 Ativo Financeiro	2.498.118,66	9.604.427,99	8.308.393,04	3.794.153,61
1.1.01.00.00.00 Disponivel	2.498.118,66	8.713.547,16	8.308.393,04	2.903.272,78
1.1.01.01.00.00 Caixa	0,00	6.895,25	6.895,25	0,00
1001 Caixa	0,00	6.895,25	6.895,25	0,00
1.1.01.02.00.00 Bancos - C/Movimento	40.590,84	3.462.833,53	3.503.071,89	352,48
1002 Banco do Brasil S/A C/Movimen 10728-X	40.590,84	788.132,61	828.370,97	352,48
1042 Banco Santos 120209-9	0,00	1.019.214,47	1.019.214,47	0,00
1019 BANESPA CONTA MOVIMENTO 45000230-0	0,00	1.655.486,45	1.655.486,45	0,00
1.1.01.04.00.00 Bancos - Aplicacoes Financeiras	2.457.527,82	5.243.818,38	4.798.425,90	2.902.920,30
1018 Banco do Brasil - Aplicação B 10728-x	0,00	3.532,00	3.532,00	0,00
1016 Banco do Brasil - C/Aplicacao 10728-X	5.281,93	16.176,44	7.758,37	13.700,00
1022 Banco do Brasil Fundo de Apli 10728-X	1.267.535,97	1.135.065,44	45.100,00	2.357.501,41
1043 Banco Santos Fundo de Aplicaç 4102-1	0,00	738.613,48	596.762,49	141.850,99
1020 BANESPA CONTA APLICAÇÃO FAC L 45000230-0	0,00	1.296.927,50	1.296.927,50	0,00
1021 BANESPA CONTA APLICAÇÃO FBQ 621-31	1.184.709,92	2.053.503,52	2.848.345,54	389.867,90
1.1.02.00.00.00 Vinculado em C/C Bancaria	0,00	890.880,83		890.880,83
1046 Aplicação em Títulos Públicos 125-1	0,00	890.880,83		890.880,83
1.2.00.00.00.00 Passivo Financeiro	-900,00	193.260,93	194.564,95	-2.204,02
1.2.01.00.00.00 Contas a Pagar	0,00	191.364,39	191.364,39	0,00
1 .01.00.00 Despesa a Pagar Processada	0,00	91.090,81	91.090,81	0,00
48 Despesa a Pagar Processada	0,00	91.090,81	91.090,81	0,00
1.2.01.02.00.00 Despesa a Pagar Nao Processada	0,00	100.273,58	100.273,58	0,00
250 Despesa a Pagar Nao Processada	0,00	100.273,58	100.273,58	0,00
1.2.02.00.00.00 Restos a Pagar	-900,00	900,00	2.132,82	-2.132,82
1.2.02.01.00.00 Restos a Pagar Processados	-900,00	900,00		0,00
1025 Restos de 2002 Processados	-900,00	900,00		0,00
1047 Restos de 2003 Processados	0,00			0,00
1.2.02.02.00.00 Restos a Pagar Nao Processados	0,00		2.132,82	-2.132,82
1026 Restos de 2002 Nao Processados	0,00			0,00
1048 Restos de 2003 Nao Processados	0,00		2.132,82	-2.132,82
1.2.03.00.00.00 Debitos de Tesouraria	0,00			0,00
251 Servico da Divida a Pagar	0,00			0,00
1027 Servicos da Divida a Pagar	0,00			0,00
1.2.04.00.00.00 Depositos de Diversas Origens	0,00	996,54	1.067,74	-71,20

Estado de Sao Paulo — Plano de Contas — Exercicio de 2003 — Folha: 2

Ins.Prev.Mun.Serv.Est.Turistica Holambra

Unidade Gestora: Inst. Prev. Mun. Serv. Publ. de Holambra

Titulos	Saldo Anterior	Movimento no Periodo - Debitos	Movimento no Periodo - Creditos	Saldo Atual
1029 Contribuição Sindical	0,00	51,37	51,37	0,00
1004 IRRF	0,00	945,17	1.016,37	-71,20
1.3.00.00.00.00 Interferências Ativas	0,00			0,00
1.3.01.00.00.00 Transferências Financeiras Recebidas	0,00			0,00
.01.01.00.00 Repasses Recebidos	0,00			0,00
1011 Repasses Recebidos	0,00			0,00
1.9.00.00.00.00 Contas de Resultado	0,00	2.871.611,75	2.871.611,75	0,00
1.9.01.00.00.00 Receita Realizada (Orcamentaria)	0,00	1.387.327,99	1.387.327,99	0,00
212 Receita Realizada	0,00	1.387.327,99	1.387.327,99	0,00
1.9.02.00.00.00 Despesa Realizada (Orcamentaria)	0,00	99.265,98	99.265,98	0,00
214 Despesa Realizada	0,00	99.265,98	99.265,98	0,00
1.9.03.00.00.00 Resultado Financeiro	0,00	1.385.017,78	1.385.017,78	0,00
216 Resultado Financeiro do Exercicio	0,00	1.385.017,78	1.385.017,78	0,00
2.0.00.00.00.00 Sistema Patrimonial	-2.497.218,66	3.002,98	1.297.733,91	-3.791.949,59
2.1.00.00.00.00 Ativo Permanente	1.263.904,69	3.002,98	69.131,15	1.197.776,52
2.1.01.00.00.00 Bens Moveis	4.638,00	777,74		5.415,74
1003 Bens Moveis	4.638,00	777,74		5.415,74
2. 1.00.00.00 Creditos	1.258.868,14		66.842,52	1.192.025,62
13 Divida Ativa - Parcelamento da Prefe	1.258.868,14		66.842,52	1.192.025,62
2.1.05.00.00.00 Valores	0,00			0,00
1044 Titulos Públicos do Governo Federal	0,00			0,00
2.1.06.00.00.00 Diversos	398,55	2.225,24	2.288,63	335,16
1005 Almoxarifado	398,55	2.225,24	2.288,63	335,16
2.1.07.00.00.00 Passivo Real Descoberto	0,00			0,00
1028 Passivo Real Descoberto	0,00			0,00
2.2.00.00.00.00 Passivo Permanente	-3.761.123,35		1.228.602,76	-4.989.726,11
2.2.06.00.00.00 Ativo Real Liquido	-3.761.123,35		1.228.602,76	-4.989.726,11
38 Ativo Real Liquido	-3.761.123,35		1.228.602,76	-4.989.726,11
3.0.00.00.00.00 Sistema de Variacoes Patrimoniais	0,00	1.369.868,04	1.369.868,04	0,00
3.1.00.00.00.00 Variacoes Ativas	0,00	3.002,98	3.002,98	0,00
3.1.01.00.00.00 Mutacoes Patrimoniais	0,00	777,74	777,74	0,00
1006 Aquisicao de Bens Moveis	0,00	777,74	777,74	0,00

Estado de Sao Paulo | Plano de Contas | Exercicio de 2003 | Folha: 3

Ins.Prev.Mun.Serv.Est.Turistica Holambra

Unidade Gestora: Inst. Prev. Mun. Serv. Publ. de Holambra

Titulos	Saldo Anterior	Movimento no Periodo - Debitos	Movimento no Periodo - Creditos	Saldo Atual
1045 Aquisição de Titulos Públicos	0,00			0,00
3.1.02.00.00.00 Independentes de Execucao Orcamentaria	0,00	2.225,24	2.225,24	0,00
1007 Entradas de Almoxarifado	0,00	2.225,24	2.225,24	0,00
1014 Inscricao da Divida Ativa	0,00			0,00
1012 Transferencia Financeira - Criacao d	0,00			0,00
3.2.00.00.00.00 Variacoes Passivas	0,00	69.131,15	69.131,15	0,00
3.2.01.00.00.00 Mutacoes Patrimoniais	0,00	66.842,52	66.842,52	0,00
1015 Baixa da Divida Ativa	0,00	66.842,52	66.842,52	0,00
3.2.02.00.00.00 Independentes de Execucao Orcamentaria	0,00	2.288,63	2.288,63	0,00
1008 Saidas de Almoxarifado	0,00	2.288,63	2.288,63	0,00
3.3.00.00.00.00 Contas de Interferencia	0,00	1.297.733,91	1.297.733,91	0,00
3.3.01.00.00.00 Transferencias Patrimoniais	0,00			0,00
219 Transferencias Patrimoniais do Exerc	0,00			0,00
3.3.02.00.00.00 Resultado Patrimonial	0,00	1.297.733,91	1.297.733,91	0,00
221 Resultado Patrimonial do Exercicio	0,00	1.297.733,91	1.297.733,91	0,00
7.0.00.00.00.00 Sistema Orcamentario	0,00	3.644.052,54	3.644.052,54	0,00
7.[illegible]0.00.00.00 Receita Orcamentaria	0,00	2.417.638,20	2.417.638,20	0,00
7.[illegible]1.00.00.00 Receita Orcada	0,00		1.028.000,00	-1.028.000,00
225 Receita Orcada	0,00		1.028.000,00	-1.028.000,00
7.1.02.00.00.00 Receita Prevista	0,00	1.030.310,21	1.387.327,99	-357.017,78
227 Receita Prevista	0,00	1.030.310,21	1.387.327,99	-357.017,78
7.1.03.00.00.00 Receita Lancada	0,00			0,00
229 Receita Lancada	0,00			0,00
7.1.04.00.00.00 Receita Executada	0,00	1.387.327,99	2.310,21	1.385.017,78
231 Receita Executada	0,00	1.387.327,99	2.310,21	1.385.017,78
7.2.00.00.00.00 Despesa Orcamentaria	0,00	1.226.414,34	1.226.414,34	0,00
7.2.01.00.00.00 Despesa Fixada	0,00	1.028.000,00		1.028.000,00
7.2.01.01.00.00 Creditos Orcamentarios	0,00	1.028.000,00		1.028.000,00
235 Creditos Orcamentarios	0,00	1.028.000,00		1.028.000,00
7.2.01.02.00.00 Creditos Suplementares	0,00			0,00
257 Convenio	0,00			0,00

Unidade Gestora: Inst. Prev. Mun. Serv. Publ. de Holambra

Titulos	Saldo Anterior	Movimento no Periodo - Debitos	Movimento no Periodo - Creditos	Saldo Atual
46 Excesso de Arrecadacao	0,00			0,00
47 Reducao de Credito	0,00			0,00
1009 Suplementação por Anulação parcial	0,00			0,00
1010 Suplementar p/ Reducao	0,00			0,00
48 Transposicao de Saldos	0,00			0,00
.01.03.00.00 Creditos Especiais	0,00			0,00
55 Especial P/ Excesso de Arrecadacao	0,00			0,00
1017 Especial P/ Reducao de Dotacao	0,00			0,00
7.2.01.05.00.00 Reducoes Orcamentarias	0,00			0,00
240 Reducoes Orcamentarias	0,00			0,00
7.2.02.00.00.00 Dotacoes Disponiveis	0,00	99.265,98	1.036.979,13	-937.713,15
242 Dotacoes Disponiveis	0,00	99.265,98	1.036.979,13	-937.713,15
7.2.03.00.00.00 Despesa Empenhada	0,00	98.140,76	100.273,58	-2.132,82
244 Despesa Empenhada	0,00	98.140,76	100.273,58	-2.132,82
7.2.04.00.00.00 Despesa Executada	0,00	1.007,60	89.161,63	-88.154,03
246 Despesa Executada	0,00	1.007,60	89.161,63	-88.154,03
7.2.05.00.00.00 Dotacoes Indisponiveis	0,00			0,00
7.2.05.01.00.00 Bloqueio de Credito	0,00			0,00
254 Bloqueio de Credito	0,00			0,00
7.2.05.02.00.00 Reserva de Credito	0,00			0,00
256 Reserva de Credito	0,00			0,00
Total Geral	0,00	17.686.224,23	17.686.224,23	0,00

CARLA SILVIA FABRINO LOPES MOREIRA
SUPERINTENDENTE CHEFE

MARIA REGINA RICARDO
CONTADORA CRC - 166-392/SP

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

Ofício nº 007/04-GPM

Holambra, 12 de janeiro de 2.004.

Ao Ilmo. Sr.
Presidente do Partido Trabalhista Brasileiro de Holambra
Marcel Donizete de Souza Campos

Prezado Senhor,

Pelo presente, em vista da Recomendação nº 09/2003, enviada pelo Ministério Público Federal / Procuradoria da República em Campinas, cuja cópia segue em anexo, notificamos Vossa Senhoria de todos os recursos financeiros federais recebidos por esta Prefeitura no exercício de 2.003, conforme consta da inclusa certidão emitida pela Chefe da Divisão de Finanças.

Sendo o que tínhamos para o momento, aproveitamos a oportunidade para apresentarmos os nossos protestos de elevada estima e consideração.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

PROTOCOLO
Nº de Ordem 995/2004
Fls. Nº 40 Livro Nº 009
Data 20 / 01 / 2004
Secretaria

LIDO EM SESSÃO
DE
04 / 02 / 2004
PRESIDENTE

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

CERTIDÃO

Venho por meio desta certificar o montante de **Recursos Federais** recebidos durante o Exercício de 2003. Seguem abaixo os valores separados por categoria.

Sendo só para o momento, coloco-me a disposição para qualquer eventual esclarecimento.

Estância Turística de Holambra, 13 de Janeiro de 2003.

MÔNICA APARECIDA DOMINGOS
Chefe da Divisão de Finanças

RECURSOS FEDERAIS **Valores em R$**

TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	
COTA PARTE FPM	1.979.339,17
COTA PARTE ITR	10.762,97
TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA LC N.° 87/96	157.035,66
COTA PARTE DO FUNDO ESPECIAL	22.128,95

TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SUS	
TRANSFERÊNCIAS DO SUS	161.210,71
TETO FIN. EPIDEMIOLOGIA/CONTROLE DE DOENÇAS	10.980,49
PAB FIXO	96.904,00
INCENTIVO AÇÕES VIGILÂNCIA SANITÁRIA	1.727,50
PROGRAMA AGENTES COMUNITARIOS	27.280,00
PROGRAMA SAUDE DA FAMÍLIA PSF	122.722,00
CADASTRO NACIONAL DE USUÁRIOS SUS	374,00

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
FNDE	
MERENDA ESCOLAR	48.568,00
APOIO A CRIANÇA	18.488,80
PROGRAMA NAC. ALIM. CRECHE	2.283,12
PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA	1.100,00

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	
MINISTÉRIO DA SAÚDE	
AQUISIÇÃO DE UNIDADE MÓVEL DE SAÚDE	64.000,00
CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE PSF	72.000,00

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM CAMPINAS

RECOMENDAÇÃO Nº 09/2003 – PRM /CAMP

Excelentíssimo(a) Senhor(a)
DD. PREFEITO MUNICIPAL DE HOLAMBRA
ALAMEDA MAURÍCIO DE NASSAU, 578 - CENTRO
Holambra - SP
13825-000

PROTOCOLO
Prefeitura Municipal Est. Tur. Holambra
N.º da Ordem 2047/2003
Fls. n.º _____ Livro n.º _____
Data da entrada 08 de
Dezembro de 2003
(RESPONSÁVEL)

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, pela Procuradora da República que esta subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, com esteio nos artigos 127, *caput*, e 129, inciso III, da Constituição Federal, bem como nos artigos 5º, 6º, 7º e 8º da Lei Complementar nº 75/93:

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social; bem como zelar pela observância dos princípios constitucionais relativos às finanças públicas;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público promover outras ações necessárias ao exercício de suas funções institucionais, em defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, especialmente quanto à probidade administrativa;

CONSIDERANDO, especialmente, que cabe ao Ministério Público expedir recomendações, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoação das providências cabíveis;

CONSIDERANDO que a Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, em seu artigo 1º, prescreve que "*os órgãos e entidades da administração federal direta e as autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista federais notificarão as respectivas Câmaras Municipais da liberação de recursos financeiros que tenham efetuado, a qualquer título, para os Municípios, no prazo de dois dias úteis, contado da data da liberação*";

CONSIDERANDO que o artigo 2º da mesma Lei determina que a Prefeitura do Município beneficiário da liberação dos recursos de que trata o artigo 1º "*notificará os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede no Município, da respectiva liberação, no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento dos recursos*";

CONSIDERANDO que a 5ª Câmara de Coordenação e Revisão-Patrimônio Público e Social deliberou, em sua 243ª Reunião, que os membros do Ministério Público Federal recomendem aos Prefeitos dos Municípios sob a jurisdição de cada seção judiciária a observância do disposto na Lei 9.452/97;

RESOLVE **recomendar a Vossa Excelência que notifique os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais da liberação de recursos financeiros recebidos por essa Prefeitura, a qualquer título, dos órgãos e entidades da administração federal direta e das autarquias, fundações públicas, empresas públicas e**

sociedades de economia mista federais, no prazo de dois dias úteis, contado do recebimento dos recursos.

Outrossim, nos termos do artigo 8.º, § 5.º, da Lei Complementar n.º 75/93, requisita-se seja encaminhada a este órgão ministerial, no prazo de 10 dias úteis, documentação comprobatória das providências adotadas, dentre as quais o envio de cópia desta Recomendação aos partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais do município.

Certa do acatamento da presente, valho-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço.

Campinas, 27 de novembro de 2003

LETÍCIA POHL
Procuradora da República

frlb

MINISTÉRIO DA SAÚDE
Secretaria Executiva
FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

Ofício n°. 00012921/MS/SE/FNS **Brasilia(DF), 12/01/2004**

Senhor Presidente,

Informamos a liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde em favor desse município, em cumprimento ao art. 2°. da Lei 9.452, de 20/03/1997, conforme os dados abaixo:

Beneficiário: **PREF MUN HOLAMBRA**
Programa: **Pagamento de PAB FIXO - Comp. 12/2003**
Valor: **8.124,00**
Competencia: **12/2003**
Ordem Bancária: **2004OB000480**
Data da OB: **09/01/2004**

Destacamos que as informações sobre liberação de recursos também estão disponíveis no site do FNS e podem se acessadas por meio do endereço eletrônico: www.fns.saude.gov.br.

Atenciosamente,

Reginaldo Muniz Barreto
Diretor Executivo

LIDO EM SESSÃO
DE
04 / 02 / 2004
PRESIDENTE

A transparência na divulgação das ações é uma de nossas premissas.
Para que o FNS continue em contato frequente com a Câmara Municipal, é necessário que o endereço esteja sempre atualizado.
Para atualizar os dados cadastrais, entre em contato com a Assessoria de Relações Institucionais do FNS pelo telefax:(61) 315-3238, pelo endereço eletrônico **fnscomunicacao@saude.gov.br** ou ainda por meio da nossa Central de Atendimento

REMETENTE:

MS/SE/FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO G, ANEXO - 2.ANDAR - GABINETE

70.058-900 - BRASÍLIA - DF

- ☐ Mudou-se
- ☐ Desconhecido
- ☐ Recusado
- ☐ Endereço insuficiente
- ☐ Não existe o número indicado
- ☐ Falecido
- ☐ Ausente
- ☐ Não procurado
- ☐ Informação escrita pelo porteiro/síndico

Reintegrado ao serviço postal em ...../...../.....

Em ...../...../.....

Responsável .....

Visto .....

MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

CONTRATO ESPECIAL
N°. 50750013-0
ECT/DR/RJ-DATASUS

00000469

CAMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA
A/C. Exmo(a). Sr(a). Presidente
Av. Rota dos Imigrantes, 425, Cx.P. 94
13825-000 - HOLAMBRA - SP

RL367353192BR

Processado pelo DATASUS

FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

CENTRAL DE ATENDIMENTO

0800 644 8001

INFORME-SE:

. Data de pagamento, valores e número de todos os programas que recebem por meio da transferência Fundo a Fundo e também serviços produzidos(AIH e SIA).

. Acompanhamento e situação de processo de convênios.

FNS04F

MINISTÉRIO DA SAÚDE
Secretaria Executiva
FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

Ofício n°. 10758830/MS/SE/FNS **Brasilia(DF), 29/12/2003**

Senhor Presidente,

Informamos a liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde em favor desse município, em cumprimento ao art. 2°. da Lei 9.452, de 20/03/1997, conforme os dados abaixo:

Beneficiário: **PREF MUN HOLAMBRA**
Programa: **Pagamento de PAB FIXO - Comp. 11/2003**
Valor: **8.124,00**
Competencia: **11/2003**
Ordem Bancária: **2003OB031566**
Data da OB: **19/12/2003**

Destacamos que as informações sobre liberação de recursos também estão disponíveis no site do FNS e podem se acessadas por meio do endereço eletrônico: www.fns.saude.gov.br.

Atenciosamente,

Reginaldo Muniz Barreto
Diretor Executivo

LIDO EM SESSÃO
DE
04 / 02 / 2004
PRESIDENTE

A transparência na divulgação das ações é uma de nossas premissas.
Para que o FNS continue em contato frequente com a Câmara Municipal, é necessário que o endereço esteja sempre atualizado.
Para atualizar os dados cadastrais, entre em contato com a Assessoria de Relações Institucionais do FNS pelo telefax:(61) 315-3238, pelo endereço eletrônico **fnscomunicacao@saude.gov.br** ou ainda por meio da nossa Central de Atendimento

REMETENTE:

MS/SE/FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO G, ANEXO - 2°.ANDAR - GABINETE
70.058-900 - BRASÍLIA - DF

☐ Mudou-se ☐ Não existe o número indicado ☐ Informação escrita pelo porteiro/síndico

☐ Desconhecido ☐ Falecido ☐

☐ Recusado ☐ Ausente

☐ Endereço insuficiente ☐ Não procurado

Reintegrado ao serviço postal em ...../...../.....

Em ...../...../..... Responsável ..... Visto .....

MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

CONTRATO ESPECIAL
N°. 50750013-0
ECT/DR/RJ-DATASUS

00000177

CAMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA
A/C. Exmo(a). Sr(a). Presidente
Av. Rota dos Imigrantes, 425, Cx.P. 94
13825-000 - HOLAMBRA - SP

RL366995955BR

Processado pelo DATASUS

FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

CENTRAL DE ATENDIMENTO

0800 644 8001

INFORME-SE:

. Data de pagamento, valores e número de todos os programas que recebem por meio da transferência Fundo a Fundo e também serviços produzidos(AIH e SIA).

. Acompanhamento e situação de processo de convênios.

FNS04

MINISTÉRIO DA SAÚDE
Secretaria Executiva
FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

Ofício n°. 10767624/MS/SE/FNS **Brasilia(DF), 31/12/2003**

Senhor Presidente,

Informamos a liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde em favor desse município, em cumprimento ao art. 2°. da Lei 9.452, de 20/03/1997, conforme os dados abaixo:

Beneficiário: **PREF MUN HOLAMBRA**
Programa: **Pagamento de PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMìLIA - Comp. 11/2003**
Valor: **10.800,00**
Competencia: **11/2003**
Ordem Bancária: **2003OB491139**
Data da OB: **30/12/2003**

Destacamos que as informações sobre liberação de recursos também estão disponíveis no site do FNS e podem se acessadas por meio do endereço eletrônico: www.fns.saude.gov.br.

Atenciosamente,

Reginaldo Muniz Barreto
Diretor Executivo

LIDO EM SESSÃO
DE
04 / 02 / 2004
PRESIDENTE

A transparência na divulgação das ações é uma de nossas premissas.
Para que o FNS continue em contato frequente com a Câmara Municipal, é necessário que o endereço esteja sempre atualizado.
Para atualizar os dados cadastrais, entre em contato com a Assessoria de Relações Institucionais do FNS pelo telefax:(61) 315-3238, pelo endereço eletrônico **fnscomunicacao@saude.gov.br** ou ainda por meio da nossa Central de Atendimento

REMETENTE:

MS/SE/FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO G, ANEXO - 2°.ANDAR - GABINETE
70.058-900 - BRASÍLIA - DF

- ☐ Mudou-se
- ☐ Desconhecido
- ☐ Recusado
- ☐ Endereço insuficiente
- ☐ Não existe o número indicado
- ☐ Falecido
- ☐ Ausente
- ☐ Não procurado
- ☐ Informação escrita pelo porteiro/síndico

Reintegrado ao serviço postal em ...../...../.....

Em ...../...../..... Responsável ..... Visto .....

MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

CONTRATO ESPECIAL
N°. 50750013-0
ECT/DR/RJ-DATASUS

00000304

CAMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA
A/C. Exmo(a). Sr(a). Presidente
Av. Rota dos Imigrantes, 425, Cx.P. 94
13825-000 - HOLAMBRA - SP

RL367090805BR

Processado pelo DATASUS

FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

CENTRAL DE ATENDIMENTO

0800 644 8001

INFORME-SE:

. Data de pagamento, valores e número de todos os programas que recebem por meio da transferência Fundo a Fundo e também serviços produzidos(AIH e SIA).

. Acompanhamento e situação de processo de convênios.

FNS04

XSS62139 29122003 1045 SCM/SP(R04)
SAOPAULO/SP 29122003 1045 001/001

TELEGRAMA
EXMO.SR.DR.MARCEL D.DE SOUZA CAMPOS
DD.PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL
RUA ROTA DOS IMIGRANTES, 425
13825-000 HOLAMBRA/SP

SAOPAULO MSG4412 29DEZ03
AUTORIZEI LIBERACAO ULTIMA PARCELA EM 23/12/03 R$ 153.658,00 TERMINO
OPERIMETRAL MARIO BONANO - DADE/02 CONVENIO SCTDETBM
GERALDO ALCKMIN
GOVERNADOR DO ESTADO
TR/JS/SL

T1181911
ASSINANTE TELEX

TELEGRAMA FONADO - 0800 570 0100 - EFICIENCIA AO SEU ALCANCE.:.

LIDO EM SESSÃO
DE
04/02/2004
PRESIDENTE

MINISTÉRIO DA SAÚDE
Secretaria Executiva
FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

Ofício n°. 00001758/MS/SE/FNS **Brasilia(DF), 12/01/2004**

Senhor Presidente,

Informamos a liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde em favor desse município, em cumprimento ao art. 2°. da Lei 9.452, de 20/03/1997, conforme os dados abaixo:

Beneficiário: **PREF MUN HOLAMBRA**
Programa: **Pagamento de PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - Comp. 12/2003**
Valor: **2.880,00**
Competencia: **12/2003**
Ordem Bancária: **2004OB000474**
Data da OB: **09/01/2004**

Destacamos que as informações sobre liberação de recursos também estão disponíveis no site do FNS e podem se acessadas por meio do endereço eletrônico: www.fns.saude.gov.br.

Atenciosamente,

Reginaldo Muniz Barreto
Diretor Executivo

LIDO EM SESSÃO
DE
04/02/2004
PRESIDENTE

A transparência na divulgação das ações é uma de nossas premissas.
Para que o FNS continue em contato frequente com a Câmara Municipal, é necessário que o endereço esteja sempre atualizado.
Para atualizar os dados cadastrais, entre em contato com a Assessoria de Relações Institucionais do FNS pelo telefax:(61) 315-3238, pelo endereço eletrônico **fnscomunicacao@saude.gov.br** ou ainda por meio da nossa Central de Atendimento

REMETENTE:

MS/SE/FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO G, ANEXO - 2°.ANDAR - GABINETE
70.058-900 - BRASÍLIA - DF

☐ Mudou-se ☐ Não existe o número indicado ☐ Informação escrita pelo porteiro/síndico

☐ Desconhecido ☐ Falecido ☐

☐ Recusado ☐ Ausente

☐ Endereço insuficiente ☐ Não procurado

Reintegrado ao serviço postal em ...../...../.....

Em ...../...../..... Responsável ..... Visto .....

MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

CONTRATO ESPECIAL
N°. 50750013-0
ECT/DR/RJ-DATASUS

00000467

CAMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA
A/C. Exmo(a). Sr(a). Presidente
Av. Rota dos Imigrantes, 425, Cx.P. 94
13825-000 - HOLAMBRA - SP

RL367353175BR

Processado pelo DATASUS

FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

CENTRAL DE ATENDIMENTO

0800 644 8001

INFORME-SE:

. Data de pagamento, valores e número de todos os programas que recebem por meio da transferência Fundo a Fundo e também serviços produzidos(AIH e SIA).

. Acompanhamento e situação de processo de convênios.

FNS04F

MINISTÉRIO DA SAÚDE
Secretaria Executiva
FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

Ofício n°. 10768781/MS/SE/FNS **Brasilia(DF), 31/12/2003**

Senhor Presidente,

Informamos a liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde em favor desse município, em cumprimento ao art. 2°. da Lei 9.452, de 20/03/1997, conforme os dados abaixo:

Beneficiário: **PREF MUN HOLAMBRA**
Programa: **Pagamento de PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - Comp. 11/2003**
Valor: **2.880,00**
Competencia: **11/2003**
Ordem Bancária: **2003OB491084**
Data da OB: **30/12/2003**

Destacamos que as informações sobre liberação de recursos também estão disponíveis no site do FNS e podem se acessadas por meio do endereço eletrônico: www.fns.saude.gov.br.

Atenciosamente,

Reginaldo Muniz Barreto
Diretor Executivo

LIDO EM SESSÃO
DE
04 / 02 / 2004
PRESIDENTE

A transparência na divulgação das ações é uma de nossas premissas.
Para que o FNS continue em contato frequente com a Câmara Municipal, é necessário que o endereço esteja sempre atualizado.
Para atualizar os dados cadastrais, entre em contato com a Assessoria de Relações Institucionais do FNS pelo telefax:(61) 315-3238, pelo endereço eletrônico **fnscomunicacao@saude.gov.br** ou ainda por meio da nossa Central de Atendimento

REMETENTE:

MS/SE/FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO G, ANEXO - 2°.ANDAR - GABINETE

70.058-900 - BRASÍLIA - DF

- ☐ Mudou-se
- ☐ Não existe o número indicado
- ☐ Informação escrita pelo porteiro/síndico
- ☐ Desconhecido
- ☐ Falecido
- ☐ Recusado
- ☐ Ausente
- ☐ Endereço insuficiente
- ☐ Não procurado

Reintegrado ao serviço postal em ...../...../.....

Em ...../...../..... Responsável Visto

MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

CONTRATO ESPECIAL
N°. 50750013-0
ECT/DR/RJ-DATASUS

00000305

CAMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA
A/C. Exmo(a). Sr(a). Presidente
Av. Rota dos Imigrantes, 425, Cx.P. 94
13825-000 - HOLAMBRA - SP

RL367090814BR

Processado pelo DATASUS

FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

CENTRAL DE ATENDIMENTO

0800 644 8001

INFORME-SE:

. Data de pagamento, valores e número de todos os programas que recebem por meio da transferência Fundo a Fundo e também serviços produzidos(AIH e SIA).

. Acompanhamento e situação de processo de convênios.

FNS041

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

Ofício- Gabinete da Prefeitura Municipal de Holambra

Holambra, 29 de dezembro de 2003.

À Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra
Ilmo. Sr. Presidente
Nobres Vereadores

Tem este a finalidade de comunicar aos Nobres Edis que, após estudos elaborados por esta Municipalidade, o valor da CIP (Contribuição de Iluminação Pública), destinada ao custeio dos serviços de fornecimento de energia elétrica, será reduzido em 30% (trinta porcento), já na cobrança de Janeiro de 2004.

Esclarecemos, por fim, que, atendendo a solicitação dos munícipes, a cobrança da CIP não será mais trimestral, sendo efetuada mensalmente no próximo exercício.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para elevarmos nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

LIDO EM SESSÃO
DE
04 / 02 / 2004
PRESIDENTE

PROTOCOLO
Nº de Ordem 983/2003
Fls. Nº 39 Livro Nº 009
Data 29 / 12 / 03
Secretaria

À
Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra
Rua Rota dos Imigrantes, n. . Centro.
Holambra/SP – CEP 13.825-000

MINISTÉRIO DA SAÚDE
Secretaria Executiva
FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

Ofício n°. 00006920/MS/SE/FNS **Brasilia(DF), 12/01/2004**

Senhor Presidente,

Informamos a liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde em favor desse município, em cumprimento ao art. 2°. da Lei 9.452, de 20/03/1997, conforme os dados abaixo:

Beneficiário: **PREF MUN HOLAMBRA**
Programa: **Pagamento de PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMìLIA - Comp. 12/2003**
Valor: **10.800,00**
Competencia: **12/2003**
Ordem Bancária: **2004OB000503**
Data da OB: **09/01/2004**

Destacamos que as informações sobre liberação de recursos também estão disponíveis no site do FNS e podem se acessadas por meio do endereço eletrônico: www.fns.saude.gov.br.

Atenciosamente,

Reginaldo Muniz Barreto
Diretor Executivo

LIDO EM SESSÃO
DE
04 / 02 / 2004
PRESIDENTE

A transparência na divulgação das ações é uma de nossas premissas.
Para que o FNS continue em contato frequente com a Câmara Municipal, é necessário que o endereço esteja sempre atualizado.
Para atualizar os dados cadastrais, entre em contato com a Assessoria de Relações Institucionais do FNS pelo telefax:(61) 315-3238, pelo endereço eletrônico **fnscomunicacao@saude.gov.br** ou ainda por meio da nossa Central de Atendimento

REMETENTE:

MS/SE/FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO G, ANEXO - 2°.ANDAR - GABINETE

70.058-900 - BRASÍLIA - DF

☐ Mudou-se ☐ Não existe o número indicado ☐ Informação escrita pelo porteiro/síndico

☐ Desconhecido ☐ Falecido ☐

☐ Recusado ☐ Ausente

☐ Endereço insuficiente ☐ Não procurado

Reintegrado ao serviço postal em ...../...../.....

Em ...../...../.....

Responsável

Visto

MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

CONTRATO ESPECIAL
N°. 50750013-0
ECT/DR/RJ-DATASUS

00000468

CAMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA
A/C. Exmo(a). Sr(a). Presidente
Av. Rota dos Imigrantes, 425, Cx.P. 94
13825-000 - HOLAMBRA - SP

RL367353189BR

Processado pelo DATASUS

FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

CENTRAL DE ATENDIMENTO

0800 644 8001

INFORME-SE:

. Data de pagamento, valores e número de todos os programas que recebem por meio da transferência Fundo a Fundo e também serviços produzidos(AIH e SIA).

. Acompanhamento e situação de processo de convênios.

FNS04

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

OFÍCIO CMETH Nº002/2004 Estância T. de Holambra, 05 de janeiro de 2004

SENHORES VEREADORES

Atendendo ao disposto no art. 30, inciso XI, da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 26, inciso VII, alínea "c", e art. 38, inciso I, do Regimento Interno, estamos encaminhando a Vossas Excelências, anexos, *balancetes da Receita e Despesa desta Câmara Municipal, referentes ao mês de* dezembro de 2003.

Sem outro particular, aproveitamos a oportunidade para manifestar a Vossas Excelências, nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

VEREADOR MARCEL D. SOUZA CAMPOS
Presidente

LIDO EM SESSÃO
DE
04 / 02 / 2004
PRESIDENTE

AO PLENÁRIO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
CÂMARA.

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

BALANCETE FINANCEIRO DA RECEITA - Referente ao Mês: Dezembro/2.003

CAMARA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE HOLAMBRA — *CNPJ 67.172.312/0001-53*

Especificação	Saldo Anterior	No Mês	Saldo Atual	Previsão Inicial	Acréscimos Verificados	Total	Saldo a Realizar
RECEITA ORÇAMENTARIA							
DUODECIMO DO EXERCICIO	343.333,00	44.333,00	387.666,00	532.000,00	0,00	532.000,00	144.334,00
TOTAL DE SUPRIMENTO.....:	**343.333,00**	**44.333,00**	**387.666,00**				
RECEITA EXTRAORÇAMENTARIA							
RESTOS A PAGAR	0,00	0,00	0,00				
IMPOSTO RENDA RETIDO NA FONTE	3.727,81	639,38	4.367,19				
JUROS S/APLICAÇAO FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00				
INDENIZAÇOES	0,00	0,00	0,00				
RESTITUIÇOES	191,98	0,00	191,98				
CONTR DOS FUNCIONARIOS - FPBSPMH	0,00	0,00	0,00				
EMPRESTIMO FUNCIONARIOS JUNTO AO FUNDO	0,00	0,00	0,00				
CONTR. SERVIDORES MUNICIPAIS IPMH	3.323,57	537,97	3.861,54				
CONTRIBUIÇAO DOS SERVIDORES - ASSOCIAÇAO	0,00	0,00	0,00				
CONTRIBUIÇAO DOS SERVIDORES - SINDICATO	0,00	0,00	0,00				
PENSÃO ALIMENTICIA	0,00	0,00	0,00				
CONTR. DOS FUNCIONARIOS - INSS	283,50	0,00	283,50				
CONTR. S/ MAO-DE-OBRA - INSS	510,07	57,32	567,39				
SALARIO FAMILIA	0,00	0,00	0,00				
TOTAL RECEITA EXTRAORÇAMENTARIA.....:	**8.036,93**	**1.234,67**	**9.271,60**				
TOTAL GERAL DA RECEITA.....:	**351.369,93**	**45.567,67**	**396.937,60**				
EMPENHOS A PAGAR.....:			0,00				
TOTAL GERAL.....:			**396.937,60**				

Tradição Assessoria Contábil S/C Ltda
Luís Carlos Marquezini
CRC nº 1SP112058/O-0

Marcel D. de Souza Campos
Vereador / Presidente

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

BALANCETE FINANCEIRO DA DESPESA - Referente ao Mês: Dezembro/2.003

CAMARA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE HOLAMBRA — *CNPJ 67.172.312/0001-53*

CLASSIFICAÇÃO Funcional Econômica	Descrição	Dotação Atual Creditos Adic	Saldo Anterior	EMPENHOS No Mês	Saldo Atual	Dotação Atual
01	LESGISLATIVO					
01.01	CAMARA MUNICIPAL					
01.01.01	LESGISLATIVA					
01.01.01.031	AÇAO LEGISLATIVA					
01.01.01.031.001	PROCESSO LEGISLATIVO					
01.01.01.031.001.1.039	AQUISICAÇÃO EQUIPAMENTOS MAT PERMANENTI					
01.01.01.031.001.1.039.4	DESPESAS DE CAPITAL					
01.01.01.031.001.1.039.4.4	INVESTIMENTOS					
01.01.01.031.001.1.039.4.4.90	APLICAÇOES DIRETAS	120.000,00				89.348,20
01.01.01.031.001.1.039.4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES		30.651,80	0,00	30.651,80	
	SUB TOTAL DA DESPESA ORÇAMENTARIA.....:	**120.000,00**	**30.651,80**	**0,00**	**30.651,80**	**89.348,20**
01.01.01.031.001.2.001	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS					
01.01.01.031.001.2.001.3	DESPESAS CORRENTES					
01.01.01.031.001.2.001.3.1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS					
01.01.01.031.001.2.001.3.1.90	APLICAÇOES DIRETAS	231.900,00				39.320,62
01.01.01.031.001.2.001.3.1.90.09.00	SALARIO-FAMILIA		90,64	13,48	104,12	
01.01.01.031.001.2.001.3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS P. CIVIL		165.413,27	17.377,55	182.790,82	
01.01.01.031.001.2.001.3.1.90.13.00	OBRIGAÇOES PATRONAIS		8.399,13	1.285,31	9.684,44	
01.01.01.031.001.2.001.3.3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES					
01.01.01.031.001.2.001.3.3.50	TRASNFERENCIA INST PRIV SEM FINS LUCRAT	1.500,00				1.500,00
01.01.01.031.001.2.001.3.3.90	APLICAÇOES DIRETAS	178.600,00				14.165,18
01.01.01.031.001.2.001.3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO		36.831,00	2.605,08	39.436,08	
01.01.01.031.001.2.001.3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P. FISICA		18.713,12	2.700,00	21.413,12	
01.01.01.031.001.2.001.3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- P JURIDICA		95.521,87	7.536,70	103.058,57	
01.01.01.031.001.2.001.3.3.90.49.00	AUXILIO-TRANSPORTE		489,25	37,80	527,05	
	SUB TOTAL DA DESPESA ORÇAMENTARIA.....:	**412.000,00**	**325.458,28**	**31.555,92**	**357.014,20**	**54.985,80**
	TOTAL DA DESPESA ORÇAMENTARIA.....:	**532.000,00**	**356.110,08**	**31.555,92**	**387.666,00**	**144.334,00**

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

BALANCETE FINANCEIRO DA DESPESA - Referente ao Mês: Dezembro/2.003

CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA — *CNPJ 67.172.312/0001-53*

CLASSIFICAÇÃO Funcional Econômica	Descrição	Saldo Anterior	No Mês	Saldo Atual
EXTRAORÇAMENTÁRIA				
	RESTOS A PAGAR	0,00	0,00	0,00
	IMPOSTO RENDA RETIDO NA FONTE	3.727,81	639,38	4.367,19
	JUROS S/APLICAÇÃO FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
	INDENIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00
	RESTITUIÇÕES	191,98	0,00	191,98
	SALDO DE DUODÉCIMO	0,00	0,00	0,00
	CONTR DOS FUNCIONÁRIOS - FPBSPMH	0,00	0,00	0,00
	EMPRÉSTIMO FUNCIONÁRIOS JUNTO AO FUNDO	0,00	0,00	0,00
	CONTR. SERVIDORES MUNICIPAIS IPMH	3.019,62	841,92	3.861,54
	CONTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES - ASSOCIAÇÃO	0,00	0,00	0,00
	CONTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES - SINDICATO	0,00	0,00	0,00
	PENSÃO ALIMENTÍCIA	0,00	0,00	0,00
	CONTR. DOS FUNCIONÁRIOS - INSS	283,50	0,00	283,50
	CONTR. S/ MÃO-DE-OBRA - INSS	497,24	70,15	567,39
	SALÁRIO FAMÍLIA	0,00	0,00	0,00
	TOTAL DA DESPESA EXTRAORÇAMENTÁRIA.....:	**7.720,15**	**1.551,45**	**9.271,60**
	TOTAL GERAL DA DESPESA.....:	**363.830,23**	**33.107,37**	**396.937,60**
	CAIXA			0,00
	BANCO DO BRASIL			0,00
	CAIXA ECONÔMICA DO ESTADO DE SÃO PAULO			0,00
	SALDO DOS BANCOS.....:			**0,00**
	TOTAL GERAL.....:			**396.937,60**

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

RELATÓRIO DE EMPENHOS À PAGAR - Referente ao mês: Dezembro/2.003

CAMARA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE HOLAMBRA *CNPJ 67.172.312/0001-53*

Emissão	Dotação	Empenho	Nome do Fornecedor	Natureza	Vencimento	Valor

Total Geral.....: **0,00**

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

1 Empenho

CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA ***CNPJ 67.172.312/0001-53***

Dotação	Título	Anterior	No Mês	Atual
4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	29.524,40	1.127,40	30.651,80
	Sub Total.....:	**29.524,40**	**1.127,40**	**30.651,80**
3.1.90.09.00	SALÁRIO-FAMÍLIA	90,64	13,48	104,12
3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS P. CIVIL	165.413,27	17.377,55	182.790,82
3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	7.428,19	2.256,25	9.684,44
	Sub Total.....:	**172.932,10**	**19.647,28**	**192.579,38**
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	32.434,08	7.002,00	39.436,08
3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P. FÍSICA	16.013,12	5.400,00	21.413,12
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- P JURÍDICA	90.901,87	12.156,70	103.058,57
3.3.90.49.00	AUXÍLIO-TRANSPORTE	489,25	37,80	527,05
	Sub Total.....:	**139.838,32**	**24.596,50**	**164.434,82**
	Total Geral.....:	**342.294,82**	**45.371,18**	**387.666,00**





Á Câmara Municipal

A/C Ilmo Presidente da Câmara Marcel Donizete de Souza

Estamos enviando o balancete da movimentação financeira do Programa de Oficina Abrigada de Treinamento e Reabilitação referente ao mês de Novembro de 2003, facilitando o acesso de nossos Ilmos vereadores e/ ou munícipes, ao referido. Comunicamos que os recibos referentes á ele, encontram-se em nossa sede com a equipe, para maiores esclarecimentos

Atenciosamente,

Equipe Multidisciplinar do Programa de Oficina Abrigada de Treinamento e Reabilitação.

Holambra, 17 de Dezembro de 2003.

PROTOCOLO
Nº de Ordem 979/2003
Fls. Nº 39 Livro Nº 009
Data 17 / 12 / 03
Secretaria

LIDO EM SESSÃO
DE
04/ 02/ 2004
PRESIDENTE

Balancete do Mês de Novembro/03.

Programa de Oficina Abrigada de Treinamento e Reabilitação.

Balancete de Terceirização e Vendas.

Produtor	Produto	Peso/Qualidade	Valor
Bueno-Comércio de Papéis	Papelões	5.640gks	1.240,80
Imak-Comércio de Sucata	Plástico	450kgs	90,00
	Ferros	340kgs	27,20
Antonio Walravens	Embalagens de enc.	30.000	75,00
Alcino de Campos	Embalagens de enc.	12.000	30,00
Adilson Maceno	Embalagens de enc.	20.000	50,00
	Pote nº11	1.500	32,40
Antonio da Silva	Embalagens de enc.	60.000	150,00
Antonio C. Esperança	Pote nº11	5.360	115,77
Deijame do Santos Borega	Caixa G.	370	37,00
Gloria Mantuani	Embalagens de enc.	69.900	174,75
Geraldo Barendse	Embalagens de enc.	284.000	710,00
Haruo Kamimura	Pote nº14	1.100	64,90
	Pote nº15	750	51,00
Johanns P. W. de Wit	Revistas Usadas		14,00
João Kager	Embalagens de enc.	65.000	162,50
Josildo Ap. Roberto	Embalagens de enc.	67.000	167,50
Luis Esperança	Embalagens de enc.	57.000	142,50
Marisa Ould	Embalagens de enc.	97.500	243,75
Marcos Flávio Santos	Caixa P.	350	35,00
Reiynaldo Souza Leite	Cuia nº18	250	33,00
Sebastião Setim	Embalagens de enc.	20.000	50,00
Simão Groot	Embalagens de enc.	30.000	75,00
Terra Viva News	Livros Zaima	3.500	8,75
	Jornal Piacdo	100kgs	70,00
Valdir Ap. Campos	Pote nº11	700	15,12
Valdemir do Santos Borega	Caixa G.	220	22,00
Total			**3.887,94**

Pagamento de Ajuda de Custo dos Usuários Mê de Novembro /03.

Anderson Ribeiro	112,00
Abel J. Frade	168,00
Adilson F. F. Freitas	168,00
Alexander de Paula	140,00
Alexandre Avelino de Oliveira	168,00
Alvarino M. da Silva	168,00
Amaury dos Santos	200,00
Andre T. Vergilio	172,20
Ana Paula Sperança	168,00
Ana Paula Frade	140,00
Cacia Ap. Maciel	200,00
Carmo Ap. Silva	168,00
Claudemir Batista	177,60
Eder do Nascimento	168,00
Fernanda I. Silva	168,00
Francisco P. Neto	140,00
Inajá C. Godoi	168,00
José Carlos Ribeiro	200,00
Lucinéia Ap. Borges	112,00
Luiz Henrique Reginatto	140,00
Maria de Lourdes Foncesa	140,00
Maria de Fátima G. Azevedo	168,00
Márcio A Simão	140,00
Martim A Montes	112,00
Nivaldo Albuquerque	100,80
Nilson R. dos Santos	29,80
Pedro Neves	140,00
Roberto Augusto	112,00
Total	**4.188,40**

Balancete de Entrada de Doações Rifas e Saídas p/ compras de Materiais e Outros .

Residúo Mês de Outubro/03. **3.757,83**

Mês de Agosto	**Entrada**	**Saída**	**Saldo**
03/11 Sonho de Papel		0,50	3.757,33
03/11/03 Super. Eva		1,29	3.756,04
03/11 L.G. Campos		3,60	3.752,44
04/11 L.G. Campos		8,50	3.743,94
06/11 Eletrotecnica Irmãos Campos		15,00	3.728,94
11/11 Sonho de Papel		1,60	3.727,34
11/11 Super. Eva		3,68	3.723,66
18/11 L.G. Campos		15,05	3.708,61
20/11 Super. Eva(cesta de Natal p/ usuários)		822,60	2.886,01
20/11 Doação	240,00		3.126,01

Residúo Mês de Novembro **3.126,01**

Resumo das Entradas e Saídas do Mês de Novembro/03.

Caixa g.	**59,00**
Caixa p.	**35,00**
Cuia	**33,00**
Embalagens	**2031,00**
Ferros	**27,20**
Jornal Picado	**70,00**
Livro Zaima	**8,75**
Papelões	**1240,80**
Plástico	**90,00**
Pote	**279,19**
Revistas Usadas	**14,00**

Total	**3.887,94**
Residuo do Mês de Outubro	**28.809,78**
Total de Entradas	**32.697,72**
Total de Saídas	**4.188,40**
Residúo do Mês de Novembro	**28.509,32**

Obs: Os recibos de Entradas e Saídas se encontram á disposição na Sede da Oficina Abrigada.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

OFÍCIO Nº 01/2003 – CA-PMH

Holambra, 18 de dezembro de 2003

Prezado (a) Senhor (a),

Como é do conhecimento dos (as) Senhores (as), a Prefeitura está elaborando uma política municipal de proteção das águas, bem como a implantação de um moderno sistema de informações ambientais.

Com esse objetivo, estamos enviando as sugestões dos questionários respondidos, bem como a Minuta de Projeto de Lei Municipal de Proteção das Águas, que deverá ser discutido e analisado por esta entidade, enviando posteriormente para a Prefeitura até o dia 12 / 01 / 2004 a sugestão de uma Minuta de Projeto de Lei Municipal de Proteção das Águas.

Encontra-se abaixo as sugestões das entidades para a sua análise:

1. Aprovação pela câmara da legislação apresentada agora pelo CEPAM/CBH-PCJ;
2. Criação do sistema municipal de gerenciamento dos recursos hídricos;
3. Criação do conselho municipal de meio ambiente e respectivo código;
4. Criação de áreas de preservação que deverão ser legalmente instituídas;
5. **Criação de mecanismos para que as águas pluviais em loteamentos urbanos e propriedades rurais sejam coletadas e ocorra o reuso ou infiltração no solo, através de: açudes ou piscinões;**
6. Implantação imediata do Projeto de Reciclagem;
7. **Obrigatoriedade de educação ambiental nas escolas em forma de projeto ou disciplina.**
8. **Ter uma política de crescimento sustentável!**

Sem mais para o momento

Atenciosamente

IRINEU GASTALDO JUNIOR
Presidente da Comissão Consultiva

PROTOCOLO
Nº de Ordem 981/2003
Fls. Nº 39 Livro Nº 009
Data 19 / 12 / 03
Secretaria

LIDO EM SESSÃO DE
04/02/2004
PRESIDENTE

PROJETO DE LEI DE PROTEÇÃO DAS ÁGUAS

Institui a Política Municipal de Recursos Hídricos, estabelece normas e diretrizes para a recuperação, preservação e conservação dos recursos hídricos e cria o Sistema Municipal de Gerenciamento dos Recursos Hídricos.

TÍTULO I
DA POLÍTICA MUNICIPAL DE RECURSOS HÍDRICOS

CAPÍTULO I
DOS FUNDAMENTOS

Art. 1º Para os efeitos desta lei, são adotados os seguintes conceitos:

I. *Recuperação*: é o ato de intervir num ecossistema degradado, visando ao resgate das suas condições originais;
II. *Preservação*: é a ação de proteger um ecossistema contra qualquer forma de dano ou degradação, adotando-se as medidas preventivas legalmente necessárias e as medidas de vigilância adequadas;
III. *Conservação*: é a utilização racional de um recurso qualquer, de modo a obter-se um rendimento considerado bom, garantindo-se a sua renovação ou a sua autosustentação;
IV. *Gestão*: é a ação integrada do poder público e da sociedade, visando à otimização do uso dos recursos naturais de forma sustentável, e tomando por base a sua recuperação, preservação e conservação.

Art. 2º A Política Municipal de Recursos Hídricos tem por base os seguintes fundamentos:

I. a água é um bem de domínio público, limitado e de valor econômico;
II. o poder público e a sociedade, em todos os seus segmentos, são responsáveis pela preservação e conservação dos recursos hídricos;
III. a gestão dos recursos hídricos deve contar com a participação do poder público, dos usuários e das comunidades;
IV. prioritariamente, a água será utilizada para o abastecimento humano, de forma racional e econômica;
V. a gestão municipal considerará a bacia hidrográfica como unidade de planejamento dos recursos hídricos;
VI. a gestão dos recursos hídricos deverá integrar-se com o planejamento urbano e rural do Município;
VII. a gestão dos recursos hídricos deverá integrar-se com o Plano das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí.

CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS

Art. 3º São objetivos da Política Municipal de Recursos Hídricos:

I. buscar a recuperação, preservação e conservação do regime dos corpos d'água localizados no Município, em termos de quantidade e qualidade;
II. preservar a qualidade e racionalizar o uso das águas superficiais e subterrâneas;
III. proporcionar e otimizar o uso múltiplo dos recursos hídricos;
IV. integrar o Município no sistema de gerenciamento das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí;
V. fazer cumprir as legislações federal e estadual relativas ao meio ambiente, uso e ocupação do solo e recursos hídricos;
VI. buscar a universalização do acesso da população à água potável, em qualidade e quantidade satisfatórias;
VII. garantir o saneamento ambiental;
VIII. promover o desenvolvimento sustentável;
IX. prevenir e defender a população e bens contra eventos hidrológicos críticos;
X. instituir o efetivo controle social da gestão dos recursos hídricos, por parte de todos os segmentos da sociedade;
XI. desenvolver ações para a implantação da Agenda 21 local.

CAPÍTULO III
DOS INSTRUMENTOS

Art. 4º São instrumentos da Política Municipal de Recursos Hídricos:

I. a Avaliação Anual dos Recursos Hídricos;
II. o Plano Municipal de Recursos Hídricos - PMRH;
III. o Fundo Municipal de Meio Ambiente - FUNDEMA;
IV. os programas de educação ambiental;
V. os convênios e parcerias de cooperação técnica, científica e financeira.

SEÇÃO I
DA AVALIAÇÃO ANUAL DOS RECURSOS HÍDRICOS

Art.5º Anualmente, até 30 de abril, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMA providenciará a elaboração da Avaliação Anual dos Recursos Hídricos, que será apreciada pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente – COMAM.

Parágrafo Único - Para atender ao disposto neste Artigo, a SEMA poderá utilizar recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente – FUNDEMA, a critério do COMAM.

Art.6° Da Avaliação Anual deverão constar, obrigatoriamente:

I. avaliação da qualidade e quantidade das águas e do balanço entre disponibilidade e demanda, atendendo aos termos da Portaria 1469/00 do Ministério da Saúde;
II. descrição e avaliação do andamento das ações estipuladas no Plano Municipal de Recursos Hídricos - PMRH em vigor;
III. descrição e avaliação da situação de todas as exigências constantes desta lei, em particular aquelas referentes a:
    - zoneamento
    - parcelamento e ocupação do solo
    - infra-estrutura sanitária
    - proteção de áreas especiais
    - controle da erosão do solo
    - controle do escoamento superficial das águas pluviais;
    - mapeamento e avaliação de riscos ambientais.
IV. propostas de ações a serem contempladas na Lei Orçamentária do exercício seguinte;
V. detalhamento da situação do FUNDEMA.

SEÇÃO II
DO PLANO MUNICIPAL DE RECURSOS HÍDRICOS - PMRH

Art.7° O PMRH terá por finalidade operacionalizar a implantação da Política Municipal de Gestão dos Recursos Hídricos.

Art.8° A cada quatro anos, no início de cada novo mandato, até 30 de junho, a SEMA providenciará a elaboração e, após a aprovação do COMAM, encaminhará o Plano Municipal de Recursos Hídricos - PMRH ao Executivo Municipal.

§ 1°. - Para atender ao disposto neste Artigo, a SEMA, a critério do COMAM, utilizará recursos do FUNDEMA.

§ 2°. - O PMRH abrangerá o período que vai do início do 2° ano de mandato do Executivo, até o final do 1° ano do mandato seguinte.

Art.9° Do PMRH deverão constar, obrigatoriamente:

I. diagnóstico da situação atual dos recursos hídricos;
II. análise das alternativas de crescimento demográfico, de evolução de atividades produtivas e de modificações dos padrões de ocupação do solo;
III. balanço entre disponibilidades e demandas futuras dos recursos hídricos, em quantidade e qualidade, com identificação de conflitos potenciais;
IV. metas de racionalização de uso, aumento da quantidade e melhoria da qualidade dos recursos hídricos disponíveis;
V. medidas a serem tomadas, programas a serem desenvolvidos e projetos a serem implantados, para o atendimento das metas previstas;
VI. responsabilidade para a execução das medidas, programas e projetos;
VII. cronograma de execução e programação orçamentário-financeira associados às medidas, programas e projetos;

VIII. prioridades para outorga de direitos de uso de recursos hídricos;
IX. propostas para a criação de áreas sujeitas a restrição de uso, com vistas à proteção dos recursos hídricos.

Parágrafo Único – Em suas proposições, o PMRH levará em consideração as propostas constantes do Plano de Bacias, elaborado sob a responsabilidade dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – (CBH PCJ e PCJ FEDERAL), naquilo que couber.

SEÇÃO III
DO FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - FUNDEMA

Art.10 Fica criado o Fundo Municipal de Meio Ambiente – FUNDEMA, destinado a dar suporte financeiro às Políticas Municipais de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos, regendo-se pelas normas estabelecidas nesta lei.

Art.11 O FUNDEMA será gerido pelo COMAM.

Art.12 Constituirão recursos do FUNDEMA:

I. dotação consignada anualmente no orçamento municipal, sendo obrigatória, no mínimo, a destinação de 5% das receitas previstas, ressalvadas aquelas provenientes de impostos;
II. receita auferida com a aplicação de multas aos infratores das normas e exigências constantes desta lei;
III. transferências do Estado ou da União, a ele destinadas por disposição legal;
IV. empréstimos nacionais e internacionais;
V. doações de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;
VI. quaisquer outros recursos ou rendas que lhe sejam destinados;
VII. rendas provenientes da aplicação de seus próprios recursos;
VIII. recursos provenientes da compensação financeira, conforme Art.29 da Lei 9984/00.

Parágrafo Único – Os recursos do FUNDEMA, enquanto não forem efetivamente utilizados, poderão ser aplicados em operações financeiras que objetivem o aumento das receitas do próprio Fundo.

Art.13 Os recursos do FUNDEMA serão aplicados atendendo ao estipulado no PMRH, no documento de Avaliação Anual dos Recursos Hídricos e em outras ações ambientais, mediante aprovação do COMAM.

Art.14 São permitidas aplicações de recursos do FUNDEMA para atender aos seguintes quesitos:

I. ações, eventos, cursos, serviços, estudos, pesquisas, projetos e obras visando à preservação e conservação dos recursos hídricos e do meio ambiente localizados no Município;
II. serviços, estudos, pesquisas, projetos e obras, atendendo às propostas previstas nos Planos de Bacias aprovados pelos Comitês PCJ, desde que redundem em

efetiva melhoria do regime dos recursos hídricos das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí.

SEÇÃO IV
DOS PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art.15 Entende-se por Educação Ambiental o processo de reconhecimento de valores e clarificação de conceitos, objetivando o desenvolvimento de habilidades e modificando as atitudes em relação ao meio, para entender e apreciar as inter-relações entre os seres humanos, suas culturas e seus meios biofísicos; a Educação Ambiental também está relacionada com a prática das tomadas de decisões e a ética que conduzem para a melhoria da qualidade de vida.

Parágrafo Único - Para a consecução deste processo, o Município deverá integrar-se aos Comitês PCJ e PCJ Federal visando, particularmente, à implantação de um Programa de Educação Ambiental fundamentado em cinco subprogramas:

I. Formação de Agentes Locais de Sustentabilidade;
II. Centros de Referência em Educação Ambiental;
III. Redes de Comunicação;
IV. Produção e Disseminação de Material de Apoio; e
V. Apoio a Processos Organizacionais de Planejamento e Gestão.

Art.16 Fica instituída a obrigatoriedade de programas de Educação Ambiental nas escolas de Ensino Fundamental e Médio, da Rede Escolar Municipal.

§ 1° – A Educação Ambiental deverá integrar-se ao projeto pedagógico de cada escola, segundo os parâmetros curriculares e legislação especifica.

§ 2° – Caberá a cada unidade escolar definir o trabalho de Educação Ambiental a ser desenvolvido, guardadas as especificidades de cada local, respeitada a autonomia da escola.

Art.17 O Executivo Municipal poderá firmar convênios com universidades, entidades ambientalistas e outros, que permitam o bom desenvolvimento dos programas de Educação Ambiental, e estimulem a participação da sociedade na formulação, implantação e avaliação dos citados programas, no cumprimento desta lei.

Art.18 Será estabelecido prazo para que as secretarias municipais envolvidas, preparem os professores através de cursos, seminários e materiais didáticos, possibilitando, de fato, que todos os alunos da rede pública, findo este prazo, passem a receber Educação Ambiental.

SEÇÃO V
DOS CONVÊNIOS E PARCERIAS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, CIENTÍFICA E FINANCEIRA

Art.19 Objetivando a implementação da Política Municipal de Recursos Hídricos, em consonância com as políticas estadual e federal, o Executivo Municipal poderá firmar convênios e estabelecer parcerias de cooperação técnica, científica e financeira, com

órgãos estaduais e federais, universidades e institutos de pesquisas, organizações não governamentais e outras, buscando particularmente:

I. o aprimoramento das tecnologias que, direta ou indiretamente, resultem na melhoria da preservação e conservação dos recursos hídricos;
II. a modernização e aumento da eficiência da estrutura organizacional do poder público local, de forma a cumprir competentemente as suas responsabilidades, face ao disposto nesta lei;
III. a capacitação, treinamento e aperfeiçoamento de pessoal encarregado de atuar na fiscalização, orientação e acompanhamento da implantação da Política Municipal de Recursos Hídricos;
IV. o apoio às comunidades organizadas, para cumprirem, de forma adequada, as disposições constantes desta lei;
V. o financiamento de programas constantes do PMRH.

TÍTULO II
DA RECUPERAÇÃO, PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

Art.20 Todas as normas estabelecidas neste Título II aplicam-se à totalidade do território do Município, seja a área urbana, de expansão urbana ou rural, respeitado o Plano Diretor Municipal e legislação dele decorrente.

Art.21 A gestão dos recursos hídricos tomará por base as seguintes questões:

I. Zoneamento;
II. Parcelamento e ocupação do solo urbano e rural;
III. Infra-estrutura sanitária;
IV. Controle do escoamento superficial das águas pluviais;
V. Controle do uso da água no Município.

CAPÍTULO I
DO ZONEAMENTO

Art.22 Para os efeitos desta lei, adotam-se as seguintes definições:

I. *usos conformes*: são os usos ou atividades recomendados para a zona em questão;
II. *usos aceitáveis*: são os usos ou atividades permitidos na zona em questão, desde que apreciados e aprovados pelo COMAM;
III. *usos proibidos*: são os usos ou atividades não permitidos na zona em questão.

Art.23 Visando à recuperação, preservação e conservação dos recursos hídricos, ficam definidas as seguintes zonas de uso do solo:

I. Zona Industrial - ZI;
II. Zona Agropecuária - ZAP;
III. Zona de Conservação - ZC;
IV. Zona de Preservação Ambiental – ZPA;

Parágrafo Único - O mapa M1, anexo à presente lei, identifica os limites das diversas zonas definidas.

Art.24 A definição de novas Zonas e a alteração dos perímetros ou das características das Zonas aqui definidas, deverão ser aprovadas por lei, ouvido o COMAM.

SEÇÃO I
DA ZONA INDUSTRIAL - ZI

Art.25 A Zona Industrial - ZI destina-se à instalação de indústrias de qualquer porte e potencial poluidor, além de atividades correlatas.

Parágrafo Único - A instalação de indústrias na ZI exigirá prévia avaliação de impacto ambiental.

Art.26 São aceitáveis os seguintes usos na ZI: silvicultura, comercial, lazer e exploração mineral.

§ 1º – A pastagem e a lavoura serão aceitáveis, desde que compatíveis com os níveis de poluição, ouvido o COMAM.

§ 2º - A exploração mineral na ZI exigirá prévia avaliação de impacto ambiental.

Art.27 Na ZI é proibido uso residencial.

Parágrafo Único - Excepcionalmente, tolera-se a existência de residências na ZI, apenas no âmbito da própria indústria.

Art.28 É obrigatório manter no contorno da ZI, faixa de vegetação com largura de 20 metros, destinada à proteção das zonas adjacentes.

SEÇÃO II
DA ZONA AGROPECUÁRIA - ZAP

Art.29 A Zona Agropecuária - ZAP compreende áreas com declividade inferior a 30% e destinadas às atividades predominantemente rurais.

Parágrafo Único – A critério da Prefeitura, a ZAP pode ser utilizada para expansão urbana.

Art.30 São aceitáveis os seguintes usos para a ZAP: lazer, comercial, industrial e exploração mineral.

Parágrafo Único - O uso residencial é proibido, sendo aceitável apenas para moradia no âmbito da propriedade rural.

Art.31 O uso industrial e a exploração mineral na ZAP, exigirão avaliação de impacto ambiental.

Art.32 Na ZAP são obrigatórios os seguintes procedimentos:

I. plantio de culturas em nível, com o uso de curvas de nível;
II. observação rigorosa dos requisitos exigidos para aplicação segura dos agrotóxicos, particularmente os inorgânicos (defensivos, fertilizantes e corretivos) e os orgânicos (estercos, fertilizantes orgânicos e resíduos industriais), com acompanhamento e responsabilidade técnica de profissional habilitado, de acordo com os respectivos receituários agronômicos, que deverão ser mantidos na propriedade para efeito de fiscalização;
III. cadastro na SEMA, de todas as captações de água para irrigação, sejam permanentes ou temporárias, fornecendo as características das culturas irrigadas, de acordo com as exigências da Prefeitura;
IV. planejamento do uso do solo segundo sua capacidade e mediante o emprego de tecnologia adequada e aprovada pela SEMA.

§ 1º - Entende-se por tecnologia adequada as práticas conservacionistas já consagradas e preconizadas por órgãos competentes, entre as quais o plantio direto, que visem à conservação, melhoramento e recuperação do solo, atendendo à função sócio-econômica da propriedade e à manutenção do equilíbrio ecológico.

§ 2º - Será priorizada a implantação de Micro Bacias, obrigatoriamente coordenadas pelo Poder Público Municipal, em cooperação com as esferas Estadual e Federal.

§ 3º - A Prefeitura poderá firmar convênios de cooperação com órgãos federais e estaduais para orientação, treinamento, controle e fiscalização dos procedimentos exigidos neste artigo.

§ 4º - Os produtores rurais que dispuserem de equipamentos de irrigação na data de publicação desta lei, terão prazo de 120 dias para cadastrá-los na SEMA, conforme estabelece o inciso III deste artigo.

SEÇÃO III
DA ZONA DE CONSERVAÇÃO - ZC

Art.33 A Zona de Conservação - ZC corresponde às áreas localizadas em topo de montanhas ou morros, ou com declividade igual ou superior a 30%, sujeitas à erosão.

Parágrafo Único - O Poder Público Municipal zelará , na ZC, pela aplicação da legislação ambiental federal, especialmente as normas constantes da Lei Federal 4771/65 - Código Florestal, com as alterações posteriores..

Art.34 São usos conformes para a ZC: a silvicultura e a mata natural..

Art.35 Na ZC são aceitáveis os usos para lazer, pastagem e culturas permanentes.

Parágrafo Único - A atividade de lazer na ZC, somente será permitida após avaliação de impacto ambiental e aprovação do respectivo plano de manejo.

Art.36 Na ZC são proibidos os usos: residencial, comercial, industrial, culturas não permanentes e exploração mineral.

Art.37 Excepcionalmente, o proprietário ou arrendatário de área localizada na ZC, atualmente utilizada para lavoura, não dispondo de outra área adequada, deverá aplicar os procedimentos exigidos no Artigo 32.

Parágrafo Único - A exceção permitida neste artigo somente será possível mediante autorização do COMAM, que estabelecerá prazos para adequação dos procedimentos.

SEÇÃO IV
DA ZONA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL - ZPA

Art.38 A Zona de Preservação Ambiental – ZPA compreende os parques ecológicos, parques de ecoturismo, reservas florestais, além das áreas de recarga de aqüíferos subterrâneos e áreas marginais a cursos d'água, nascentes, olhos d'água, lagoas e outros reservatórios superficiais, conforme estipulam os Artigos 44 e 47 desta lei.

> **Parágrafo Único** - O Poder Público Municipal zelará, na ZPA, pela aplicação da legislação ambiental federal, especialmente as normas constantes da Lei Federal 4771/65 – Código Florestal, com as alterações posteriores.

Art.39 São usos conformes para a ZPA: a silvicultura e a mata natural.

Art.40 O lazer é uso aceitável para a ZPA, desde que não implique na implantação de equipamentos ou obras permanentes.

> **Parágrafo Único** – Exige-se avaliação de impacto ambiental e aprovação de plano de manejo para o uso de lazer na ZPA.

Art.41 Na ZPA são proibidos os usos: comercial, industrial, pastagem, lavoura, exploração mineral e residencial, excetuando-se os casos previstos no artigo 43.

Art.42 Mediante análise e autorização do COMAM, poderão ser implantadas, nos parques ecológicos, parques de ecoturismo e reservas florestais, obras que atendam especificamente às suas finalidades.

Art.43 Nas áreas de recarga de aqüíferos subterrâneos poderão ser implantados parcelamentos de solo, com lotes de área não inferior a 1.000 metros quadrados, desde que existam sistemas públicos de abastecimento de água, de coleta, tratamento e disposição final de esgotos, e que a taxa de ocupação dos lotes seja inferior a 20%, reservando-se nos mesmos, 50% de área permeável não pavimentada.

Art.44 Nas áreas marginais aos cursos d'água, nascentes, olhos d'água, lagos, lagoas e reservatórios, numa faixa com largura de 30 metros, contados a partir do nível máximo atingível pelas águas, é proibida a implantação de qualquer obra, exceto para transposição de curso d'água.

Art.45 Na ZPA são proibidas as seguintes atividades:

I. depósito de resíduos ou produtos químicos;
II. aplicação de qualquer tipo de defensivo, fertilizante e corretivo agrícola, orgânico ou inorgânico;
III. desmatamento ou remoção de cobertura vegetal, exceto nos casos previstos no artigo 43;
IV. movimentação de terra, exceto nos casos previstos no artigo 43;
V. realização de queimadas.

Art.46 Dentro do perímetro urbano, ao longo das margens dos cursos d'água, lagos, lagoas e reservatórios, são consideradas de interesse público as áreas ainda não ocupadas, numa faixa de 30 metros, contados a partir do limite do seu leito maior, para nelas serem implantados parques lineares.

Art.47 Externamente ao perímetro urbano, ao longo das margens dos cursos d'água, lagos, lagoas, reservatórios, e ao redor de nascentes, ainda que intermitentes, e olhos d'água, é obrigatória a recomposição florestal, numa faixa de 50 metros, contados a partir do limite do leito maior, sob responsabilidade respectivo proprietário, dentro do prazo de cinco anos, a contar da data de assinatura do termo de compromisso de recomposição florestal, objeto do § 2º deste artigo.

§ 1º – A SEMA, deverá elaborar as diretrizes para a recomposição objeto deste artigo, publicando-as em periódico de circulação no Município e dando ampla divulgação e destaque pelos meios competentes.

§ 2º – Nos 180 dias subseqüentes à fixação das diretrizes, o proprietário ou posseiro do imóvel rural deverá apresentar o plano de recomposição florestal e firmar o correspondente termo de compromisso de recomposição junto à SEMA.

Art.48 Visando a apoiar os proprietários no cumprimento da obrigatoriedade disposta no artigo anterior, o Executivo Municipal firmará convênios de cooperação técnica e financeira com órgãos estaduais e federais, bem como manterá estrutura adequada e viveiro de espécies nativas.

Art.49 Esgotado o prazo previsto no artigo 47, a Prefeitura Municipal notificará o proprietário para a execução da recomposição exigida, incidindo as penalidades previstas nesta lei.

CAPÍTULO II
DO PARCELAMENTO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO E RURAL

Art.50 Todo projeto de parcelamento do solo deve, necessariamente, considerar a topografia do terreno e os caminhos naturais de escoamento das águas, para a definição e. distribuição dos lotes e vias públicas.

Art.51 Os caminhos naturais de escoamento das águas deverão ser preservados por meio de canais a céu aberto.

Parágrafo Único – Excepcionalmente, a critério da SEMA e mediante autorização do COMAM, poderão ser utilizadas galerias tubulares para escoamento das águas naturais ou pluviais.

Art.52 Serão exigidos nos parcelamentos de solo, as seguintes taxas máximas de ocupação dos lotes, exceção feita às áreas de recarga de aqüíferos subterrâneos, já contempladas no artigo 43:

I - 50% nos terrenos com declividade inferior ou igual a 15%;
II - 30% nos terrenos com declividade superior a 15%.

Art.53 Não será permitido o parcelamento do solo em terrenos com declividade igual ou superior a 30%, salvo se forem atendidas exigências formuladas pelo COMAM, em cada caso específico.

Art.54 Fica proibido o parcelamento do solo em terrenos alagadiços, salvo se forem tomadas providências para assegurar o escoamento das águas, mediante autorização do COMAM e aprovação técnica da SEMA.

Art.55 Nas áreas marginais aos cursos d'água, numa largura de 30 metros, contados a partir do nível máximo atingido pelas águas, atualmente ocupadas por construções, fica proibido qualquer tipo de ampliação ou obra nova, mesmo em lotes de parcelamentos já implantados.

Parágrafo Único – No prazo de dez anos, contados a partir da publicação da presente lei, a Prefeitura procederá à remoção das construções existentes nas áreas objeto deste artigo, criando mecanismos adequados e negociando-os com os respectivos proprietários.

Art.56 No prazo de três anos, contados a partir da publicação da presente lei, o Executivo adotará medidas judiciais cabíveis, para desocupar e demolir as construções irregulares, porventura existentes nas áreas objeto do artigo anterior.

Art.57 Os parcelamentos do solo que incorporem mata nativa primária ou secundária, existente ou em estágio médio ou avançado de regeneração, deverão observar diretrizes específicas para a preservação de áreas protegidas.

CAPÍTULO III
DA INFRA-ESTRUTURA SANITÁRIA

Art.58 No prazo de três anos, contados a partir da publicação desta lei, fica a empresa concessionária dos serviços de saneamento básico, obrigada a atender à totalidade da população urbana, com água potável em quantidade e pressão satisfatórias.

Art.59 No prazo de cinco anos, contados a partir da publicação desta lei, fica a empresa concessionária dos serviços de saneamento básico, obrigada a atender à totalidade da população urbana, com coleta e tratamento de esgotos.

Art.60 A empresa concessionária dos serviços de saneamento deverá apresentar à SEMA, um plano de redução das perdas de água que ocorrem no sistema público de abastecimento, devendo ser apreciado pelo COMAM e, após aprovado, dada a publicidade.

Art.61 Toda indústria que produzir esgoto diferente do doméstico, é obrigada a instalar sistema de tratamento prévio antes de lançá-lo na rede pública de coletores ou em corpo d'água..

§ 1º – O projeto do tratamento deverá ser submetido aos órgãos responsáveis pelo licenciamento ambiental, que estabelecerá os índices a serem observados.

§ 2º – As indústrias já instaladas no Município terão prazo de dois anos, a contar da publicação da presente lei, para apresentar projeto e se adequar ao disposto neste artigo.

Art.62 É proibido o lançamento de resíduos sólidos ou líquidos, em qualquer logradouro público ou terreno particular desocupado, dentro de todo o território do Município.

Parágrafo Único – A SEMA definirá locais ambientalmente seguros para disposição de resíduos sólidos, como lixo, entulho e aparas vegetais.

Art.63 Qualquer captação de água, superficial ou subterrânea, ou lançamento de esgoto em corpo d'água corrente ou dormente, deverá ser previamente solicitada à SEMA e por esta autorizada.

Parágrafo Único – Para a aplicação deste artigo, o Executivo Municipal firmará convênio com o Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE, do Governo do Estado de São Paulo.

Art.64 Todos os proprietários, urbanos ou rurais, que dispuserem de poços, rasos ou profundos, deverão cadastrá-los na SEMA, dentro do prazo de cento e oitenta dias, contados da data de publicação da presente lei, fornecendo os dados solicitados pela Prefeitura.

Art.65 É proibido o uso de água potável em consumos não prioritários.

Parágrafo Único – Para efeito de aplicação do disposto neste artigo, o COMAM estabelecerá os consumos não prioritários, em função da disponibilidade e custo de produção da água potável.

CAPÍTULO IV
DO CONTROLE DO ESCOAMENTO SUPERFICIAL DAS ÁGUAS PLUVIAIS

Art.66 Fica proibida a implantação de qualquer tipo de empreendimento que venha a provocar aumento do fluxo natural das águas pluviais.

Art.67 O parcelador do solo urbano fica obrigado a projetar, aprovar e executar sistemas estruturais de infiltração, retenção ou retardamento do fluxo das águas pluviais, atendendo a especificações da Prefeitura, de forma a cumprir o disposto no artigo anterior.

Art.68 Os passeios ainda não executados, ou que venham a ser implantados em parcelamentos futuros, deverão prever pavimentação parcial até a largura limite de 1 metro, devendo o restante possuir cobertura vegetal.

§ 1º. - A vegetação utilizada para o passeio não poderá impedir ou dificultar o trânsito de pedestres.

§ 2º. - Caberá ao proprietário do imóvel a execução e manutenção do passeio de que trata este artigo.

Art.69 As condições de absorção de parte das águas pluviais, precipitadas no lote ou terreno urbano ainda não ocupado, deverão ser, obrigatoriamente, preservadas após a ocupação, pela manutenção de, pelo menos, 25% da área do lote ou terreno, vegetada e livre de construção ou pavimentação, exceção feita aos lotes ou terrenos situados em áreas de recarga de aqüíferos subterrâneos, contemplados no Artigo.43.desta lei.

Parágrafo Único – Para os lotes já ocupados, em áreas a serem definidas pela Prefeitura, o Executivo poderá criar incentivos fiscais com o objetivo de estimular os respectivos proprietários a instalar, nos citados lotes, estruturas destinadas à infiltração, retenção ou retardamento do fluxo das águas pluviais nele precipitadas, como áreas vegetadas e/ou cisternas, segundo orientação da SEMA.

Art.70 É obrigatória a preservação da cobertura vegetal nos lotes e terrenos urbanos, até a edificação.

Art.71 As águas pluviais precipitadas em propriedade rural, não poderão ser conduzidas para as estradas públicas.

Art.72 As águas pluviais precipitadas nas estradas públicas deverão ser conduzidas para as propriedades rurais, disciplinadas pelas normas de Micro Bacias.

Parágrafo Único – Para atender ao disposto neste artigo, a Prefeitura executará os procedimentos técnicos necessários de recepção e administração das águas conduzidas.

TÍTULO III
DO SISTEMA MUNICIPAL DE GERENCIAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS

Art.73 O Sistema Municipal de Gerenciamento de Recursos Hídricos é estruturado com base nos seguintes elementos:

I. Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMA;
II. Conselho Municipal do Meio Ambiente - COMAM;
III. Sistema Municipal de Informações Ambientais - SMIA.

CAPÍTULO I
DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMA

Art.74 Para a consecução dos objetivos desta lei, o Executivo criará a Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMA, mediante lei específica.

Art.75 A SEMA terá, minimamente, as seguintes atribuições:

I. planejar, administrar e fiscalizar as posturas ambientais e os usos dos recursos hídricos em todo o território do Município;
II. estabelecer diretrizes técnicas aos demais órgãos municipais em assuntos relativos ao meio ambiente e aos recursos hídricos;

III. formular procedimentos, normas técnicas e padrões de preservação e conservação do meio ambiente e dos recursos hídricos, em obediência ao que dispõem as legislações federal, estadual e municipal, pertinentes;
IV. fiscalizar as atividades sócio-econômicas que interferem com o meio ambiente e com os recursos hídricos, autuando os infratores que desrespeitarem o disposto nesta lei;
V. apoiar técnica e administrativamente o COMAM;
VI. fornecer todas as informações necessárias ao bom funcionamento do COMAM;
VII. exigir a elaboração de estudo de impacto ambiental, bem como relatório de impacto ambiental, para todos os casos previstos nas legislações federal e estadual pertinentes;
VIII. prestar colaboração técnica às análises dos estudos de impacto ambiental e aos planos de manejo, de forma a subsidiar os trabalhos do COMAM;
IX. promover e estimular atividades orientadas para a mobilização, organização e conscientização da sociedade, objetivando a preservação e conservação do meio ambiente e dos recursos hídricos;
X. determinar a realização de avaliação em empresas e entidades consideradas poluidoras dos recursos hídricos ou suspeitas de desrespeitarem o disposto nesta lei;
XI. elaborar o PMRH a cada quatro anos e submetê-lo à aprovação do COMAM;
XII. elaborar, até 30 de abril de cada ano, a Avaliação Anual dos Recursos Hídricos, submetendo-a à avaliação do COMAM.

Art.76 No exercício da ação fiscalizadora, ficam asseguradas aos agentes credenciados da SEMA a entrada em estabelecimentos empresariais, a qualquer dia e hora, e a permanência pelo tempo que se tornar necessário.

Parágrafo Único - São agentes credenciados da SEMA os técnicos portadores de carteira específica de identificação.

Art.77 Os recursos necessários ao perfeito funcionamento da SEMA deverão estar previstos na Lei Orçamentária Anual.

CAPÍTULO II
DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - COMAM

Art.78 Fica criado o Conselho Municipal do Meio Ambiente - COMAM, órgão colegiado e paritário, com funções deliberativas, normativas e de assessoramento do Executivo.

Art.79 Compete ao COMAM:

I. formular diretrizes para a implantação da Política Municipal de Recursos Hídricos;
II. propor eventuais alterações à presente lei;
III. emitir parecer sobre qualquer projeto de lei que envolva a preservação e conservação dos recursos hídricos;

IV. apreciar a Avaliação Anual dos Recursos Hídricos, dando conhecimento público das suas conclusões;
V. aprovar o PMRH e encaminhá-lo ao Poder Executivo Municipal;
VI. definir os critérios para aplicação dos recursos do FUNDEMA;
VII. decidir sobre os recursos interpostos à aplicação de sanções;
VIII. aprovar os estudos de impacto ambiental e os planos de manejo;
IX. elaborar o seu Regimento Interno.

Parágrafo Único – O Regimento Interno disciplinará a forma de participação dos cidadãos interessados.

Art.80 O COMAM será constituído de forma paritária, por representantes dos seguintes segmentos:

I. Poder Público Federal, de órgãos ligados ao município;(*)
II. Poder Público Estadual;(*)
III. Poder Público Municipal;(*)
IV. Sociedade Civil Organizada;
V. usuários de água;
VI. representante das entidades não governamentais ambientalistas;
VII. representante do Sindicato Rural do Município;
VIII. representante das associações de moradores;
IX. representante dos sindicatos de trabalhadores do Município;
X. representante do Consórcio Intermunicipal dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí;
XI. representante da Associação Comercial e Industrial do Município;
XII. representante do CIESP regional;
XIII. representante de universidades e instituições de ensino superior;
XIV. representante da Associação de classe da área tecnológica;
XV. representantes de outros órgãos julgados importantes.

Art.81 A Prefeitura Municipal, por intermédio dos seus diversos órgãos, estimulará a organização de Comitês Comunitários de Sub-bacias – CCS, com o objetivo de fiscalizar o uso das águas e colaborar na sua preservação e conservação.

§ 1º – Poderá ser criado um CCS para cada curso d'água localizado no Município, seja na área urbana ou rural.

§ 2º - O CCS poderá apresentar propostas de ações ambientais ao COMAM

Art.82 Os CCSs poderão ser organizados dentro das entidades não governamentais existentes no Município, em particular nas associações de moradores.

Art.83 Cada CCS terá um representante com assento no COMAM, somando-se àqueles nomeados no artigo 80.

Art.84 O COMAM se reunirá ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu presidente ou por um terço dos seus membros.

Art.85 As decisões do COMAM serão tomadas com a presença mínima de dois terços de seus membros, exigindo aprovação da maioria absoluta dos seus membros.

Art.86 As reuniões do COMAM são públicas e suas decisões divulgadas de acordo com o estabelecido no seu regimento interno.

CAPÍTULO III
DO SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS - SMIA

Art.88 Compete à SEMA criar, coordenar e manter atualizado, um Sistema Municipal de Informações Ambientais - SMIA, destinado a acompanhar a implantação da Política Municipal de Recursos Hídricos e garantir sustentação às decisões que envolvam a preservação e conservação dos recursos hídricos dentro do Município.

Parágrafo Único – O SMIA deverá integrar-se com os sistemas nacional e estadual de informações sobre recursos hídricos.

Art.89 Integram o SMIA: informadores, usuários, órgãos públicos, concessionários de serviços públicos e entidades de classe.

Art.90 Os agentes públicos e privados, incluindo Cartórios de Registro de Imóveis, ficam obrigados a fornecer à SEMA, os dados e informações necessários ao SMIA.

Art.91 A SEMA publicará, periodicamente, as informações analisadas, colocando-as à disposição dos informadores e usuários.

Art.92 O SMIA reunirá informações sobre:

I. cadastro e endereços eletrônicos dos órgãos federais e estaduais que geram e processam informações relativas aos recursos hídricos localizados no Município;
II. cadastro das captações de águas superficiais e subterrâneas;
III. cadastro dos lançamentos de águas servidas;
IV. identificação e delimitação dos locais sujeitos a inundações;
V. identificação e delimitação das áreas de recarga de aqüíferos subterrâneos;
VI. localização das erosões urbanas e rurais;
VII. localização dos processos de assoreamento;
VIII. planta do zoneamento do território municipal, com a identificação dos usos do solo urbano e rural;
IX. situação das diversas áreas que compõem o zoneamento municipal;
X. receitas e despesas do FUNDEMA;
XI. doenças de veiculação hídrica e decorrentes de contaminação ambiental.

TÍTULO IV
DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art.93 Constitui infração administrativa, para efeito desta lei, qualquer ação ou omissão que importe na inobservância dos seus preceitos, bem como das demais normas dela decorrentes, sujeitando os infratores, pessoa física ou jurídica, às sanções penais e a obrigações de reparar os danos causados.

Art.94 Constitui, ainda, infração à presente lei, iniciar a implantação ou implantar empreendimento, bem como exercer atividade que implique no desrespeito às normas de preservação e conservação dos recursos hídricos.

Art.95 Sem prejuízo das demais sanções definidas pelas legislações federal, estadual ou municipal, as pessoas físicas ou jurídicas que transgredirem as normas da presente lei ficam sujeitas às seguintes sanções, isolada ou cumulativamente:

I. advertência por escrito, na qual serão estabelecidos prazos para correção das irregularidades;
II. multa, simples ou diária, a critério da Prefeitura, no valor de R$ 200, 00, caso a advertência não tenha sido atendida no prazo estabelecido;
III. multa simples ou diária, a critério da Prefeitura, no valor de R$ 1.000,00, em caso de reincidência na infração ou descumprimento das exigências da Prefeitura, feitas por ocasião da aplicação da multa anterior;
IV. embargo por prazo indeterminado, para execução de serviços e obras necessárias ao cumprimento das exigências da Prefeitura;
V. notificação ao Ministério Público.

Art.96 No caso específico em que a infração resultar em prejuízo ao serviço público de abastecimento de água, riscos à saúde ou à vida, perecimento de bens ou animais, ou prejuízos de qualquer natureza a terceiros, as multas a serem aplicadas terão o dobro do valor estabelecido no artigo anterior, ficando o infrator sujeito, ainda, às penas da justiça comum.

Art.97 As penalidades serão aplicadas por despacho do Secretário Municipal do Meio Ambiente.

Parágrafo Único - Incidindo em prevaricação, o Secretário Municipal do Meio Ambiente estará sujeito a sanções de caráter funcional.

Art.98 Das penalidades aplicadas cabe recurso ao COMAM, no prazo de quinze dias da notificação, mediante petição fundamentada ao seu presidente.

§ 1º - A decisão do COMAM é definitiva, passando a constituir coisa julgada no âmbito da administração pública municipal.

§ 2º - Não serão conhecidos recursos sem o prévio recolhimento do valor pecuniário da multa imposta, em favor do FUNDEMA.

§ 3º - Julgado procedente o recurso, os valores serão devolvidos com correção, baseada nos coeficientes oficiais.

§ 4º - Os recursos impostos não têm efeito suspensivo sobre a sanção aplicada.

TÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art.99 O Executivo regulamentará, por Decreto, o funcionamento do FUNDEMA.

Art.100 Todas as situações que se encontram em desacordo com o que preceitua a presente lei e não estejam contempladas em seu texto, serão levantadas pela SEMA e submetidas ao COMAM, que estabelecerá os procedimentos a serem seguidos pelos interessados e fixará prazos para a sua observância.

Art.101 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.